

MILITARES E POLÍTICA

*Número 2
(janeiro-junho 2008)*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Aloisio Teixeira

Vice-Reitor: Sylvia da Silveira de Mello Vargas

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Decano: Marcelo Macedo Corrêa e Castro

Superintendente Administrativo: Maria Goreti Mello

INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretora: Jessie Jane Vieira de Sousa

Vice-Diretora: Glaucia Krause Villas Bôas

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Chefe: Norma Côrtes

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE MILITARES NA POLÍTICA

Responsável: Renato Luís do Couto Neto e Lemos

MILITARES E POLÍTICA

Número 2 – janeiro a junho de 2008 – ISSN 1982-6834

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Barreto de Souza - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Adriano Nervo Codato - Universidade Federal do Paraná

Álvaro Pereira do Nascimento - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Celso Castro - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV

Christiane Figueiredo Pagano de Mello - Universidade Federal de Tocantins

Eliézer Rizzo de Oliveira - Núcleo de Estudos Estratégicos/Universidade Estadual de Campinas

Francisco César Ferraz - Universidade Estadual de Londrina

Frank McCann - University of New Hampshire

Hendrik Kraay - University of Calgary

João Roberto Martins Filho - Universidade Federal de São Carlos

José Murilo de Carvalho - Universidade Federal do Rio de Janeiro

Manuel Domingos Neto - Universidade Federal do Ceará

Paulo Ribeiro da Cunha - Universidade Estadual Paulista

Peter M. Beattie - Michigan State University

Renato Luís do Couto Neto e Lemos - LEMP/Universidade Federal do Rio de Janeiro

COMITÊ EDITORIAL

Renato Luís do Couto Neto e Lemos (LEMP/UFRJ) – Editor

Cláudio Beserra de Vasconcelos (doutorando PPGHIS/LEMP/UFRJ) – Subeditor

Rachel Motta Cardoso (doutoranda PPGHCS/COC/FIOCRUZ/LEMP/UFRJ) – Secretária

DIAGRAMAÇÃO E PROJETO GRÁFICO

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Endereço para correspondência:

Comitê Editorial

Largo do São Francisco de Paula, 01 – sala 206 – Centro

Rio de Janeiro/ RJ – CEP: 20051-070

Tel.: 55 21 2201-3141 r. 208

<http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista>

e-mail: lemp@ifcs.ufrj.br

Militares e Política / Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política / Departamento de História. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. n. 1 (2007). Rio de Janeiro: IFCS / UFRJ, 2007-

Semestral
ISSN 1982-6834

1. História I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Departamento de História. Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política.

Sumário

<i>Nota Editorial</i>	05
-----------------------------	----

Artigos

<i>“Homens de Qualidade”: a caracterização social das chefias militares dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial</i>	07
Ana Paula Pereira Costa	
<i>O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército</i>	31
Marcos Luiz Bretas	
<i>O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares</i>	62
Alexandre Avelar de Sá	
<i>O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira</i>	81
Francisco César Alves Ferraz e Aline Vanessa Locastre	

Resenha

<i>Medo e memória: um relato da história militar na república</i>	99
Cláudio Beserra de Vasconcelos e Rachel Motta Cardoso	
(Shawn C. Smallman. <i>Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954.</i>)	

Nota Editorial

Número 2 - janeiro a junho de 2008

Em segundo número, *Militares e Política* apresenta um conjunto de artigos resultantes de pesquisa original, referentes a uma diversificada gama de assuntos e situados em amplo arco de tempo. Girando em torno de temas que vão da organização militar no Brasil colonial à violência militar republicana, são trabalhos que concretizam o programa editorial da revista.

“Homens de Qualidade”: a caracterização social das chefias militares dos Corpos de Ordenanças em Minas colonial

Ana Paula Pereira Costa¹

Resumo:

O artigo objetiva realizar um detalhado estudo acerca da composição social dos oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica, no período de 1735 a 1777. Reconstituímos o perfil e a inserção sócio-política destes oficiais analisando as formas de reprodução social destacando o recrutamento deste oficialato, seu enquadramento social, as possibilidades de mobilidade entre os agentes, bem como seus mecanismos de promoção.

Palavras-chave: Corpos de Ordenanças, mercês, poder local.

Abstract:

The article intends to make a detailed study concerning the officials of higher patent of the “Corpos de Ordenanças”, inserted in the district of Vila Rica, in the period from 1735 to 1777. We reconstituted the profile and social-political insert these officials analyzing the forms of social reproduction highlighting the recruitment of this officership, their social framing, the possibilities of mobility among the agents, as well as their mechanisms of promotion.

Keywords: “Corpos de Ordenanças”, “mercês”, local power.

¹ Doutoranda em História Social pelo Programa de Pós-Graduação do IFCS/UFRJ – bolsista CNPq. anappcosta@ig.com.br. Este artigo é uma versão modificada do 2º capítulo da minha Dissertação de Mestrado intitulada “Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)” defendida no referido programa sob orientação do Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino com apoio da bolsa nota 10 – Faperj. Ver, também, de minha autoria, Trajetórias e Carreiras Militares no Contexto do Império Português: Promoções e Conflitos nos Atos Eleitorais para Postos dos Corpos de Ordenanças. Comarca de Vila Rica, 1735-1777. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 68, jan. 2007. <http://www.espacoacademico.com.br/068/68costa.htm>

No Brasil, o interesse pela história militar no período colonial tem se mostrado reduzido (MELLO, 2002: 1). Boa parte dos autores que se debruçaram sobre o tema, ou o abordaram de forma indireta ou tiveram como preocupação central a análise de aspectos institucionais das forças militares do período². Estudos que tiveram como preocupação central a composição social do corpo de oficiais e soldados para o período colonial são ainda mais escassos³. Com a falta de análises sobre tal temática perdeu-se a visão de um exército de Antigo Regime socialmente complexo, principalmente no topo de sua hierarquia. Assim, objetivando ultrapassar visões simplistas da caracterização social do corpo de oficiais no período colonial, neste texto procuraremos realizar um estudo acerca da composição social dos oficiais de mais alta patente das Companhias de Ordenanças presentes em uma das mais importantes comarcas da capitania de Minas: a comarca de Vila Rica, no período de 1735 a 1777. Reconstituímos o perfil e a inserção sócio-política destes oficiais analisando as formas de reprodução social através dos quais buscavam um melhor posicionamento no seio da sociedade. Desta forma, procuramos compreender o recrutamento deste oficialato, seu enquadramento social, as possibilidades de mobilidade entre os agentes, bem como seus mecanismos de promoção.

Em Portugal, e também no ultramar, mais importante que os saberes particulares de guerra na composição de um chefe militar era sua “qualidade” (HESPANHA, 2003: 20-24). Deste modo, no Antigo Regime a direção social por “homens de qualidade” das mais importantes instâncias da sociedade, e entre estas se incluem a militar, era desejada e baseada numa autoridade difusa, concentrada e sem especialização ou capacidade técnica (MONTEIRO, 2003: 101-106).

Como se verá, os indivíduos que formavam o corpo de oficiais de mais alta patente das Ordenanças em Vila Rica possuíam também a “qualidade” de nobre, porém acerca desta noção cabe uma ressalva. Como bem demonstrou Nuno Gonçalo Monteiro (1998: 298-299),

²PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*; FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*; LEONZO, Nanci. *As Companhias de Ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo de Morgado de Mateus*; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*; PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*; MELLO, Christiane Figueiredo Pagano de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII – As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*; ANASTASIA, Carla. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*.

³SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*; KRAAY, Hendrik. *Race, state and armed forces in independence-era Brazil: Bahia 1790s-1840s*; COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*.

no decorrer dos séculos XVI e XVII a sociedade portuguesa conheceu um alargamento da noção de nobreza, criando-se um estado do meio ou estado privilegiado, que veio a ser conhecido como “nobreza civil ou política”. Esta seria composta por homens que, embora de nascimento humilde, conquistaram um grau de enobrecimento devido a ações valorosas ou a cargos honrosos que ocuparam, diferenciando-se da nobreza derivada do sangue, herdada dos avós, conhecida como os “Grandes”. Era esta a qualidade de nobre que formava as chefias militares de Ordenanças nas Minas setecentistas que prestaram os mais variados tipos de serviços a Coroa, recebendo assim a promessa de honras e mercês do Rei.

Assim, teremos como principal indicativo das questões anteriormente expostas a concessão de mercês e benefícios reais. Para os objetivos desta pesquisa, as mercês nos ajudarão a traçar um panorama substancial dos oficiais das Ordenanças, pois se por um lado nas *conquistas*, e também no reino, produziam súditos mediante a geração de laços de lealdade, por outro lado davam condições para a geração e a reprodução de uma elite local com interesses próprios, conhecida como os “melhores da terra” (FRAGOSO, 2001: 50).

Na discussão acerca da concessão de mercês régias uma opção de análise seria partir da noção de *economia moral do dom* formulada pelo antropólogo Marcel Mauss (1974), segundo a qual aqueles beneficiados passariam a estar ligados ao monarca através de uma rede baseada em relações assimétricas de troca de favores e serviços. Para Mauss, dar instituíria uma relação dupla entre quem dá e quem recebe. Logo, aceitar um dom é mais que aceitar uma coisa, é aceitar que aquele que dá exerça direitos sobre aquele que recebe. Assim, dons e contradons criam um estado de endividamento e de dependência mútuos que acarreta conseqüências sociais a ambas as partes (GODELIER, 2001: 23-76).

Tendo por base as premissas de Mauss, Ângela B. Xavier e António M. Hespanha procuraram analisar o ato de dar (mercês) na sociedade do Antigo Regime. Segundo estes autores o dom fazia parte de um universo normativo que lhe retirava toda a espontaneidade e o transformava em unidade de uma cadeia infinita de atos beneficiais, onde a atividade de dar (a liberdade, a graça) integrava uma tríade de obrigações: dar, receber e restituir. Estes atos cimentavam a natureza das relações sociais e, a partir destas, das próprias relações políticas. (XAVIER & HESPANHA, 1998, p. 340-341).

Desta perspectiva, a ocupação de cargos administrativos, postos militares, aquisição de títulos, são vistos numa perspectiva que destaca que ao mesmo tempo em que ser provido nestes postos e cargos era *graça* que muitos almejavam alcançar, o exercício dos mesmos era também entendido pelos súditos como serviços prestados e, portanto, dignos de serem

recompensados, principalmente se tivessem como comprovar que tiveram bom desempenho ao ocupá-los (ALMEIDA, 2001: 252), o que acabava por propiciar um espaço para a negociação nas relações destes homens com a Coroa.

Malgrado as contribuições que o trabalho de Mauss deu para muitos estudiosos no entendimento das relações processadas em diversas formas de sociedade, inclusive nas de Antigo Regime, não o utilizaremos como referencial teórico no texto na medida em que optamos por analisar a concessão de mercês reais a partir dos pressupostos do antropólogo norueguês Fredrik Barth. Apesar da análise de Mauss reconhecer que as *graças* reais propiciavam ao beneficiado maior margem de negociação com a Coroa e, conseqüentemente, prestígio social, sugerindo assim que havia entre as partes a tentativa de se atingir interesses pessoais, tal noção acaba por tornar a relação rei/súdito mecânica, dando o comportamento como dado, pois pressupõe-se que as normas já estão prontas não havendo espaço para ação do sujeito que a vivencia. Em outras palavras, o modelo acaba se tornando estático. Não se leva em conta a idéia de estratégia e/ou recursos destes agentes que são acionados na medida em que novas possibilidades são desencadeadas pelo próprio processo histórico, modificando comportamentos e relações sociais (ALMEIDA, 2003: 164). É exatamente neste ponto que podemos estabelecer um diálogo frutífero com obra de Fredrik Barth, na medida em que seus pressupostos nos remetem para o fato de que em meio ao processo de solicitação de uma mercê, novos recursos e estratégias, novos valores e *status* (direitos e deveres dos agentes históricos) podem ser delineados, ou seja, tal análise sofisticada o entendimento das relações sociais, do que leva os indivíduos a interagirem (BARTH, 1981, *passim*).

Nos pedidos de mercês, os argumentos utilizados para a sua obtenção não devem ser vistos como mera reprodução de fórmula padronizada dos requerimentos de favores encaminhados ao rei (ALMEIDA, 2003: 258). Deve-se atentar para o conteúdo da argumentação entendendo os serviços prestados que vão sendo listados, as reclamações dos súditos, a petição de novas graças, como recursos e estratégias utilizadas na tentativa de maximizar ganhos e assim sobreviverem e adaptar-se ao mundo colonial. Ademais, na noção de “economia moral do dom” a idéia destacada ao final da interação entre os atores é a de dependência, o que, como disse, aniquila a ação do sujeito durante o processo. Em Barth, ao contrário, a idéia central é a de que ao final da interação ambas as partes saem ganhando, ou seja, maximizam interesses, pois leva-se em conta que as expectativas dos atores que estão interagindo são diferentes e que cada um tem uma noção diferenciada do que é ganhar, fato

que está relacionado com o *status* de cada um e com seu posicionamento social (BARTH, 1981: 32-47).

Poder (local) e condição social: o perfil das chefias militares

Faremos a reconstituição do perfil dos comandantes militares dos Corpos de Ordenanças presentes em uma das mais importantes comarcas mineiras tendo por base o tratamento sistemático de algumas variáveis, a saber, naturalidade, acesso a cargos políticos, inserção local via matrimônio, acesso a títulos, permanência e rotatividade nos postos militares e mecanismos de promoção. Trabalharemos com o total de 136 nomes de oficiais de alta patente listados para a Comarca de Vila Rica, dentre os quais enfocaremos algumas trajetórias mais emblemáticas que nos permitam exemplificar seu perfil e inserção local⁴. O primeiro dado a ser explorado será a origem dos oficiais:

TABELA 1

Naturalidade os oficiais de Ordenanças presentes na comarca de Vila Rica (para os quais temos informações)

<i>Local</i>	<i>Frequência</i>	<i>%</i>
Português	65	87,84
Outras capitânias	9	12,16
Total	74	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e Testamentos da Casa Setecentista de Mariana e da Casa do Pilar de Ouro Preto. Pedidos de passagem para o Reino do Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-Rom. Processos Matrimoniais do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

Conseguimos obter informações acerca da origem para 74 (54,4%) dos 136 oficiais pesquisados. 65 (87,84%) eram portugueses e apenas 9 (12,16%), procedentes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, o que confirma as considerações da historiografia a respeito da origem dos integrantes do quadro das elites coloniais⁵. Assim como entre os imigrantes portugueses que chegavam a Minas Gerais como um todo, entre os oficiais analisados a grande maioria (48 casos) era proveniente do norte de Portugal, sobretudo das regiões do Minho e

⁴A listagem foi feita a partir de dados obtidos no Arquivo Histórico Ultramarino referentes ao recebimento de cartas patentes dos Corpos de Ordenanças no período abarcado pela pesquisa.

⁵Ver, entre outros: ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Homens ricos, homens bons*: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822); FURTADO, Júnia. *Homens de negócio*: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas; MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa*: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808.

Douro. O motivo desta migração intensa dos portugueses do norte para esta capitania foi muito bem atestado por Donald Ramos (1993: 639-62, apud FURTADO, 1999:152), segundo o autor:

Havendo já no norte o costume, entre a população masculina, adulta e solteira, de imigrar para outras regiões em busca de melhores condições de vida podendo, assim, ajudar suas famílias, grandes levas de portugueses, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo ouro mineiro – atrativo considerável –, para ali se dirigiam no século XVIII.

Muitos destes portugueses vinham para as Minas em busca de riqueza e ascensão social, tencionando obter melhores condições de vida. Analisemos, pois, alguns percursos de oficiais de Ordenanças provenientes de Portugal que nos permitam avaliar os mecanismos de inserção destes imigrantes no além-mar, de forma a visualizar suas possibilidades de ação para conseguirem alcançar a pretendida ascensão social. Vejamos o caso de João Rodrigues dos Santos. Natural de Lisboa, viera para as Minas entre 1720-1724, provido no cargo de inquiridor, distribuidor e contador da câmara da vila de São João Del Rey, permanecendo na região até sua morte em 1773⁶. Este cargo lhe permitia ter conhecimento e controle sobre as pessoas que arrematavam contratos na capitania, atuar em julgamentos e distribuir recursos (ordenados) entre alguns funcionários régios (como os tabeliães e os juízes) (SALGADO, 1985: 140-141). Com estas atribuições provenientes do cargo que iria ocupar ganhava instantaneamente vantagens para o estabelecimento de relações sociais, para a aquisição de cabedais econômicos e de *status*, ou seja, já vinha para as Minas instrumentalizado com recursos que lhe permitiriam ter maior margem de manobra na obtenção de ascensão social.

Desde que chegou à capitania conseguiu contabilizar outras mercês que lhe conferiram ainda mais prestígio, como a patente de capitão de Ordenanças, um hábito da Ordem de Cristo e sesmarias. Faleceu na freguesia de Guarapiranga onde encontramos registrado o inventário de seus bens □ um patrimônio de 11:965\$265 para ser dividido entre sua mulher Maria Ferreira da Anunciação e seus sete filhos. Entre os bens arrolados havia considerável patrimônio composto pela fazenda em que vivia com sua família, “*situada na passagem chamada o Bicudo, com casa de vivenda, paiol, engenho, moinho e senzalas, tudo coberto de telhas*”; por outra fazenda na passagem do Itacurusú, “*com casas de vivenda, paiol, moinho e monjolo tudo coberto de telhas*” e por uma “*morada de casas sitas no arraial do Piranga ao pé da Igreja matriz de sobrado coberta de telha*”. Deixou também louças da Índia e Macau,

⁶Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom/cx.: 7, doc.: 5

objetos de prata e um plantel de 66 escravos⁷. Seu poder econômico provinha da mineração, atividade que lhe possibilitou a classificação como um dos homens mais ricos da capitania de Minas Gerais em uma listagem feita em 1756 pelo provedor da fazenda Domingos Pinheiro com os nomes dos mais ricos moradores da capitania que pudessem contribuir para a reconstrução de Lisboa, destruída pelo terremoto de 1755⁸.

Note-se que, ao longo de sua vida, João Rodrigues dos Santos foi direcionando suas ações a fim de integrar-se a variados pólos e/ou mecanismos propiciadores de poder e que eram coletivamente reconhecidos como elementos consolidadores de posições privilegiadas na sociedade mineira, quais sejam: a presença na Câmara, a posse de terras e escravos, a posse de uma patente militar e de títulos, o casamento e a riqueza. Todos estes elementos convergem para aquilo que entendemos ser o valor norteador das ações destes oficiais quando instalados no além-mar, isto é, a busca e aquisição e consolidação de posições de prestígio e comando. Como em uma sociedade de Antigo Regime a hierarquia não é forjada apenas por aspectos econômicos, mas, sobretudo, políticos e sociais, os indivíduos se percebiam e eram percebidos por suas “qualidades”. Por isso, era primordial que os homens que vinham do reino, ou de outras localidades, se movimentassem nas teias sociais de seu cotidiano para que pudessem ocupar posições distintas em relação aos demais segmentos da população, e assim maximizar suas prerrogativas de mando e prestígio social, de que a trajetória de João Rodrigues dos Santos é exemplar.

A ocupação de cargos

Uma das formas de movimentação (social) destes oficiais e de aquisição de “qualidade” era a ocupação de cargos administrativos.

⁷Casa Setecentista de Mariana, 1º ofício – Inventário *post-mortem* de João Rodrigues dos Santos. Códice 80, auto 1695, (1773).

⁸A localização da lista é a seguinte: AHU/MG/ cx. 70 doc. 40. Apud, ALMEIDA, Carla M. C. de. *Homens ricos, homens bons...* Op. cit., p. 230.

TABELA 2

Cargos políticos ocupados pelos oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica (para os quais temos informações)

Cargo	Frequência	%
Câmara	13	26,53
Fazenda	10	20,40
Justiça	6	12,24
Câmara e Fazenda	6	12,24
Câmara e Justiça	7	14,28
Fazenda e Justiça	2	4,08
Todas as instâncias	4	8,16
Secretaria de governo de MG	1	2,04
Total	49	100

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/CD-ROM

Todos os oficiais sobre quem conseguimos obter informações acerca da ocupação de ofícios administrativos exerceram algum tipo de cargo em uma, ou em mais de uma, das três principais instâncias de poder da sociedade colonial, a saber, a Fazenda, a Justiça e a Câmara. A ocupação de cargos na Câmara se sobressaiu na amostragem, somando 13 casos (26,53%), isso sem contar com aqueles oficiais que ocuparam posições na Câmara e na Fazenda, e na Câmara e na Justiça simultaneamente. A Câmara sempre foi, na sociedade colonial, um *locus* tradicional de poder, pois era o órgão especializado em cuidar do “bem comum” da *República*, ou seja, dirigir a organização social e política das regiões (FRAGOSO, 2002: 44). Os cidadãos eram os responsáveis pela “coisa pública”, o que garantia aos camaristas acesso a honras, isenções, foros e franquias. Além disso, tal instituição deve ser também destacada como órgão fundamental de representação dos interesses e das demandas dos colonos (BICALHO, 1998: 252).

O acesso a cargos na administração, em qualquer uma das instâncias citadas, conferia a seus ocupantes dignidade e definia seu lugar social perante os habitantes locais. Na caracterização das elites coloniais, a nobilitação e o exercício de um cargo ou função pública aparecem como elementos fundamentais. Ademais, tais cargos, além do poder em nome Del Rey, proporcionavam outras benesses como vencimentos e emolumentos. É relevante destacar que o mais importante na ocupação destes cargos, em termos econômicos, não era tanto o salário pago pela fazenda real, mas, principalmente, os emolumentos que deles se podia conseguir (FRAGOSO, 2001: 49). Conforme destacou Maria Beatriz Nizza da Silva (2005: 228-234), os cargos ligados à Justiça, principalmente à magistratura, e os cargos fazendários, que aparecem em segundo lugar em nossa amostragem, proporcionavam um rendimento substancial, apesar de serem obtidos mediante pagamento de donativo à Coroa, que assim lucrava com sua distribuição.

O capitão-mor Rafael da Silva e Souza, por exemplo, que atuou como juiz de órfãos na Vila do Carmo por mais de cinco anos, “pagou os novos direitos e a terça parte a real fazenda pelo cargo”⁹, e por cada serviço que prestava como tal arrecadava vultosas quantias. Além disso, o cargo de juiz de órfãos constituía um dos postos estratégicos da administração colonial na medida em que permitia a seus ocupantes ter acesso à “poupança colonial”. Ao titular deste juizado cabia a guarda dos bens dos órfãos e, em especial, da arca dos órfãos, o cofre onde eram guardados todo o dinheiro, as dívidas e os rendimentos das fazendas herdadas dos pais falecidos (FRAGOSO, 2000: 61). Rafael da Silva e Souza fora também juiz ordinário na Vila do Carmo de 1715 a 1724. Nas terras onde não existia juiz de fora a aplicação da justiça estava a cargo dos juízes ordinários, eleitos localmente, sem formação letrada e, pelo menos teoricamente, tutelados pelos corregedores das comarcas (SUBTIL, 1998: 163). Além de ter em suas mãos um poderoso instrumento de coerção - a aplicação da justiça - e distinção social, o exercício do cargo lhe rendia também grossos emolumentos¹⁰. Sem dúvida, para Rafael da Silva e Souza a ocupação destes dois cargos contribuiu, e muito, para aumento de sua fortuna pessoal, bem como para o incremento de seu poder político.

Há que sublinhar outro aspecto relacionado à ocupação de cargos administrativos na colônia. A proximidade com o poder proporcionava acesso a informações privilegiadas, o que poderia ser um recurso a mais para estes indivíduos no sentido de conseguirem maior margem de manobra na ordem colonial. Segundo Maria de Fátima Gouvêa (et al, 2004: 101), o exercício de ofícios administrativos pode ser considerado como uma estratégia que vincula saber e poder, visto que a ocupação seqüencial de diferentes cargos por um mesmo indivíduo incidia no acúmulo de informações e experiências em um mesmo sujeito através de sua circulação por diferentes instâncias administrativas e espaciais do Império Português. A despeito de ter dito isso para os oficiais régios que ocupavam os altos postos da administração ultramarina, seu argumento é também válido para aqueles indivíduos que circulavam entre os cargos políticos da colônia, como os oficiais por nós aqui analisados. Vejamos um exemplo. O sargento-mor Diogo José da Silva Saldanha ocupou ao longo de sua vida vários cargos nas diferentes instâncias de poder colonial, isto é, na Justiça, Câmara, Fazenda e Misericórdia, sem contar, é claro, nas Ordenanças. Em uma consulta do conselho ultramarino de 1796 temos o relato de todos os cargos administrativos que ocupou:

⁹Ver: AHU/MG/cx.: 22; doc.: 23 e doc.: 26.

¹⁰Ver: AHU/MG/cx.: 22; doc.: 23.

[...] Diogo José da Silva Saldanha serviu por muitos anos de juiz almotace e de vereador em Villa Rica, onde mora há 40 anos(...)foi também juiz de órfãos hum triênio e procurador na Santa Casa de Misericórdia por 13 anos, além de ter sido aí também thesoureiro por 7 anos(...)foi também fiscal da Real Casa de Fundição quando se nomeavam pessoas para este cargo [...] ¹¹.

Através da ocupação de tais ofícios Diogo José da Silva Saldanha garantia para si inúmeros privilégios que certamente ajudaram no aumento de sua fortuna pessoal. O referido oficial era um dos maiores negociantes da região de Vila Rica, possuidor de um grande negócio de fazenda seca. Levando-se em conta que o exercício dos cargos de juiz almotacé e de vereador possibilitavam o controle dos preços e serviços ligados ao comércio da região sob sua jurisdição (FRAGOSO, 2001: 46-48), pode-se supor que durante o período em que exerceu tais ofícios seus negócios prosperaram.

Apesar de nesta sociedade a riqueza por si só não garantir a “qualidade” de um indivíduo, ela era necessária para sustentá-la. Conforme desatacou Nizza e Silva (2005: 321-322) , no Brasil colonial a “qualidade” implicava também em um estilo de vida, em tratar-se à lei da nobreza, o que só seria possível para aqueles possuidores de largos cabedais. Assim, as possibilidades de enriquecimento que a ocupação de cargos administrativos trazia se incluem também entre os elementos que levavam a grande procura dos mesmos, além, é claro, do que proporcionavam em termos de prerrogativas políticas. Ou seja, os exemplos citados denotam como uma bem sucedida inserção política, pela ocupação de ofícios, podia abrir espaço para que o indivíduo se transformasse também em um membro da elite econômica. Seguindo este raciocínio pode-se dizer que a política era caminho privilegiado na busca de enriquecimento.

Ressalte-se ainda que, somados, tivemos 19 (38,76%) casos em que o oficial ocupou cargos em mais de uma das instâncias de poder citadas. Esta ocupação de variados ofícios administrativos podia fomentar a comunicação política entre estas instituições pela via da presença física dos dirigentes (SUBTIL, 1998: 172). Em contrapartida, a presença dos mesmos indivíduos em variados cargos de poder acabava por consolidar o surgimento de poderosos grupos dirigentes locais. A.J.R. Russell-Wood, (1977, apud SILVEIRA, 1997: 153) em estudo acerca dos governos locais, ressalta que não era mera coincidência que as pessoas que atuavam como vereadores e juizes tivessem altos postos nas forças militares. Ou seja, a incumbência de um cargo abria caminho para outros, criando assim uma pequena oligarquia dirigente.

¹¹AHU/MG/cx.: 142; doc.: 22.

Algumas famílias foram capazes de deter para si parte do mando local, a partir da ocupação de postos concelhios por exemplo, por várias gerações seguidas envolvendo-se assim na organização da sociedade colonial (FRAGOSO, 2000: 90), o que consistia num instrumental poderoso para a atuação e ascensão destes oficiais no além-mar. A título de exemplificação, destacamos o capitão João da Costa Azevedo, natural do reino e casado com Ana Maria de Jesus, com quem tivera sete filhos. Pelo seu inventário, constatamos que tivera uma vida confortável nas Minas. Seu patrimônio consistia em várias moradas de casas, todas cobertas de telhas, na cidade de Mariana, um plantel de 5 escravos, alguns móveis, louças da Índia, rebanho, além de dívidas ativas, sendo seu monte-mor totalizado em 5:718\$483¹².

João da Costa Azevedo ocupou durante muitos anos o ofício de escrivão da Câmara de Mariana, cargo que adquiriu através do casamento com Ana Maria de Jesus, já que tal ofício era “propriedade” da família de Pedro Duarte, seu pai. O primeiro a ganhar o referido cargo fora, em 1725, o pai de Pedro Duarte, António Pereira Machado, um dos primeiros povoadores das minas, “comprando muitas terras no ribeirão do Carmo gastando para isso grande quantidade de ouro e nelas lavrara e tirara muito ouro. Com o povoamento desta vila, foram para as ditas terras muitos moradores e edificaram nas terras lavradas do ouro em que tivera considerável perda, por ficar impossibilitado para poder lavar”¹³. Além disso, António Pereira Machado “legara ao senado da câmara uma sesmaria que ganhara do governador António de Albuquerque Coelho de Carvalho, para seu logradouro rocio e por causa desta dádiva e por ser o que ele fez de muita utilidade ao real serviço foi por bem lhe fazer mercê da propriedade do ofício de escrivam da camara da Vila do Carmo”¹⁴. Ressalte-se que António Pereira Machado não se preocupou com o fato de ceder a sesmaria que ganhara como mercê e que lhe tiraria a posse de um considerável pedaço de terra, pois sabia que o valor ganho seria maior do que o perdido. Em outras palavras, traçou uma estratégia que lhe possibilitou maximizar ganhos, no caso, um importante cargo num centro de poder local que daria à sua família possibilidade de integrar o quadro dos “homens bons” da região.

Em 1731 António Pereira Machado passou o dito ofício para seu filho Pedro Duarte Pereira, que possuía “capacidade e limpeza de sangue para o exercer”. Este em 1750 transferiu o cargo para seu genro João da Costa Azevedo, por não ter filho homem e por ter o dito “os requisitos para bem servir o dito ofício sendo tal prática um costume entre aqueles que não tinham filho varão”. Em 1802 um de seus filhos, Francisco da Costa Azevedo, pediu

¹²CSM, 1º ofício - Inventário *post-mortem* de João da Costa Azevedo. Códice 92, auto1927, (1792).

¹³AHU/MG/cx.: 162; doc.:25.

¹⁴Idem.

a mercê da ocupação do cargo de escrivão em “cujo posto se acha servindo desde 1782 provando ser de seu merecimento por ter sempre desempenhado com honra e zello o dito officio”¹⁵.

De acordo com a prática feudal, associava-se ao exercício do cargo uma relação de fidelidade pessoal, para além de uma vantagem patrimonial (benefício). O direito consuetudinário acabou por permitir que os ofícios fossem incorporados ao patrimônio do titular, podendo ser vendidos (venalidade), arrendados (penhoralidade) ou deixados em herança (hereditariedade), embora a legislação portuguesa proibisse tais práticas (SUBTIL, 1998: 167-168). Assim sendo, e seguindo um velho costume luso, os postos camaristas e os ofícios régios – se concedidos como “propriedades”, como no caso analisado – podiam ser hereditários, o que muitas vezes contribuiu para a consolidação de algumas famílias em situações geradoras de poder, reiterando-se assim uma sociedade de Antigo Regime marcada pela desigualdade (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001: 65-83).

Ressalte-se também que João da Costa Azevedo lançou mão de uma estratégia eficaz para adquirir *status*, utilizando um importante elemento de coesão social: o matrimônio. Como bem destacou Mafalda Soares da Cunha (2000: 470) a escolha do cônjuge constituía um dos momentos com maiores implicações nas trajetórias individuais. Assim, partindo-se do pressuposto de que no período analisado as alianças matrimoniais não eram motivadas por laços afetivos, mas por estratégias sociais, políticas e econômicas, pode-se sugerir que o casamento de João da Costa Azevedo foi resultado destas escolhas, pois com seu casamento passou a ter a propriedade do ofício de escrivão, que lhe abria uma gama maior de possibilidades para obter recursos de ascensão social. Eram atribuições do escrivão da Câmara: auxiliar o ouvidor ou o juiz ordinário nas funções de justiça; fazer assento no livro dos habitantes do termo engajados nas Ordenanças; fazer as execuções, penhoras e demais diligências necessárias à arrecadação da fazenda dos defuntos; proceder à arrematação de bebidas da terra, contrato do donativo do tabaco e donativo do gado; registrar as patentes e provisões; passar licenças aos vendeiros; entre outros (SALGADO, 1985: 138-271). Desta forma, através da ocupação deste cargo, João da Costa Azevedo, bem como seus antecedentes e descendentes, mobilizava recursos públicos que lhe garantiam acesso ao sistema de arrematação de impostos, interferência nos negócios e mercados da região, além de proporcionar produção de prestígio e *status*, colocando sua família numa posição privilegiada

¹⁵ Ibidem.

da hierarquia social. Dito isto, podemos ressaltar outro importante mecanismo de inserção local e do perfil do oficialato analisado: o matrimônio.

O matrimônio

Segundo Luciano Figueiredo (1997, capítulo 1) na sociedade mineira o casamento era um indício de *status* e prestígio social e, além disso, possibilitava o estabelecimento de alianças que se mostraram essenciais para a reprodução social dos agentes coloniais. Não por acaso, ao se instalar nas Minas, parte considerável dos oficiais analisados procurou enraizar-se e constituir família. Analisando alguns processos matrimoniais, inventários *post-mortem* e testamentos, bem como pedidos de passagem para o reino presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, constatamos que era alto o percentual de oficiais casados. Senão, vejamos:

TABELA 3

Estado civil dos oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica (para os quais temos informações)

<i>Estado civil</i>	<i>Freqüência</i>	<i>%</i>
Casado	73	86,90
solteiro	11	13,10
Total	84	100

Fonte: Inventários *post-mortem* e Testamentos da CSM e da CPOP. Processos Matrimoniais do AEAM.

Para os 84 oficiais (61,8%) sobre quem conseguimos obter informações acerca desta variável, 73 (86,90%) eram casados e 11 (13,10 %) permaneceram solteiros. O grupo familiar constituiu inúmeras vezes apoio importante para amenizar as dificuldades do viver cotidiano, sendo importante espaço de solidariedade e organização (FIGUEIREDO, 1997, capítulo 1), além de mecanismo de integração destes oficiais, em sua maioria reinóis, na sociedade mineira. Para visualizarmos sua importância para o alcance e consolidação das posições sociais destes oficiais, vamos citar um exemplo. O já mencionado capitão João Rodrigues dos Santos era homem de considerável poder econômico e político, como se constatou pela riqueza que possuía (um patrimônio que somava 11:965\$265); pelos cargos que exerceu (inquiridor, distribuidor e contador em São João Del Rey), e por seus títulos (Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo). Além destes elementos, que por si só faziam João Rodrigues dos Santos ocupar um patamar de destaque na hierarquia social mineira, outro mecanismo o auxiliou na consolidação de sua posição, a saber, seu casamento com Maria Ferreira da

Anunciação. Esta era filha do capitão de Ordenanças António Alves Ferreira, e seu casamento com ela o inseriu no seletto grupo das “principais famílias da terra”, pois Antônio Alves Ferreira foi um dos primeiros povoadores das Minas¹⁶. Além disso, era também afortunado, dedicou-se à mineração, tornando-se dono de algumas lavras, roças, uma fazenda e 37 escravos, sendo possuidor de um patrimônio que somava 17:623\$0067. Um montante nada desprezível, do qual, após sua morte, se beneficiariam seus oito filhos e, conseqüentemente, seus cônjuges. Portanto, com este matrimônio, João Rodrigues dos Santos, além de sua inserção em uma importante família das Minas, adquirira bens que lhe permitiram transformar-se em um próspero minerador.

Além disso, o matrimônio pode ser considerado um indício de enraizamento destes oficiais, imigrantes portugueses em sua maioria, no espaço colonial. Alguns estudiosos da imigração lusa para o Brasil destacam que o imigrado normalmente não rompia laços com a terra natal e que o padrão migratório relacionava-se à busca de ascensão social e posterior retorno¹⁷. Se os oficiais analisados se encaixam neste padrão migratório é difícil dizer. Porém, dados como este do matrimônio podem apontar caminhos. Ao que parece estes oficiais optaram por se estabelecer nos trópicos e aí criar raízes. Ademais, não podemos desconsiderar que todos os serviços que estes indivíduos prestaram ao Rei e que resultaram em mercês e, conseqüentemente, na ocupação de patamares sociais que dificilmente alcançariam no reino, constituiu-se em poderoso atrativo para sua permanência no território colonial.

A posse de títulos

Outro dado a ser explorado na constituição do perfil e da inserção deste oficialato é a posse de títulos. Os títulos conferiam nobreza e distinção proporcionando aos oficiais instrumental poderoso na definição dos lugares sociais. Na colônia, como bem ressaltou Maria Beatriz Nizza da Silva (2005: 321), aqueles que prestassem serviços à Coroa eram recompensados com variadas formas de nobilitação que lhes atribuíam determinados privilégios. Numa sociedade hierarquizada como era a do Antigo Regime, fazia-se

¹⁶AHU/MG/cx.: 35; doc.: 77.

¹⁷Neste sentido ver: KLEIN, Hebert S. “A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no início do XX”; MERRICK, Thomas & GRAHAM, Douglas. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*; MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, emigrantes e brasileiros (1834-1926)*.

constantemente necessário defender seu lugar social nos mais íntimos detalhes e neste aspecto os títulos assumiam importância ímpar.

Entre os títulos de maior incidência entre os oficiais analisados estavam o Foro de Cavaleiro e Escudeiro da Casa Real, os Hábitos das Ordens Militares, sobretudo a de Cristo, e a Familiatura do Santo Ofício. Encontramos, em nossa amostragem, 21 oficiais que possuíam algum destes títulos, ou mais de um deles.

TABELA 4

Títulos possuídos por alguns dos oficiais de Ordenanças da comarca de Vila Rica

Nome	Fidalgo	Familiar	Ordem de Cristo
António Alves Ferreira	-	-	X
António Ramos dos Reis	-	-	X
Caetano Alves Rodrigues	X	-	X
Cosme Damião Vieira da Silva	-	-	X
Domingos Pinheiro	-	-	X
Estevão Gonçalves Fraga	-	-	X
Feliciano José da Câmara	-	-	X
Francisco Pais de Oliveira	-	-	X
Francisco Rodrigues Vilarinho	-	X	-
João de Sousa Lisboa	-	X	X
João Favacho Roubão	-	X	-
João Lobo Leite Pereira	X	-	-
João Rodrigues dos Santos	-	-	X
José Álvares Maciel	-	-	X
José Caetano Rodrigues Horta	X	-	X
José da Silva Pontes	-	-	X
Luís José Ferreira da Gouveia	-	-	X
Manuel de Sousa Pereira	-	X	X
Nicolau da Silva Bragança	-	-	X
Nuno José Pinto Pereira	-	-	X
Vicente Freire de Sousa	-	-	X
Total	3	4	17

Fonte: AHU/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/CD-ROM. Carta de D. Antônio de Noronha remetendo a Martinho de Melo e Castro uma relação dos privilegiados existentes em Minas. AHU/MG/cx.: 111; doc.: 38.

A partir do reinado de D. Manuel I passou-se a estabelecer moradia na Casa Real de acordo com a “qualidade” do beneficiado. Ser morador da Casa Real implicava receber uma “moradia” mensal e uma ração diária de cevada. (SILVA, 2005: 16-17). Os exemplos mostram que o “filhamento” na Casa Real não era apenas o resultado de uma ascendência fidalga e sim a recompensa de serviços militares na colônia. Este foi o caso de José Caetano Rodrigues Horta, natural da freguesia de São Sebastião, feito Escudeiro e Cavaleiro Fidalgo

da Casa Real antes de 1757, honra recebida em atenção aos grandes serviços por ele prestado na defesa da capitania de Minas, tudo “às custas da despesa de sua fazenda”¹⁸.

Ser Familiar do Santo Ofício era também sinal de grande prestígio. A seleção dos Familiares era feita entre pessoas que tivessem fazenda e vivessem abastadamente, pois lhes eram exigidas, no decorrer de suas diligências, viagens e deslocações. Eram eles quem informavam o comissário local sobre os casos que pertencessem à jurisdição inquisitorial, bem como se encarregavam de todas as diligências determinadas pelo representante eclesiástico do Santo Ofício. Os critérios do Santo Ofício para aceitação dos candidatos a Familiares eram a limpeza de sangue, saber ler e escrever, ser capaz de se encarregar de averiguações secretas, possuir bens de fortuna (SILVA, 2005: 159-161). Além disso, exigia-se certo “rigor” nas atitudes e comportamentos dos candidatos, o que não impedia que exceções fossem abertas. O capitão João Favacho Roubão, por exemplo, apesar de ter permanecido solteiro ao longo de sua vida, possuía um filho ilegítimo, fruto de um relacionamento com uma mulher “parda e solteira”¹⁹. Este fato poderia ter sido um obstáculo para a aquisição da Familiatura já que, para o Santo Ofício, os costumes adquiriam grande importância e não convinha a aceitação de Familiares com filhos fora do matrimônio, sobretudo se fossem “de cor”. Porém, mesmo considerando esta exigência, tal “desvio” não atrapalhou João Favacho Roubão de alcançar o título e aparecer listado em um documento de 1777, remetido a Martinho de Melo e Castro, com o nome dos privilegiados existentes na capitania²⁰.

Entre esta pequena parcela de oficiais detentora de títulos, a posse de Hábitos da Ordem de Cristo se sobressai, dado significativo se considerarmos que, para receber tais graças, era necessário passar por toda uma engrenagem com regras próprias. Se compararmos a concessão deste título com outros aqui mencionados, como o filhamento na Casa Real, as diferenças ficam mais nítidas. Se o ser Fidalgo da Casa Real dependia apenas da vontade do Rei, para receber os Hábitos das Ordens Militares, a Mesa de Consciência e Ordens, instituição que administrava tais ordens, fazia uma série de exigências baseadas em estatutos e provanças de isenção de defeito “mecânico” e limpeza de sangue, que, pelo menos até a segunda metade do século XVIII, permaneceram bastante rígidas (SILVA, 2005: 98-106).

A explicação para esta maior incidência está no fato de que, no ultramar, a concessão de hábitos militares foi um artifício utilizado correntemente pelo Rei para premiar os súditos leais

¹⁸AHU/MG/cx.: 86; doc.: 17.

¹⁹CSM, 1º ofício. Testamento de João Favacho Roubão. Livro n.º47, Folha 104, (1782).

²⁰AHU/MG cx.:111, doc.: 38.

que prestassem serviços de grande utilidade para *Republica*. Entre estes serviços de grande utilidade estavam a defesa das *conquistas* e, para o caso de Minas Gerais e também Goiás, o pagamento dos quintos, pois desde a promulgação do alvará de 3 de dezembro de 1750²¹ passou-se a recompensar com benefícios, mercês e honras, quem recolhesse à Casa de Fundição, no espaço de um ano, oito arrobas de ouro ou mais. Dada a progressiva diminuição da recolha de ouro nas Casas de Fundição, o incentivo foi efetivamente posto em prática com o atendimento dos pedidos de Hábito de Cristo que chegavam ao Conselho Ultramarino (SILVA, 2005: 198). Foi neste contexto que Vicente Freire de Sousa, capitão da Ordenança de Pé de uma das companhias da cidade de Mariana, solicitou, em 1757, o Hábito de Cristo. Citado como um dos homens mais ricos da capitania de Minas na já mencionada lista de 1756, feita pelo provedor da fazenda, vivia da ocupação de mineiro. Apesar de ser homem possuidor de cabedais, o que na sociedade mineira já lhe conferia certa posição de destaque, este oficial procurou destacar-se também pelo prestígio. Assim, tentou tornar-se Cavaleiro da Ordem de Cristo, argumentando que “meteu na casa de fundição da dita Vila Rica mais de 12 arrobas de ouro e que sendo V. Mag servido remunerar os vassallos que fazem entrar na casa de fundição quantidade de ouro solicita o habito da ordem de cristo como premio por tal serviço”²².

Contudo, cabe sublinhar que este artifício da Coroa para remunerar serviços ligados à extração do ouro se chocava frequentemente com as exigências da Mesa de Consciência e Ordens, que muitas vezes barravam a concessão dos Hábitos para aqueles que não tivessem os critérios priorizados pelos estatutos (SILVA, 2005: 104).

O tempo de permanência e a rotatividade nos postos

Outro dado a ser explorado na constituição do perfil do oficialato diz respeito ao seu tempo de permanência nos postos militares.

²¹Este Alvará aboliu o sistema de capitação de escravos e determinou a cobrança dos quintos pelo sistema de Casa de Fundição, acrescentando uma arrecadação mínima de cem arrobas anuais e instituindo a derrama. SILVA (2005: 198).

²²AHU/MG/cx.: 71; doc.: 18.

TABELA 5

Tempo de permanência dos oficiais em postos das Companhias de Ordenanças (para os quais temos informações)

<i>Permanência</i>	<i>Freqüência</i>	<i>%</i>
0 a 4 anos	9	9,78
4 a 10 anos	10	10,87
+ de 10 anos	73	79,35
Total	92	100

Fonte: cartas patentes do AHU/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/CD-ROM.

Pela tabela acima constatamos que eram raros os casos em que um oficial ocupava seu posto por pouco tempo, havendo assim uma quase monopolização de postos militares pelos mesmos indivíduos. Para os 92 nomes (67,6%) sobre os quais conseguimos obter informações a este respeito, em apenas nove casos (9,78%) o indivíduo permaneceu por menos de quatro anos no posto. Para o restante dos nomes, 10 (10,87%) permaneceram de quatro a dez anos e 73 (79,35%), por mais de uma década.

A historiografia relata que para se chegar aos mais altos postos havia duas regras fundamentais, o que é válido tanto para o reino quanto para o ultramar: a primeira dizia respeito ao percurso que se devia fazer nos variados postos, isto é, de um mais baixo para um de mais alto patamar; a segunda se referia ao tempo de permanência nestes postos, que deveria ser grande (COSTA, 2003: 106). De fato, entre os oficiais aqui analisados que conseguiram atingir o posto de maior prestígio nas Ordenanças, o de capitão-mor, e até postos de maior prestígio em outras forças militares, como o de coronel nas forças auxiliares, figurou além da grande permanência, como constatamos pela tabela acima, uma carreira militar onde ocuparam postos de um escalão mais baixo até atingirem um mais alto.

Ademais, a longa permanência destes oficiais em postos militares pode ser considerada mais um indício de seu enraizamento nos trópicos, bem como de seu envolvimento com a própria história colonial. Em outras palavras, tal permanência pode ter auxiliado na formação daquilo que Luciano Figueiredo (1996: 472 apud BICALHO, 2003: 388-389) denominou de “patrimônio memorialístico” – de enfrentamento, privações, perdas e empenho de suas vidas e cabedais – ou seja, de inclusão no espaço colonial através de elementos que os colocavam como agentes participativos da colonização e que sustentavam seus pedidos junto ao Monarca.

Constatamos, também a presença de certa rotatividade dos oficiais no exercício de vários postos militares. Muitos destes indivíduos continuariam a ser militares, só que através

do exercício de diferentes postos ao longo de suas vidas, não só nas Ordenanças como também nas Tropas Pagas e Auxiliares, sendo esta rotatividade muitas vezes fruto de promoções:

TABELA 6
Porcentagem de oficiais de Ordenanças que obtiveram promoção em sua carreira militar (para os quais temos informações)

<i>Promoção</i>	<i>Freqüência</i>	<i>%</i>
Sim	61	66,30
Não	31	33,70
Total	92	100

Fonte: cartas patentes do AHU/Projeto Resgate – Documentação avulsa de Minas Gerais/Cd-rom

Para os oficiais sobre quem conseguimos coletar informações acerca deste dado, 31 (33,70%) não obtiveram promoções, isto é, permaneceram ligados a um único posto por toda sua vida e 61 (66,30%) possuíram diferentes patentes ao longo de sua vida, estabelecendo uma “carreira militar” bem sucedida, ocupando diferentes postos e em diferentes forças militares, e muitas vezes chegando ao topo da hierarquia nas Ordenanças. Neste sentido vale a pena observar a carreira de Manuel Manso da Costa Reis, através da qual também podemos compreender, além dos mecanismos de promoção, o processo de seleção para postos militares. Em 1770, então tenente de Auxiliares, ele foi indicado, juntamente com o capitão Feliciano José da Câmara – capitão mais velho do terço de Ordenanças de Vila Rica – e com o tenente-coronel do terço de Auxiliares de Vila Rica Antônio de Sousa Mesquita, na lista tríplice da Câmara de Ouro Preto para ocupar o posto de sargento-mor das Ordenanças, vago por falecimento de Manuel Rodrigues Abrantes. Como de costume, o requerente apresentou sua folha de serviços militar, na qual listava os serviços prestados à Coroa que o capacitavam a ser indicado como um dos “principais da terra” e, portanto, ao posto²³. Através do que foi relatado neste documento podemos acompanhar a carreira militar de Manuel Manso da Costa Reis e constatamos que ele passou pelas diferentes forças militares, isto é, foi oficial nas Tropas Pagas, Auxiliares e de Ordenanças o que lhe possibilitou um significativo acúmulo de experiência e honrarias, que agora estavam sendo usadas na aquisição de outra patente de mais alto escalão na hierarquia. Segundo o relato:

[...] Manuel Manso da Costa Reis já havia servido nas tropas pagas desta capitania, fora também coronel do regimento de cavalaria auxiliar de nobreza

²³AHU/MG/cx.: 99; doc.: 24.

de vila rica e tenente na mesma, postos ocupados por ser um dos primeiros povoadores da localidade e pessoa abastada de bens, além de ser uma das pessoas mais idôneas e capazes da capitania [...] ²⁴.

Todas estas características ajudaram este oficial a ganhar a disputa pelo posto de sargento-mor dos outros dois concorrentes, garantindo assim sua ascensão a um dos mais altos postos da hierarquia militar nas Ordenanças e conseqüentemente, à elevação de seu *status*.

O exemplo acima pode ajudar também a entender quais os atributos que pesavam decisivamente nas promoções dos oficiais no ultramar. Em Portugal os postos de maior prestígio, em qualquer uma das forças militares, eram ocupados, em sua maioria, pela primeira nobreza de corte, sendo sua obtenção resultado, não de uma promoção, mas da hereditariedade (MONTEIRO, 2003:102-104). Em outros termos, em Portugal o critério determinante para alcançar os mais altos postos militares era o nascimento ilustre. Já no ultramar o critério determinante era a prestação de serviços à Coroa. Como o caso de Manuel Manso da Costa Reis exemplificou, as promoções no seio das Ordenanças ocorriam mediante a prestação de variados serviços ao Monarca que, em retribuição, os agraciava com mercês, tais como as patentes militares.

Assim, se a formação específica de militar em academias militares era aspecto de pouca importância para a ascensão dos oficiais a postos de maior prestígio, tanto no reino quanto no ultramar (MONTEIRO, 2003: 102-104), a experiência militar mediante atuações bélicas era muito valorizada e um poderoso recurso na obtenção de mercês e, portanto, de promoções. Convém lembrar que os serviços de guerra e defesa da terra incluíam-se entre os mais enobrecedores e importantes para concessão de mercês régias e, neste sentido, constituíam um importante componente da incrementação da “qualidade” dos coloniais (ALMEIDA, 2003: 153).

Pelo quadro esboçado pode-se dizer que, provenientes sobretudo do norte de Portugal, os oficiais enfocados vinham para as Minas em busca de melhores oportunidades, que surgiam mediante a prestação de serviços à Coroa. Esta prestação de serviços configurou-se em uma oportunidade através da qual estes indivíduos aumentariam seu cabedal político, econômico e simbólico mediante as honras e mercês conquistadas. Todos os elementos mencionados – acesso a cargos e o *status* daí advindo, matrimônio, experiência militar adquirida pela ocupação de postos por longos períodos, rotatividade, promoções etc. –

²⁴Idem.

propiciaram a estes oficiais recursos e meios de estabelecerem estratégias que lhes garantissem acesso a posições privilegiadas. Ressalte-se, porém que os indivíduos que compunham os quadros das chefias militares de Ordenanças na região enfocada não constituíam um grupo homogêneo e, conseqüentemente, perfeitamente configurado. Os próprios exemplos citados revelam que este grupo não se encaixa em um patamar específico, visto que oferecem níveis diferenciados de estratificação.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carla M. Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial (1750-1822)*. Niterói. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2001.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ANASTASIA, Carla. *Vassalos e rebeldes: violência coletiva nas Minas na primeira metade do século XVIII*. Belo Horizonte: C/ Arte, 1998.
- BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. Vol. 1, London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo:, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
- BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 1998, v.18, n.36, pp. 251-280.
- COSTA, Fernando Dores. Fidalgos e plebeus. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.
- COTTA, Francis Albert. *No rastro dos Dragões: universo militar luso-brasileiro e as políticas de ordem nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- CUNHA, Mafalda Soares da. *A Casa de Bragança, 1560-1640: práticas senhoriais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.
- FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000.
- FIGUEIREDO, Luciano. *Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Revoltas, fiscalidade e identidade colonial na América portuguesa*. Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, 1640-1761. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 1996.
- FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. Imigração portuguesa e miscigenação no Brasil nos séculos XIX e XX: um ensaio. In: LESSA, Carlos (Org.). *Os lusíadas na aventura do rio Moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. Rio de Janeiro, 1790-1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII), *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, 2000, vol. 1, p. 45-122.

- _____. A formação da economia colonial do Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria F. (Orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI – XVII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- _____. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. *Topoi: Revista de História*, Rio de Janeiro, 2002, vol. 5, p. 41-71.
- FURTADO, Júnia. *Homens de negócio: a interiorização da Metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOUVÊA, Maria de F.; FRAZÃO, Gabriel A & SANTOS, Marília N. dos. Redes de poder e conhecimento na governação do Império Português, 1688-1735, *Topoi: Revista de História*. Rio de Janeiro, 2004, vol. 5, nº. 8.
- HESPANHA, António Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003.
- _____ e XAVIER, Ângela B. As redes clientelares. In: HESPANHA, António M (Org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.
- KLEIN, Hebert S. A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil no fim do século XIX e no início do XX, *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, jul./dez. 1989, v.6, n. 2.
- KRAAY, Hendrik. *Race, state and armed forces in indenpendence-era Brazil: Bahia 1790s-1840s*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- LEONZO, Nanci. *As Companhias de Ordenanças na capitania de São Paulo: das origens ao governo de Morgado de Mateus*. São Paulo: Coleção do Museu Paulista, Série História, v. 6, 1977.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: A Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- MELLO, Christiane F. Pagano de. *Os Corpos de Auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII – As capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*. Niterói. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, 2002.
- MELLO, Evaldo Cabral de Mello. *A fronda dos mazombos: nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*. São Paulo: Ed. 34, 2003.
- MERRICK, Thomas & GRAHAM, Douglas. *População e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MONTEIRO, Miguel. *Migrantes, emigrantes e brasileiros (1834-1926)*. Fafe, NEPS/IBIT/IESF, 2000.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo. “Poder senhorial, estatuto nobiliárquico e aristocracia”. In: HESPANHA, António Manuel. (Org.). *História de Portugal: O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.
- MONTEIRO, Nuno G. “Comandos militares e elites sociais”. In: HESPANHA, António Manuel (Org.). *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II – séculos XVI-XVII. Lisboa: Círculo de Leitores: 2003.

- PEREGALLI, Enrique. *Recrutamento militar no Brasil colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.
- PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- RAMOS, Donald. "From Minho to Minas: the Portuguese roots of the mineiro family". *Hispanic American Historical Review*. North Carolina, nov. 1993, vol. 73, pp.639-662.
- RUSSEL-WOOD, A. J. R. "O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural". *Revista de História*, São Paulo: FFLCH/USP, 1977, LV (109), p. 25-79.
- SALGADO, Graça (Org.). *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, Kalina V. da. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 2001.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.
- SILVEIRA, Marco A. *O universo do indistinto*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.
- SUBTIL, José. "Os poderes do centro". In: HESPANHA, Antônio M. (Org.). *História de Portugal: o Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, 1998.

O general Góes Monteiro: a formulação de um projeto para o Exército

Marcos Luiz Bretas¹

Resumo

Este trabalho pretende contribuir para o conhecimento da obra político-intelectual do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, decisiva para o estabelecimento das bases militares do Estado Novo (1937-1945). Suas idéias e ação conduziram o processo que fez do Exército brasileiro, de instituição politicamente cindida desde as rebeliões dos anos 20, uma organização dotada de uma doutrina unificadora e demandas próprias.

Palavras-chave: Exército, política e república.

Abstract

This paper intends to contribute to the knowledge of the general Pedro Aurélio de Góes Monteiro's intellectual-political work, that was mainly important to the establishment of the military bases of the Estado Novo (1937-1945). His ideas and actions led the process that turned Brazilian's army from an institution politically splited since the rebellions on the 20's, to an organization endowed with an unifying doctrine and self demands.

Key words: Army, politic and republic.

¹ Doutor em História. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de *Ordem na cidade: o cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997 e *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. bretas@ifcs.ufrj.br

A revolução de 1930 teve entre seus resultados o lançamento de um grande número de políticos civis, que permaneceram por longo tempo vinculados aos grandes acontecimentos da história política do país. No âmbito militar, ocorreu – no nível da percepção mais imediata – a consolidação do prestígio do grupo dos *tenentes*, originário das rebeliões dos anos 20. Este grupo, entretanto, deve seu prestígio à sua atuação política, não estando ligados às profundas transformações que sofreu o Exército brasileiro no decorrer do primeiro governo de Getúlio Vargas.

No meio militar, emerge a figura imprecisa e paradoxal do general Góes Monteiro, ativo nos grandes momentos do período para, em seguida, mergulhar na penumbra reservada aos que despertam pouca ou nenhuma simpatia. Muitas apreciações podem ser acumuladas sobre Góes Monteiro, quase sempre num tom de desagrado mal disfarçado, como, para ficar num exemplo, o julgamento de Cordeiro de Farias:

Góes foi uma figura decisiva. Era um homem de inteligência fora do normal, profundo conhecedor de história militar. Era bonachão, tinha fama de beber muito, mas isso é uma injustiça. Gostava de uísque, tinha a fala mole, mas bebia sem grandes exageros. ... Entretanto, era excessivamente ambicioso. Tinha coragem física, mas não tinha coragem moral. (CAMARGO e GÓES, 1981: 168)

Nesta linha, Góes ficou consagrado como o eterno candidato à Presidência da República, sempre incapaz de obtê-la para si. Entre os cientistas sociais dedicados ao estudo do exército brasileiro, seu nome é referido como precursor da “doutrina de segurança nacional” elaborada pela Escola Superior de Guerra (COLEHO, 1976). Na história militar oficial, Góes Monteiro é uma personagem de bastidores, mencionada sem comentários; não está entre os heróis que devem ser recordados...

Apesar destas restrições, Góes deve ser colocado no centro do processo de transformação sofrido pelo exército brasileiro nos anos 30, seja como o formulador mais coerente de um papel para o exército na sociedade, seja como ator decisivo na realização – ao menos parcial – de seu projeto.

Discursando em homenagem a Góes, falou José Américo de Almeida: “As homenagens que vos são tributadas, hoje, exprimem, só por si, os valores da vossa formação. A dos militares consagra vossa formação de soldado; a dos civis preconiza vossa mentalidade de cidadão”.² O esquecimento a que é relegado atualmente atinge aquele que para os civis era um militar e, para os militares, agia como civil. O preço

² O discurso de José Américo foi publicado como prefácio em MONTEIRO, Góes. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores, s.d., p. 9.

pago pelo sucesso de seu projeto militar foi a sua própria condenação como desviante, fator que Góes provavelmente não ignorava, pois mais de uma vez se referiu às próprias atitudes como destinadas a evitar que fatos semelhantes ocorressem no seio da organização.

Tento neste trabalho dar alguns passos³ para o conhecimento da obra de Góes, destacando em sua biografia os elementos que informarão os seus trabalhos do período mais criativo, do intelectual no auge da vitalidade, entre 1932 e 1935, quando estabelece as bases militares do Estado Novo. Esta trajetória coincide com o retorno do exército ao centro das atividades políticas, a partir das rebeliões dos anos 20. Ao iniciar esta jornada, o exército brasileiro encontra-se cindido, com idéias e lideranças o disputando como sustentáculo para seus poderes locais ou projetos nacionais. Quando o governo Vargas chega a seu ponto de maior força, no Estado Novo, o exército tem outro aspecto, unido – ou ao menos se apresentando como tal externamente – com as condições de profissionalização requeridas pelos “jovens turcos” há vinte anos já atendidas, apresentando suas reivindicações como organização. Nesta passagem de uma instituição dividida para a organização possuidora de uma doutrina unificadora e demandas próprias, é difícil deixar de ressaltar o papel do General Góes Monteiro.

A Formação do revolucionário: história de um legalista

A carreira de oficial do exército era, na República Velha, mais uma contingência que visava alcançar certo padrão de vida que uma opção definida por vocação. Estes oficiais por necessidade faziam carreiras obscuras em regimentos de fronteira, esquecidos das promoções decididas na capital federal e nas sedes das Regiões Militares, para acabarem reformados, insignificantes e esquecidos. A exceção aparecia pelo apadrinhamento, quando algum oficial general de prestígio apoiava e trazia para os centros de decisão os seus apadrinhados.

Arrimo de extensa família (Nove irmãos), tudo indicava que a carreira do alagoano Pedro Aurélio de Góes Monteiro seria feita no interior do Rio Grande do Sul,

³ O primeiro trabalho publicado sobre Góes foi SMITH, Peter Seaborn. *Góes Monteiro and the role of the army in Brazil*. La Trobe University Institute of Latin American Studies, Bundoora, 1979. Em 1983, Smith mostrou-me uma longa biografia de Góes que escreveu, mas, depois disso, não tive outras notícias do trabalho.

sem incidentes dignos de nota.⁴ A garantia de sua estabilidade era dada pelo casamento, realizado numa família de projeção em Alegrete. As pretensões intelectuais e a afinidade com os movimentos renovadores no exército aparecem de forma incipiente na publicação de um primeiro trabalho – sobre a batalha de Waterloo – em 1908 e na colocação como representante da revista dos “jovens turcos”, *A Defesa Nacional*, na guarnição de Alegrete.⁵ Esta atividade discreta vai sofrer uma reviravolta a partir de sua vinda para o Rio de Janeiro, aonde vem cursar a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Este curso era então dirigido pelos oficiais da Missão Militar Francesa (MMF) e alterava os padrões tradicionais de formação da oficialidade brasileira. São os oficiais franceses que vão “descobrir” as qualidades militares do “oficial provinciano, bisonho”, Góes Monteiro, classificado em segundo lugar no exame de cavalaria ao fim do curso, e encaminhado para a Escola de Estado-Maior, também sob a orientação da Missão.

Da instrução recebida nos cursos dirigidos pela MMF ficarão alguns dos elementos principais do pensamento militar de Góes Monteiro e sua geração.⁶ No bojo da renovação são reformadas as concepções estratégicas, voltadas para a definição de um “inimigo principal” – no caso brasileiro, a Argentina – e de um plano de guerra que mobilizasse todos os setores da nação. Góes Monteiro, em um de seus primeiros trabalhos, explicita claramente estes conceitos:

De um momento para outro, [é possível que o Brasil] possa ser envolvido num conflito externo, cuja melhor maneira de evitar ainda será, por muito tempo, dadas as condições naturais do mundo – estar-se bem preparado para ele.

O ponto de partida é, naturalmente, considerar, entre todos os países continentais, aquele que for o mais forte, portanto o mais perigoso no caso de agressão, e sobre os recursos – avaliados sem restrições – raciocinar acerca da maneira mais eficaz de reagir contra os ataques.

Se se imaginar uma agressão rápida e violenta, com o emprego de todos os meios, pelo inimigo mais provável, dentro de um prazo verossímil após a abertura de hostilidades – coligidos estarão os dados precisos para conhecer as próprias necessidades e de que maneira, no tempo e no espaço, se poderá enfrentá-lo.

⁴ Chama a atenção – e exige um estudo mais sistemático – a semelhança entre as origens de Góes e dos tenentes analisados por Sérgio Miceli, *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977. Família decadente, orfandade e prole numerosa levam ao exército oficiais sem padrinho, aparentemente característicos do período em estudo.

⁵ O artigo de 1908 foi reproduzido – sem indicação de fonte – no *Anuário Militar do Brasil* de 1935.

⁶ Isso é geralmente assumido na bibliografia sobre o tema, sem que, no entanto, um estudo cuidadoso da Missão tenha sido feito.

Daí surgirão, em substância, as bases para uma organização militar em tempo de guerra, com os elementos de que se há de lançar mão, em terra, no ar e no mar, com um mínimum indispensável à própria defesa. Será então estudado e estabelecido um plano de guerra...⁷

Na análise feita por Góes, a elaboração deste “plano de guerra”, esbarrava em dois problemas: a incúria dos políticos e o antimilitarismo do povo brasileiro.

Na relação entre as Forças Armadas e a política, Góes reflete mais uma vez a doutrina francesa: o exército deve ser o “Grande mudo”. A conjuntura brasileira dos anos 20, entretanto, coloca o problema da manipulação por “políticos inescrupulosos, que não têm desistido de atrair os membros das corporações armadas para o campo das lutas partidárias”. Estes mesmos políticos, quando no poder, nada fazem para melhorar a situação das Forças Armadas. “As atitudes singulares do Barão do Rio Branco, de Pedro Lessa, Bilac, Félix Pacheco, Calógeras e outros expoentes destoam da regra geral, causando mesmo espanto e controvérsia.” Daí o descrédito na ação dos políticos que, ao se agravar, entrará em conflito com o postulado da neutralidade militar. Neste primeiro momento, porém, o que se coloca é um apelo aos “estadistas de ânimo forte e resolutivo, que estão imprimindo novo e mais seguro ânimo às energias nacionais, [que] não devem esquecer o elemento garantidor do seu desenvolvimento pacífico. Os homens públicos devem ser solicitados a tomar contato mais direto e estreito com as classes armadas, para conhecer melhor suas necessidades e poder satisfazê-las”.

O povo brasileiro, cheio de “aglomerados sub-raciais e indefinidos, nos quais predominam influências atávicas bem inferiores”, caracterizado sempre por sua “índole pacífica”, pela “ojeriza quase invencível pelas coisas militares” significará sempre na obra de Góes um elemento a ser vencido, um obstáculo na marcha inexorável da Nação.

As concepções teóricas do brilhante aluno dos franceses encontram campo real de aplicação a partir de 5 de julho de 1924 em São Paulo. A postura de Góes diante das agitações militares havia sido sempre discreta, “porque estava convicto de que, tendo prestado juramento militar em defesa das instituições, era ridículo repeti-lo toda vez que exigiam” (COUTINHO, 1956: 9). Essa atitude gerava desconfianças de parte tanto dos revoltosos como dos legalistas □ ou em outras situações, confiança, como por parte de João Alberto que, falando da participação de Góes neste período, afirma que “assim

⁷ *O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental*. Este pequeno livro foi escrito por Góes Monteiro em 1925 e permanece inédito no Brasil. A introdução e a conclusão foram publicadas em SMITH, *Op. Cit.* O original está no Arquivo Góes Monteiro, no Arquivo Nacional (daqui por diante AGM-AN). As citações a seguir têm a mesma origem, salvo indicação contrária.

como em 1922 seus zelos legalistas não iam muito longe” o que motivou a boa aceitação de seu nome pelos tenentes em 1930 (BARROS, 1953: 239) □ criando uma situação incômoda. Em 1924, Góes é enviado para São Paulo e começa a tomar contato com o exército brasileiro em operações, considerando aqueles que estão a serviço da Pátria “péssimos brasileiros uns, inconscientes, nulos e irresponsáveis outros”⁸.

Com a fuga dos revolucionários de São Paulo, Góes retorna ao Rio, para a Escola de Estado Maior onde era professor, mas não ficaria aí muito tempo, logo deslocado novamente para perseguir os revoltosos, o que seria sua rotina até 1927. No Paraná, para onde é enviado, chefia o Estado-Maior do coronel. Álvaro Mariante, que se tornaria o principal responsável por sua carreira até 1930, quando Góes afirma: “Eu sou obra do acaso e do Gen. Mariante”. Ao lado de Mariante, promovido a general em 1926, Góes combaterá a Coluna Prestes (1925-1927) e, depois, irá para a Diretoria de Aviação, fazendo uma rápida carreira até tenente-coronel.

A participação direta no conflito vai permitir que Góes sistematize suas críticas à situação do exército brasileiro, tendo como explicadores extra-organizacionais os já referidos: o antimilitarismo do povo e o desinteresse dos políticos. Relacionando diretamente a problemática com as dificuldades encontradas para derrotar a Coluna Prestes, Góes aponta o “fato de estarmos desprovidos dos fatores principais da vitória, subsistentes em todos os tempos e que como é sabido são, na ordem de importância crescente: material, tropa e chefe”.⁹

As deficiências materiais são facilmente constatáveis, devido à escassez de recursos e a extensão do território brasileiro, agravadas pela organização política, “pois é preciso atender simultaneamente os interesses nacionais, estaduais, regionais, municipais e até os interesses individuais”.¹⁰ Surge aqui a crítica do regionalismo e da forma federativa brasileira, crítica que unifica os militares legalistas e os tenentes e aponta para a única perspectiva de consenso entre os militares, que Góes formulará na década de 30: um governo centralizador e autoritário.

Sobre a tropa – vistas as concepções de Góes sobre a formação étnica do povo brasileiro – era de se esperar uma opinião depreciativa do soldado brasileiro. Pelo contrário, o material humano é considerado bom: no combate à Coluna, Góes se utilizará de jagunços, o elemento humano regional que ele considera o mais adequado

⁸ Carta de Góes a esposa. São Caetano, 24/07/1924. AGM-AN.

⁹ Carta de Góes ao Presidente Bernardes. S.d. AGM-AN. Esta carta levou Peter S. Smith a sugerir que Góes agia como espião de Bernardes junto às forças legais. SMITH, *Op. cit.* p. 5.

¹⁰ *Idem.*

ao meio. O problema da tropa é ela ser “sem coesão, sem homogeneidade, sem instrução e sem *élan*; incapaz de se sacrificar, sujeita a pânico e a dissociação fácil”. São deficiências morais e técnicas, que refletem a incapacidade técnica de seus comandantes e a “falta de confiança dos subordinados em seus superiores hierárquicos, cuja ascendência intelectual e moral sobre aqueles, muitas vezes é nenhuma.”¹¹

Sobre os comandantes, a apreciação de Góes é violenta: “A maior parte dos oficiais constitui um corpo de profissionais apenas pela indumentária, por outras aparências exteriores, e no fato de querer que a profissão seja cabalística e monopólio deles.” Os jovens não buscam voluntariamente a carreira militar, a não ser por necessidade financeira – como parece ter sido o caso do próprio Góes. Aquele que deseja dedicar-se ao trabalho, esbarra, em primeiro lugar, na educação defeituosa; para as promoções, forma de ascensão profissional, “a seleção, em regra, inverte o princípio das capacidades para premiar os que se fazem favoritos”¹², sendo necessário “um sistema mais racional de promoções [que venha] estabelecer, realmente, princípios que tragam recompensas ao mérito e ao trabalho profissional, em vez de fulminar aspirações lícitas, pelo uso e abuso de processos que só acarretam discórdias e desânimos”.¹³

Esforços para melhorar são constatáveis, principalmente da parte da Missão Militar Francesa, mas mesmo estes “não têm conseguido senão um rendimento mínimo, isso mesmo teórico, tantas são as resistências de toda sorte que oferecem, velada ou ostensivamente, elementos do nosso Exército”.¹⁴

Apesar destas idéias, Góes é promovido de capitão a major em apenas dois anos, devido à sua posição no estado-maior do comandante geral das forças em operações. Quando a Coluna Prestes atravessa a fronteira e as forças legais são dissolvidas, Góes reassume o lugar de professor na Escola de Estado-Maior, mas não permanece muito tempo, logo convocado pelo general Mariante para chefiar seu gabinete na Diretoria de Aviação Militar.

Em 1929, alguns episódios contribuem para tornar Góes Monteiro mais suspeito para a cúpula militar. Em primeiro lugar a sua presença no hotel em que se hospedava Flores da Cunha, que viera romper, em nome do Rio Grande, com Washington Luiz, tendo encontrado diversos políticos gaúchos, seus conhecidos do tempo em que residira naquele estado, aos quais teve que cumprimentar, sendo fotografado no meio deles.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ O Destacamento Mariante no Paraná Ocidental. AGM-AN.

¹⁴ Idem.

Segundo Góes sua presença ali era acidental, em visita ao cunhado que também era hóspede do hotel.

A repercussão deste episódio se agravou quando Góes foi encarregado de um inquérito policial militar para investigar a acusação de que um oficial da Escola de Aviação Militar, Lysias Rodrigues, estava fazendo propaganda da candidatura Júlio Prestes. A conclusão foi afirmativa, tendo sido este oficial punido com trinta dias de detenção.

No início de 1930, Góes é transferido para o serviço arregimentado, lotado no 3º RCI em São Luiz Gonzaga das Missões, “a pior guarnição do Rio Grande do Sul”, tendo ainda como desafetos pessoais o Comandante da Região e o da Divisão de Cavalaria a que pertencia o regimento.

Os conspiradores da Aliança Liberal recebem Góes festivamente, tentando conquistá-lo. A atitude de Góes, a partir de suas primeiras conversas com Osvaldo Aranha, é dúbia. Concorde com as críticas feitas pelos revolucionários ao governo federal, mas defende a legalidade, não se dispondo a ser um revolucionário, mas colaborando na resolução de problemas que estes lhe apresentam.

O contato com o regimento que iria comandar, em precárias condições, é assim descrito:

Tenho cerca de 600 homens. Destes, 450 recrutas, quase todos analfabetos, distribuídos por 2 esquadrões. Estão mal fardados, mal arrumados (não tenho munições nem armas suficientes); mal alojados. Para instruí-los, apenas 4 oficiais, uns 15 sargentos e uns 20 cabos – atrasados, ineptos ou inexperientes. Cavalhada em condições precárias e apenas uns 150 animais em condições de serem montados. É um problema quase insolúvel.¹⁵

Os bons oficiais foram removidos sem substitutos. Os que restaram eram ou desqualificados ou inimigos do comandante da região (general Gil de Almeida, chamado por Góes de Gen. Vil). A primeira disposição de Góes é impor uma rígida disciplina no regimento, para melhorar o trabalho, o que chega a criar indisposições entre ele e os outros oficiais. Este ânimo, que esbarra na oposição de seus subalternos e superiores, esvazia-se rápido, a ponto de em junho Góes escrever que pretende reduzir o ritmo de atividades: “De fato, é uma tolice rematada eu querer naquele *far-west* longínquo, fabricar um arremedo de regimento alemão”.¹⁶

¹⁵ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/5/1930. AGM-AN.

¹⁶ Carta de Góes a Caiado de Castro, 30/6/1930. AGM-AN.

O comandante da região é o principal alvo de suas críticas; antipatizado por quase todos os oficiais, comanda a Região da forma que quer, amparado pelo ministro da Guerra (cargo a que aspira): “é verdadeiramente despótica a sua grosseira autoridade que quer tudo reduzir a uma disciplina servil e ao abastardamento do caráter, por humilhações e toda sorte de perseguição que inflige aos seus subordinados que não lhe são cortesãos e sabujos”.¹⁷

Indisposto desta forma com os seus superiores, a carreira de Góes, que sofrera forte aceleração, chega a um impasse; não parece haver novas perspectivas para ele dentro do Exército. Mal visto, considerado suspeito por suas críticas (sem aquilo que ele chama “vantagens” da suspeição, que são a conservação no Rio para vigilância, a permanência sem funções etc.), isolado numa guarnição do interior, Góes encontra-se numa situação de final de carreira. É difícil dizer por que não recorreu ao “padrinho” Mariante neste momento. Talvez a sua capacidade de proteção para o afilhado tão indisciplinado estivesse abalada, ou então suas relações de amizade com o comandante da 3º Região, o general Gil, pudessem criar um conflito de solidariedade – entre o protegido e o colega de posto – que não lhe permitiria agir. Em suas cartas a Caiado, Góes insiste para que Mariante não seja informado do que ocorre. Começa a pensar em reformar-se e tentar servir ao Brasil fora do “cadavérico meio militar”.

No relacionamento com os revolucionários, os problemas pessoais de Góes com a organização militar são fundamentais (mesmo que ele o negue). A aceitação dos riscos depende, em grande parte, da sua falta de expectativas. A posição de Góes, que se definia por procurar o “mal menor”, razão apresentada para sua opção pela legalidade, sob pressão, muda rapidamente. Passa da negação de regimes que gerem “o despotismo e a anarquia” para uma opinião muito diferente; “organização de associações secretas, em forma de fascismo nacional, com a finalidade de combater por todos os meios esses males orgânicos [as crises política, militar e social] com sanções inexoráveis para os que faltarem aos deveres e compromissos assumidos. Sei que é um perigo; mas talvez o perigo evite outro maior”.¹⁸

A opção por um revolucionarismo de tipo fascista deve ser relativizada, devido à indefinição da própria idéia de fascismo. Este é indicado como solução para os problemas nacionais também pelo capitão Frederico Cristiano Buys, que o considera

¹⁷ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/4/1930. AGM-AN.

¹⁸ Carta de Góes a Caiado de Castro, 29/7/1930. AGM-AN.

expressão da encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII.¹⁹ De todo modo, a idéia de organizar associações secretas no Exército, partindo de um oficial altamente profissional como Góes, denota alterações profundas de comportamento, devidas à falta de perspectivas das Forças Armadas – e dele em particular – no regime vigente, sem envolver a concepção anterior de função do Exército, que será retomada logo após a crise.

O assassinato de João Pessoa reaviva o fogo dos revolucionários, obrigando Góes a definir melhor as condições para comandar o levante: participação de todo o Rio Grande, da situação de Minas, da Paraíba e das oposições estaduais, além de dinheiro e material para sustentar a luta armada por muitos meses. Na verdade Góes não acredita no apoio de Borges de Medeiros e do grosso do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Mesmo havendo este apoio, a desconfiança de Góes em relação aos políticos tradicionais é visível: “Se houver [luta], será com eles [os políticos] (dos dois lados) em bons esconderijos. Os miseráveis de sempre pagarão o pato. Quem quiser que se iluda com palavreados cinzentos ou brancos. Vinhos da mesma pipa, farinha do mesmo saco”.²⁰

Durante o mês de agosto o apoio chega. Em Minas é preciso apenas esperar a posse de Olegário Maciel. As bases estão estabelecidas:

Preparação demorada e completa, prevendo todas as eventualidades más: elementos, disposições tomadas e a tomar; o que é certo, duvidoso e contrário; quais os obstáculos iniciais a vencer e como eliminá-los, etc. Execução tão rápida quanto possível, e de surpresa. Os atos preparatórios dela, e os imediatos, devem ser previstos e calculados cuidadosamente em todas as minúcias, inclusive a fixação da época [...] Tudo indica – a primeira década de outubro...²¹

Da parte de Góes tudo se definia. Agora era preciso esperar o início de outubro, quando uma suposta operação da esposa o levaria a Porto Alegre, para de lá sair como chefe revolucionário.

¹⁹ “Organizar para realizar”. Carta de F. C. Buys a Getúlio Vargas, 13/9/1930. AGM-AN. O capitão Buys participa ativamente das organizações tenentistas após 1930. Ver as informações em BOMENY, Helena Maria Bousquet. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In GOMES, Ângela Maria de Castro (coord.), *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, pp. 144ss.

²⁰ Carta de Góes a Caiado de Castro, 20/5/1930. AGM-AN.

²¹ Carta de Góes a Osvaldo Aranha, AO 30.08.20/5, CPDOC.

No comando da Revolução: Góes Monteiro tenente

A vitória da revolução de 1930 introduz uma alteração fundamental no ponto de vista de Góes Monteiro. Se antes a questão das transformações na sociedade situava-se basicamente no nível da abstração de um oficial subalterno, havia agora que resolver o problema concreto da implementação dos projetos no seio de um governo sustentado por uma aliança extremamente frágil, pela diversidade de seus componentes. Dentro do Exército é superado o problema ético inicial, a quebra da hierarquia, que acontece momentaneamente na própria revolução, para se recompor em seguida ao movimento pacificador, já com Góes se situando no escalão superior. Permitindo-se agir, como coronel e logo general – postos onde a atividade se legitima – restarão os conflitos criados na recomposição; atingindo Góes, entre os oficiais gerais, em diversos conflitos com os sobreviventes da Velha república, bem como entre os oficiais subalternos, ligados a ele na prática tenentista, pela confusa divergência entre “rabanetes” e “picolés”. Além disso, resta assegurar, como oficial superior, que seu próprio gesto de rebeldia não mais se repita.²²

O imediato pós-30 é o momento decisivo na definição política de Góes pois, se já existe um conjunto de idéias e expectativas, há muito pouco definido sobre o como atingi-las. Dois pontos são essenciais na sua atuação neste momento: a conservação de um poder armado, seu cacife no jogo político, e a escolha das alianças que definirão as condições de avanço e a direção do movimento revolucionário.

O grande problema para a manutenção do poder militar foi criado pela frustração da vitória militar, a partir do movimento de 24 de outubro no Rio de Janeiro, quando alguns generais derrubaram Washington Luiz. A reação de Góes é imediata e a mais rígida, exigindo a entrega do governo a Vargas, numa tentativa de preservar as vitórias da revolução no meio militar. Seu êxito é apenas parcial, pois o acordo efetivado implica na conservação dos ministros militares da Junta. Esta “contra-revolução”

²² “Um dos aspectos mais fascinantes do desenvolvimento político do Brasil depois da revolução de 1930 tem sido o fato de que os acontecimentos de 1930 não se repetiram. Toda ação militar na arena política tem sido executada pelos oficiais mais elevados na hierarquia do exército, e não houve a repetição de oficiais jovens contestando, tomando o controle e então sendo reincorporados ao *establishment* militar”. YOUNG, Jordan. Aspectos militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, pp. 16-17. Isso faz parte da contribuição de Góes Monteiro para a história do Exército mas, ao contrário do que Young dá a entender, as manifestações de oficiais jovens continuaram a ocorrer, sendo sistematicamente derrotadas.

conteve o expurgo militar – apesar de não eliminá-lo²³ - conservando parte da antiga estrutura e, conseqüentemente, gerando conflitos entre oficiais revolucionários e os não revolucionários, preservados em postos importantes da estrutura de mando do Exército. A oposição de Góes é relatada por um dos membros da Junta, o general. Tasso Fragoso:

Achando-se à frente de hostes numerosas, não pôde o chefe do Estado-Maior do Dr. Getúlio Vargas renunciar sem mágoa à idéia de conduzi-los, com o talento guerreiro de um Napoleão e mediante grandes trabalhos à conquista da Capital Federal. Todos os seus planos grandiosos ruíram por terra inesperadamente, e a glória, que prelibara, de atravessar as ruas dessa capital aclamado como César invencível esvaneceu-se, deixando-lhe n'alma o laivo de um grande despeito, que ele não soube disfarçar em Ponta Grossa, quando ali chegaram os enviados da Junta Governativa. Daí a atitude hostil a esta Junta, atitude que caracterizou seus atos subseqüentes. (ARARIPE, 1960: 588)²⁴

A conseqüência principal e mais imediata deste conflito foi a manutenção, até abril de 1931, do Estado-Maior revolucionário, no Rio de Janeiro, como um comando paralelo dentro do Exército.

A divisão interna do Exército coloca Góes como elemento do grupo tenentista, os revolucionários históricos. Essa aproximação é acentuada pela dificuldade de Góes no meio político. De sua postura anterior permanecem desconfianças em relação aos políticos, há muito manifestadas, que incluíam os componentes da Aliança Liberal. Colocado nesta situação reforça-se a sua identificação com aqueles que enfrentam os mesmos problemas, e que ensaiam uma prática que pode ser considerada política e militar: os tenentes.

A prática de Góes como tenente se conjuga com o apogeu dos tenentes como grupo, nos anos de 1931 e 1932, e seu afastamento é a percepção da inviabilidade do movimento. Existem dois lados em sua atuação neste momento, que não podem ser vistos isoladamente e que podem ser expressos como a atuação de nível geral e a de

²³ Diz Jordan Young: “Antes, durante e depois da revolução, Góes Monteiro impediu quaisquer expurgos em massa nas fileiras do generalato, desejados pelos tenentes”. *Op. Cit.*, p. 16. Góes era, provavelmente, o maior interessado nos expurgos que, mesmo contidos, ainda foram significativos.

²⁴ Certamente não se deveu apenas à vaidade a decepção de Góes Monteiro, cujo nome não é citado – anátema? – por Tasso. Na versão de Góes: “Aconteceu no ponto de vista operativo a hipótese mais favorável, pela sublevação da guarnição da Capital Federal; do ponto de vista revolucionário porém a diretriz geral foi alterada em prejuízo da revolução brasileira, devido à calculada intromissão de aproveitadores sagazes para forçar a situação em proveito próprio”. *Op. Cit.*, pp. 86-87.

nível específico. No plano geral esta ação se expressa nas diversas tentativas de dar organicidade ao movimento, como forma de dirigir a nação. Os pontos fundamentais desta prática são expressos em diversos compromissos firmados por tenentes, ensaiando formas organizativas como a Legião de Outubro e o Clube 3 de Outubro, na intenção de sustentar o governo ditatorial. A atuação específica de Góes dirige-se para um local que poderia parecer inesperado, não fosse a sua importância na conjuntura, a inexistência de quadros tenentistas adequados, e mesmo o laço de parentesco entre Góes e João Alberto, que os aproxima no movimento de 30, colocando-o como um dos homens fundamentais no desenrolar do chamado “caso paulista”.

As tentativas de criar um órgão de apoio à revolução desligado dos partidos regionais têm início logo em seguida à posse do governo revolucionário, em meados de novembro de 1930. Num pacto firmado em Poços de Caldas (MG), Aranha, João Alberto, Juarez Távora e, possivelmente, Góes discutem e aprovam a idéia da criação da Legião, organismo de massa, provavelmente visando transformar-se num partido nacional, de apoio ao governo (FONTOURA, 1933: 53). Em 13 de novembro, João Alberto divulga a idéia em entrevista; Aranha realiza reuniões para elaborar um programa, que não dão resultado por causa da exigência de que o grupo diretor seja composto exclusivamente de revolucionários. Este é um dos pontos principais da prática tenentista do período, o exclusivismo. Os conflitos e as desconfianças geradas em relação aos não participantes da revolução fecham o grupo, exigindo um “passado revolucionário”, como nas fichas de inscrição do Clube 3 de Outubro, onde consta este item. Se isto por um lado facilitou a coesão interna, por outro dificultou o desenvolvimento de alianças, aumentando o isolamento.

O lançamento oficial da Legião de Outubro se faz através de um manifesto assinado originalmente por Aranha, Góes, Leite de Castro e Isaías Noronha. Significativamente, em mais uma demonstração do purismo revolucionário, a publicação nos jornais, em 15 de novembro, só apresenta as duas primeiras assinaturas. A Legião devia congrega “todos aqueles que querem continuar a servir a causa revolucionária, seja empunhando novamente armas, logo que a Legião os chamar, seja cumprindo o seu dever de trabalho intenso, no lugar que ocupam na vida civil, mas de

acordo com o vasto programa de uma nova vida brasileira que o Governo Revolucionário está elaborando”.²⁵

A organização que se esboça inspira-se nos modelos fascistas europeus, excluindo o culto da personalidade, corporificando a expressão de Góes, já citada, do “fascismo nacional”. O essencial é a sobreposição da milícia ao Exército como elemento responsável pela manutenção e avanço da política autoritária. Representa a primeira via de resolução do conflito interno das Forças Armadas, através da constituição de uma força paralela nacional, que além de referenciar-se num modelo externo encontra, provavelmente, forte repercussão entre os tenentes recém-anistiados, desiludidos com o Exército.

A curta trajetória da Legião de Outubro é analisada pelo próprio Góes, que atribui o seu fracasso “à resistência ativa da frente única rio-grandense, do Partido Democrático, de São Paulo; do PRM, e de outras organizações que tomaram parte na Revolução; e à resistência passiva das outras agremiações políticas derrubadas, em 30, do poder” (MONTEIRO, s. d.: 198). O movimento legionário encontrou dificuldades de penetração em diversos Estados e, onde penetrou, foi capitalizado por forças políticas regionais, cindindo-se em diversas legiões.

Fracassada enquanto movimento nacional, a Legião é abandonada, e com ela a experiência de mobilização de massa. A partir daí os movimentos de organização se farão dentro do Exército, buscando a ação deste ou ao menos de parte dele, de forma coesa como grupo de pressão. Em fevereiro de 1931 é firmado um “Pacto de Honra”²⁶, dividindo o Brasil em três áreas de influência, sob o comando de Góes (sul), Leite de Castro (centro) e Juarez Távora (norte). Estes oficiais estabeleceriam um controle revolucionário no Exército, junto aos comandantes de região, mantendo no comando de unidades e nas chefias de serviço oficiais revolucionários ou que inspirem confiança à Revolução. Nas regiões onde não fosse possível colocar um comandante de confiança, seria designado um oficial como subdelegado, representante dos interesses revolucionários. Esta função de “espionagem”, segundo João Neves, deveria ser exercida por Alcides Etchegoyen junto ao General Andrade Neves na 3ª R.M.²⁷

²⁵ Sobre a Legião Revolucionária ver FLYNN, Peter, “A Legião Revolucionária e a Revolução de 30”. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Op. Cit.* e BOMENY, Helena. *Op. Cit.* O manifesto foi publicado no *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15/11/1930.

²⁶ Pacto de Honra. Absolutamente secreto. 24/2/1931. AGM-AN.

²⁷ FONTOURA, João Neves da. *Op. cit.*, pp. 52-53: “em cada Estado, o comandante da Região que era um general, tinha como sentinela um oficial de patente subalterna. Na minha terra, o general Francisco

Junto ao governo os delegados deviam pleitear, sem demora, uma série de medidas, de alcance especificamente militar, visando pacificar o Exército, pela solução dos problemas de pessoal e promoções, e assegurar o controle dos revolucionários, pela remoção e reforma dos elementos não confiáveis. Ao restringir o alcance das medidas à organização, obtém-se um grau muito maior de união mas, ao insistir na questão da confiança revolucionária, fecha-se uma porta vital para a tranquilidade do Exército neste momento.

Outro documento do mesmo gênero é elaborado em 2 de maio de 1931, por um grupo de militares revolucionários que se autoneameiam representantes da Força. Analisando os seis meses decorridos da revolução, apontam duas tentativas frustradas de seu grupo: a organização da Legião, a Grande Idéia, o Grande Partido Nacional, que fracassou pela divisão nos estados, com programas que vão da direita (Minas Gerais) à esquerda (São Paulo) e, diante deste quadro, a organização da frente-única no Exército, homogeneizando pela colocação de Góes na Chefia do Estado-Maior do Ministério da Guerra, dando-lhe autonomia e função de comando, iniciativa sustada pela forte reação que suscitou – como a expressa por Bertoldo Klinger: “Fizessem-no papa ao coronel – o governo era discricionário – mas primeiramente tivessem a coragem de fazê-lo cardeal” (KLINGER, 1958: 356).

Se as iniciativas revolucionárias fracassavam, o mesmo não se podia dizer da ação dos políticos. Os partidos reivindicavam a convocação de uma Assembléia Constituinte, numa eleição para a qual os revolucionários não se achavam preparados. Estes defendiam um acordo entre as forças participantes do movimento de 30, que garantisse a permanência da ditadura. “O momento político pode ser representado pela seguinte igualdade: Federação e Democracia, próximos = Desmembramento. O regime unitário, com um governo ditatorial, embora temporário, significa, fortalecimento da idéia de Pátria Uma e indivisível, garantia maior de brasilidade, união e centralização políticas”.²⁸ O documento conclui “sugerindo” a Getúlio que continuasse a governar discricionariamente – autorizando quando fosse oportuno uma constituição provisória – enquanto fosse necessário para a realização do programa revolucionário.

Ramos de Andrade Neves deveria ser policiado pelo íntegro e bravo capitão Alcides Etchegoyen, se tanto aquele como este não houvessem repellido a inacreditável manifestação de loucura soviética”.

²⁸ GV 31.05.02/1. Para a análise destas organizações revolucionárias e as reações que despertou no Exército ver José Murilo de Carvalho. *Armed Forces and Politics in Brazil, 1930-45*, *Hispanic American Historical Review*. 62 (2), 1982, pp. 195ss.

A partir do fracasso da idéia do Partido Nacional começam a tomar forma propostas de organização do Exército, através das iniciativas já apresentadas, do Pacto de Honra e da investida sobre a chefia do EME. Fica rapidamente claro que qualquer iniciativa revolucionária não mobilizaria o Exército como um todo. Apreendida a inviabilidade das organizações de massa e mesmo da utilização do Exército, ao menos temporariamente, como elemento de pressão, cresce a idéia da criação de um grupo de pressão, composto de revolucionários autênticos, preferencialmente militares, articulados numa organização capaz de agir em defesa dos interesses revolucionários: nasce daí o Clube 3 de Outubro.

A mais conhecida e estudada – embora ainda insuficientemente – das organizações revolucionárias, o Clube chama a atenção, mesmo em sua época, pela influência que mantém durante certo período. Criado sob a liderança de Góes e Aranha, os mais importantes ativistas deste período, o Clube cresce como alternativa à retomada do controle político pelos partidos oligárquicos. Durante o segundo semestre de 1931, inúmeros cargos de importância, principalmente as interventorias, caem nas mãos de elementos ligados ao Clube. Este acúmulo de poder, entretanto, provoca reações dentro e fora das Forças Armadas. No Exército, o movimento que ficou mais conhecido em reação ao Clube é a chamada União da Classe Militar, pregando o afastamento dos militares dos cargos políticos, que recebeu manifesto de apoio de diversos generais.²⁹ Deste movimento surge o Clube 24 de Fevereiro, alusivo à data da assinatura da Constituição de 1891, que vai constituir o germe da adesão militar à Revolução de 32.

À reação militar contra o poder dos tenentes junta-se a articulação das forças políticas em torno da bandeira constitucionalista. Góes, dedicado a estabilizar a situação política em São Paulo, busca aproximar-se dos partidos tradicionais, contrariando as forças tenentistas locais. Percebendo a inviabilidade do projeto político dos tenentes – cada vez em maior isolamento – Góes vai se afastar, o que coincide com o declínio dos tenentes (alguns autores falam em fim do movimento) e com a eclosão da guerra paulista.

Um elemento significativo para constatar a trajetória de Góes nesse momento é perceber como a maior parte desta atividade desaparece em suas memórias, vinte e cinco anos depois. Sobre a Legião não há referências e quanto ao Clube, tem uma breve aparição, na qual o General explica que ele o criou para “impedir que os *tenentes*

²⁹ BKj 31.11.14 e BKj 31.11.28.

levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Clube, o que resguardaria a disciplina e daria oportunidade de uma reconciliação entre os militares revolucionários e seus antagonistas” (COUTINHO, 1956: 157). Parece difícil para Góes perceber a mudança de opinião ocorrida, e justificar a ação política de grupo, com pretensões hegemônicas, que desempenhou neste período. O Clube retirava a política do Exército pela impossibilidade de controlá-lo, objetivando estruturar este controle via poder federal, desenvolvendo a política característica da década de 30 no Exército: o expurgo.

O vencedor quer mais: o projeto fica pronto

A vitória sobre os revoltosos de São Paulo serve como marco divisor na vida de Góes Monteiro, que abandona definitivamente a prática definida pelo chamado grupo tenentista. Na verdade, pode-se mesmo dizer que o levante paulista foi o golpe mortal neste movimento como um todo, abrindo caminho para novos padrões de participação e esvaziando os grupos persistentes da sua força de pressão.

No caso de Góes, o abandono dos laços que o prendiam ao grupo revolucionário militar significa uma reformulação tática e estratégica, tendo como orientação preliminar a derrota sofrida. De fato, a revolução constitucionalista significou um fracasso político para Góes, pois assegurou a reconstitucionalização do país, destruindo as suas aspirações de conservação da ditadura: “Este governo que tem de se basear na força deve estender o seu período de duração tanto quanto seja preciso, até que possa estabelecer solidamente as novas fundações sobre que deve assentar o regime futuro...” (COUTINHO, 1956: 100) Por outro lado, a derrota militar dos constitucionalistas permitiu o afastamento de uma facção importante do Exército – contrária às intervenções – abrindo caminho para novas promoções de oficiais ligados a Góes. O grupo de oficiais gerais originado do Destacamento Leste (comandado por Góes Monteiro) será a base do Exército até o Estado Novo.³⁰

A partir de então as colocações se alteram; trata-se agora de preparar a nova ditadura, que virá após uma constituinte inevitável. Para isto torna-se necessário reforçar e unificar as Forças Armadas e o poder do Executivo, o que define as principais linhas de ação de Góes Monteiro até 1935.

³⁰ Este grupo se destacou pela qualificação profissional e não pela unidade ideológica. A conservação da unidade exigirá ainda o afastamento de alguns.

A transformação ocorrida em 32 é claramente perceptível em seu livro *A Revolução de 30 e a Finalidade Política do Exército*. Este livro contém artigos escritos antes de julho de 32 e uma entrevista datada de novembro de 1933. Nos primeiros artigos discutem-se as possibilidades da revolução de 1930, a infinidade de problemas que ela devia encarar e mesmo algumas conquistas imediatas: “a) de um modo geral moralidades na administração pública; b) saneamento parcial; c) respeito aos direitos individuais, apesar dos poderes discricionários das autoridades; d) aplicação lógica das rendas e economia intransigente...; e) indícios claros de tendências progressistas no domínio político-social e jurídico com adoção de novas normas do governo que poderão nos conduzir a nos fixarmos num sistema ou num regime que mais nos convenha, encaminhando e assegurando as soluções vitais da nacionalidade sobre a base da unidade política, autonomia administrativa, representação de classes e associações do interesse coletivo, centralização maior pelo Estado, etc.; f) ... a indisciplina fatal, fruto da revolução, tende a desaparecer; g) instituição de um Governo Provisório forte e que se manterá dentro dos princípios e imposições da moral e do direito, capaz de organizar as forças vivas da nação e impeli-las no caminho da ordem e do progresso” (MONTEIRO, 1956: 100) Sobre o Exército, faz-se necessário, segundo Góes, o “saneamento implacável do pessoal” e a modernização, vinculados ao aumento da riqueza nacional, efetuada dentro de um plano pré-estabelecido, de pelo menos sete anos; para tal a questão imediata é a reforma dos órgãos de comando, as “funções cerebrais superiores (sem as quais) o Exército, que é um organismo vivo, viverá, apenas, uma vida inferior, destituída de objetivos, sem finalidade lógica, fora do sentido real do momento brasileiro e na incompreensão das suas próprias necessidades” (MONTEIRO, 1956: 110-111, 146-152).

Os artigos seguintes apontam mais diretamente para o problema militar. Daí é retirada a tantas vezes citada frase sobre deixar de fazer política *no* Exército para fazer a política *do* Exército. O liberalismo da República Velha, fonte dos males pátrios que alguns pensam restabelecer, criou um discurso de Exército apolítico que, na verdade, pretendia regular e atrair para os interesses políticos a intervenção militar. Segundo Góes, o Exército tinha de ser político na medida em que a política da guerra era definida pelo poder civil. O conceito de defesa nacional, pela qual velava o Exército, incorporava toda a atividade política, na regulação da atividade econômica, das relações internacionais etc. A transformação do Estado era uma necessidade das Forças Armadas, pois sem isso não teriam, como nunca tiveram, condições para cumprir sua

missão, e o retorno ao liberalismo afetaria profundamente o Exército. A solução do problema, porém, não seria “*normalmente*, da competência do poder militar”. As situações anormais não são explicitadas por Góes, mas a advertência vai surgindo cada vez mais nítida: “sempre se fala com mais clareza, e calor, com mais razão e proveito, quando se dispõe de baionetas para assegurar o direito que se reclama” (MONTEIRO, 1956: 132, 136). Góes conclui reafirmando a necessidade da organização militar, seja para a defesa externa seja como defensora da unidade nacional; os despreparados devem sair, os que desejam voltar devem sofrer um processo de seleção pela capacidade, para que as Forças Armadas possam cumprir seu papel “a favor da Nação brasileira unida e forte, e contra todo elemento e contra tudo que prejudica essa união” (MONTEIRO, 1956: 152).

Na entrevista concedida no final de 1933, o general começa alertando para a complexidade de que se reveste o problema militar, pelos erros do passado, e proclama que “o Exército tem que retomar a sua finalidade, não deixando mais haver confusões que a desnaturem e tornando impossível que outros elementos de força perturbem a sua existência ou operem em sentido paralelo ou divergente com ele” (MONTEIRO, 1956: 155). Coloca-se a questão do monopólio da força, quando parte da renovação interna já se havia concretizado. Desta forma retoma-se a importância do poder político como centro de decisões capaz de fortalecer a concentração da força no Exército, na medida em que este poder é centralizado no executivo federal. O Exército e a Marinha, como únicas instituições nacionais, devem congregar em torno de si as demais forças da nacionalidade, fazendo de sua política, a política da Nação. Esta se define, nos quadros da crise do capitalismo após a Grande Guerra (1914-1918), seguindo o mesmo caminho de outras nações como “a Itália, os países iberos, a Alemanha, o Japão e a Turquia”. (“E sem citar a própria Rússia, que, humanizando-se cada vez mais, vai entrando para a fase definitiva de estabilidade e progresso nacional” (MONTEIRO, 1956: 158-59).³¹ O ponto essencial destas mudanças é o nacionalismo econômico com intervenção do Estado, e, curiosamente, a diferença do caso brasileiro situa-se no papel da burguesia que, nos outros países,

(...) tem se mostrado inteligente, até certo ponto, na maneira de compreender as causas, sobretudo da

³¹ São, para Góes, os grandes homens do momento: Mussolini, Hitler, Mustafá Kemal Pachá, Roosevelt e Salazar.

depressão econômica e financeira e da depressão moral. Ela procura um meio, mais racional e mais fácil, de salvar-se, fazendo, para isso, o sacrifício mesmo de seus preceitos de individualismo, ao consentir que o Estado se estabeleça sobre luzes mais sólidas e dirija a vida da coletividade com mais justiça no terreno social, no terreno jurídico, no terreno econômico... A burguesia brasileira, porém, não quer compreender o estado de necessidade que se criou para o mundo inteiro e não quer abdicar de certos privilégios em benefício da nacionalidade. E persiste no desejo de reproduzir os erros com a adoção do mesmo regime político, das mesmas normas e costumes que temos de abolir, por bem ou por mal. (MONTEIRO, 1956: 157-159)

Diante desta resistência burguesa cresce o papel do Exército como elemento construtor da nova realidade sócio econômica; para tanto retorna a questão do fortalecimento do Exército e da reforma de sua estrutura que, acentua Góes, ele mesmo deve realizar. Os pontos principais abordados são a estrutura de promoções e acesso aos postos do oficialato e ao posto de sargento, que devem ter uma seleção mais rigorosa, e a justiça militar: “Para o Exército e para a Marinha, há necessidade de justiça de exceção, no interesse da disciplina e no interesse da defesa das instituições e dos órgãos destas. Esta justiça tem que ser militarizada e a magistratura tirada do próprio Exército e da Marinha. Todas as questões do Exército devem ser resolvidas dentro do próprio Exército e com o próprio Exército” (MONTEIRO, 1956: 170).

Após a vitória sobre São Paulo Góes, promovido a general-de-divisão, é nomeado Inspetor de Regiões Militares, cargo que facilitava sua movimentação. Paralelamente desenvolve trabalhos em prol dos objetivos que agora se propunha. Para a unificação do Exército, seu trabalho mais significativo é na presidência da Comissão de Revisão das Reformas Administrativas, criada para estudar a reintegração ao Exército dos oficiais subalternos afastados pelo envolvimento no movimento constitucionalista. Góes Monteiro, na abertura dos trabalhos, apresenta seus objetivos na comissão: “Acho que devemos aproveitar a oportunidade para sugerir ao governo tudo quanto sirva para o saneamento das nossas fileiras, sem qualquer preocupação de caráter

faccioso, mas no interesse de fortalecer a união do Exército, pela seleção de seus elementos componentes”.³² Nesse sentido Góes propõe o fim da tradição de anistias amplas, aproveitando-se a ocasião para efetuar uma seleção dos elementos realmente adequados à profissão militar:

(...) nessas anistias, sobretudo nas dos últimos dois anos, tivemos a infelicidade de ver voltar às nossas fileiras elementos que para elas não serviam por inutilizados completamente. Não preciso citar nomes. Sabeis que os há traidores, homens indignos, e mesmo ladrões que, beneficiados com esse instituto, tornaram a figurar nas fileiras. (...) A anistia ampla, como negação absoluta do delito, o esquecimento do crime, a extensão mais ampla que se podia dar às conseqüências da anistia, permitiram essa anomalia, que, infelizmente, só serviu para encher o Exército de figuras indesejáveis, que dele já estavam virtualmente afastadas, tal o grau de indignidade que os caracterizava.³³

A idéia de Góes era estudar os casos particulares, não só no movimento paulista, mas em seus antecedentes, avaliando o interesse das Forças Armadas em tê-los de volta.

A instrumentalização da Comissão para efetivar um expurgo não encontra boa repercussão entre os membros, principalmente pela impraticabilidade de uma análise adequada de todos os casos. Uma contestação mais direta é feita pelo tenente-coronel Ary Pires: “Não se trata, no momento, de investigar a vida passada dos oficiais que se revoltaram contra o governo provisório, mas de apurar as ações praticadas por cada um deles durante a revolução”.³⁴ Diante das reações e dificuldades encontradas, o general Góes concorda em propor a suspensão de todas as punições e deixar os crimes cometidos para posteriores inquéritos administrativos, propondo a criação de um quadro especial para os reintegrados, para não prejudicar ninguém. No seu relatório final, Góes aponta para as dificuldades da investigação, para o fato de que combater o regime foi o

³² “Comissão de Revisão das Reformas Administrativas – ATAS”. AGM_AN.

³³ Idem.

³⁴ Idem.

menor crime, pois “muito mais grave para o próprio Exército e que esta Comissão não deve olvidar, foi a atitude de uma massa de oficiais ficarem inativos e não tomarem partido, preferindo comodamente deixar-se ficar presos momentaneamente ou sob palavra”.³⁵

O outro ponto, e talvez o mais importante, da ação de Góes neste período, é sua participação nos debates sobre a nova constituição. Nomeado membro da Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto constitucional, Góes apresentará suas idéias relativas à organização política do Brasil, centrando suas colocações numa concepção mais racional e efetiva da defesa nacional. Nesse sentido clarifica-se uma proposta autoritária que vai da restrição de direitos individuais à concentração de poder pelo Executivo. Logo na discussão do preâmbulo, aceita a inclusão da liberdade entre os objetivos constitucionais, desde que compatível com o equilíbrio social e que não prejudique a segurança nacional. Suas concepções políticas encontram resistência dentro da comissão, composta por diversos elementos simpáticos à idéia de fazer apenas uma revisão da Constituição de 1891. Defende um Estado integral, corporativo, composto de um Executivo forte, de uma câmara classista e um conselho político, representando igualmente todos os estados, com poder de veto sobre as decisões da câmara:

O interesse nacional e, por conseguinte o interesse coletivo, deve ser a resultante dos interesses parciais, isto é, dos interesses das classes; e a lei, que corresponde às necessidades de tais interesses, deve resultar da colaboração do governo com a assembléia assim constituída. Se alguma vez houvesse uma colisão dos interesses das classes com os interesses gerais ou nacionais, então interviria um órgão capaz de vetar essa resolução, composto de dois representantes políticos de cada estado, mas sem as funções do antigo Senado. Seria o grande Conselho da República ou o Conselho Supremo Nacional, como foi dito.³⁶

³⁵ Idem.

³⁶ As atas das reuniões da comissão estão em AZEVEDO (1933). A citação é da p. 351.

Vendo-se isolado, Góes termina por apoiar a Câmara mista defendida pelo governo. Os supremos interesses da defesa nacional levam-no a apoiar diversas medidas: a restrição dos direitos dos naturalizados, a nacionalização da cabotagem, bem como o “controle” federal de todos os meios de transporte e comunicação e o serviço militar obrigatório, para ambos os sexos, entre 14 e 60 anos. Defende a inclusão de todos os dispositivos sobre a organização militar num único capítulo, intitulado Defesa Nacional, sendo encarregado de relatar este capítulo. No decorrer dos trabalhos, entretanto, verificará a dificuldade de manter esta organicidade, terminando por oferecer um conjunto de sugestões para serem encaixados onde melhor conviessem.

As propostas de Góes não trazem inovações de peso, mas modificações de detalhe. A grande novidade é a criação de um Conselho de Defesa Nacional (CSDN), encarregado, em princípio, do estudo e coordenação das questões relativas à defesa nacional, mas com atribuições a serem definidas em lei. Composto, ao menos, pelo Chefe da Nação, secretários de Estado e chefes de Estado-Maior do Exército e da Armada, o CSDN cria um primeiro debate quando Góes propõe o seguinte item: “As decisões do CSDN serão de observância obrigatória, ficando sujeitos ao *referendum* da Assembléia Nacional quando envolverem aumento de despesa ou venham contrariar qualquer lei federal”.³⁷ Contra esta redação levanta-se João Mangabeira, preocupado com a possível exorbitância por um órgão de poder executivo de função legislativa e até com o poder de ir contra a lei. É aprovada uma proposta alternativa, redigida por Melo Franco, contendo a ressalva de que serão obrigatórios os atos e resoluções do CSDN “praticados de acordo com a sua competência especial, que será regulada por lei”.³⁸

Dois outros temas provocam alguma discussão. O primeiro deles refere-se à perda de patente e posto por oficiais condenados a penas de mais de dois anos, já existente na Constituição de 1891, que é apoiado por Góes. João Mangabeira considera esta discriminação por prazos injusta, e propõe que um tribunal julgue, em qualquer caso, sobre a conveniência do retorno às fileiras, sugestão aceita por Góes, com a ressalva de uma definição cuidadosa dos casos na lei, para evitar a permanência de indivíduos indesejáveis, mantendo o quadro de oficiais intocável. O outro ponto, muito interessante, é uma proposta de Góes isentando de responsabilidade os subordinados, por atos praticados no cumprimento de “ordens expressas” de seus superiores. Surgem dois problemas: o que é uma “ordem expressa” e a posição de um subordinado diante de

³⁷ Idem, p. 900.

³⁸ Idem, p. 902.

uma ordem ilegal. A questão da ordem expressa, muitas vezes inaparável, é resolvida pela substituição por “ordem escrita”, mais limitado, porém mais eficiente, com a ressalva de Góes de “que todo oficial consciente do seu dever e de sua honra militar mantém sua palavra”. O problema da legalidade da ordem, levantado por Mangabeira, recebe de Góes apenas uma resposta indireta; ele “acha necessário garantir, sobretudo os quartéis que são o alvo da técnica revolucionária dos agentes modernos. O comando tem que tomar medidas enérgicas. Quem não obedecê-las que pague com a sua imprudência”.³⁹

Finalmente, dois pontos do projeto são derrubados pela comissão. Não por acaso ambos dizem respeito a questões de defesa interna, onde Góes procura fortalecer constitucionalmente o poder do Executivo e das forças armadas. O primeiro item derrubado é a proibição de *habeas corpus*, prevista por Góes para as transgressões disciplinares e crimes militares, gerando polêmica sobre o possível erro judiciário e, principalmente, sobre a ascendência do Supremo Tribunal Federal sobre o Supremo Tribunal Militar. A posição de Góes e Osvaldo Aranha nega qualquer ingerência do primeiro, como afirma Aranha: “Toda a vez que a autoridade civil decidir, num caso militar, traria a anarquia e a indisciplina no seio do Exército”.⁴⁰ No extremo oposto, João Mangabeira defende o direito de recurso ao STF, cúpula da Justiça, nos crimes militares. A posição intermediária é defendida por Temístocles Cavalcanti e por Melo Franco, que só aceitam, mas o admitem, o *habeas corpus* concedido pelo STM, excetuando também os casos de transgressões disciplinares deixando em aberto, por omissão, o polêmico caso de nos crimes militares caber um possível recurso ao STF. A outra rejeição, e o ponto mais importante, atingiu o parágrafo seguinte: “Em caso de luta civil, pode o governo tomar medidas e praticar atos de guerra, mesmo sem decretar a mobilização, de acordo com a legislação especial a respeito”.⁴¹

Aqui se esboça a famosa equiparação ao estado de guerra em caso de comoção intestina grave, de tanta utilidade para o governo após a tentativa de insurreição comunista de novembro de 1935. Góes volta aqui a um tema que já esboçara em sessão anterior, ao serem votadas diversas limitações ao estado de sítio, quando Góes fez críticas à extensão das imunidades, e acrescentou: “E não será apenas com estados de sítio que o governo poderá restabelecer a ordem e defender os órgãos do Estado contra

³⁹ Idem, p. 920.

⁴⁰ Idem, p. 921.

⁴¹ Idem, p. 907.

possíveis atentados. Há incontestavelmente necessidade de outras medidas”.⁴² Aqui se apresentavam as outras medidas: como atos de guerra o governo poderia suspender todas as garantias e direitos constitucionais, efetuar julgamentos em foro militar (Góes lamentava que a comissão não tivesse aceitado a idéia de tribunais especiais) e aplicar inclusive a pena de morte. Góes defende a vigência do dispositivo, cujas medidas extraordinárias seriam reguladas na lei de defesa do Estado, que se deveria votar, apontando que em 1932, contra os paulistas, haviam sido de fato executados atos de guerra. Sem esse parágrafo, “quer ver como ficará o Governo quando houver um movimento como o de 1930”.⁴³ Diante da reação coletiva, Melo Franco, que timidamente apoiava Góes, propõe uma nova redação, substituindo as “medidas e atos de guerra” por “medidas militares extraordinárias para restabelecer a ordem, nos termos desta Constituição e da Lei de Segurança do Estado, que for decretada pela assembléia nacional”, sem decretar a mobilização. A modificação é rejeitada por Góes, que vê ali seu propósito mutilado, por medidas não definidas. Na votação final o dispositivo é suprimido, contra os votos de Góes e Melo Franco.

Se no anteprojeto, elaborado por uma comissão nomeada pelo ministro da Justiça, encontravam-se vozes discordantes de corte liberal, refletindo as diversas forças políticas que sustentavam o governo Vargas, mais ainda na Constituinte, acrescida dos grupos oligárquicos alijados do poder, mas com máquinas eleitorais ainda em bom funcionamento, era de se esperar que se fizessem limitações a possíveis exorbitâncias do poder Executivo. Um pequeno exemplo disto é a legislação sobre o estado de sítio, cuja regulamentação e restrições são ainda mais rígidas na Constituição de 1934.

Deve-se ter claro que, desde o início, Góes tinha consciência destas limitações e se preparava para uma possível crise. O ponto principal de sua participação não é, como poderia parecer, uma tentativa de fazer uma reforma política através da nova constituição, mas preservar ao máximo a independência das Forças Armadas e a capacidade de manobra do Poder Executivo, onde o Exército podia encontrar um aliado valioso em momentos de dificuldade. Ao terminar os trabalhos, ele é bem claro: “Julga admirável o trabalho dos companheiros de comissão naquilo que pode apreender e julgar, mas doutrinariamente, como se sabe, é contra o Estado como foi previsto pelo projeto. Como disse o Sr. João Mangabeira, não é pelo regime democrático. Mais tarde, os responsáveis pelos destinos do Brasil hão de se convencer de que ainda é cedo para

⁴² Idem, p. 458.

⁴³ Idem, p. 908.

entrarmos nesse regime, tal como foi instituído em 1889 e que nós, de certa maneira, mantivemos”.⁴⁴

O momento constitucional significa, até certo ponto, um impasse entre um grupo que se encontra no poder e outro que faz as regras. O peso ideológico e eleitoral do liberalismo clássico, representado pelas oligarquias, ensaia um retorno a mecanismos de legitimação que entraram em crise no decorrer da década de 1920, negando ao governo o caminho da estabilidade pela força. A Constituinte se reúne sob um governo que faz ministro da Guerra um general que se declara publicamente contra a democracia. O grupo no poder se prepara para fazer valer suas idéias, seja em confronto com as oligarquias, seja com sua adesão (mesmo parcial) quando entrassem em cena novos atores. É preciso apenas esperar o momento:

O recurso... é curvar-se à apregoada soberania do povo, contra o próprio povo, à denominada soberania da Nação, contra a própria Nação. É do destino das nações suicidas. (...) Não é o caso, porém, de se prever a intervenção delas [as Forças Armadas] nos negócios pertinentes à Assembléia Constituinte. Essa intervenção seria indébita, contraproducente, dissolvente e talvez fatal. Para o bem delas e da Nação – o melhor partido a tomar será não apresentarem sintomas de nervosidade e de precipitação, contanto, porém, que permaneçam alertas e dispostas ao ataque, quando o inimigo interior ou externo mostrar as suas garras.⁴⁵

Ao iniciar-se o ano de 1934, o prestígio do General Góes está em alta, cogitado para a presidência da República e – logo em seguida – nomeado para o Ministério da Guerra. A candidatura à Presidência, lançada pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), não é assumida publicamente em nenhum momento e, nas vésperas da eleição, Góes chega a escrever a constituintes militares recusando o apoio. Contra a neutralidade de Góes vai

⁴⁴ Idem, p. 1278.

⁴⁵ OA 34.01.29/2. Este documento, amplamente divulgado no governo em janeiro de 1934, será analisado em seguida.

Cordeiro de Farias que afirma ter visto os discursos de Cristiano Machado, do PRM, emendados pelo próprio Góes Monteiro.⁴⁶

Pouco antes de assumir a pasta da Guerra, Góes encaminha a Getúlio um relatório sobre os problemas da defesa nacional. Com sua posse, este documento vai servir de base às reformas realizadas e terá ampla divulgação entre os ministros e chefes militares. É aqui que encontramos o projeto político e militar do General Góes Monteiro expresso em sua forma mais acabada. O documento se divide em três partes: uma carta a Getúlio em que aborda a política brasileira, uma parte intitulada “Política da Guerra” em que defende a preparação do Brasil para um conflito internacional e uma parte intitulada “Problemas do Exército”, na qual apresenta as reformas de que este necessita (esta parte vem com a nota – Confidencial). Ao encaminhar esta última parte, Góes recusa a indicação para ministro: “De outro modo, devo dizer a V. Exa., prefiro continuar a prestar minha contribuição ao Exército, fora do governo, prontificando-me, quando for oportuno e se fizer a recomposição ministerial, auxiliar V. Exa. na escolha do novo ministro da Guerra” – quatro dias depois ele tomava posse.⁴⁷

O relatório encaminhado a Getúlio se abre com as críticas à Constituinte “processo clássico do liberalismo moribundo” que costuma apresentar “resultados medíocres”. Por sua adoção “a Revolução Brasileira está deixando de ser Revolução”.⁴⁸ O Brasil se ressentia da inexistência de uma “idéia diretriz”, um objetivo político para o governo mobilizar as forças nacionais escapando do dilema: “Massa embrutecida e submetida à servidão. Elite envilecida, parasitária e exploradora”. A Revolução deveria ter aproveitado a posição de força e realizado uma reforma centrada em três pontos: fortalecimento do nacionalismo, regulação da vida econômica e reorganização do Estado. Para isso o governo deveria ter criado um partido de apoio – “social nacionalista” – e fortalecido os elementos de segurança, as Forças Armadas e policiais. Como medidas complementares viriam “a educação sistemática do povo, a orientação

⁴⁶ Carta de Góes Monteiro, 6/7/1934, AGM-AN. FARIAS, *in* p. 168. A tradição guarda de Góes a imagem de eterno candidato: “Na vida, o que o general Pepito soube fazer bem – foi politicagem. Politicagem de comadres, brigas domésticas, às quais, infelizmente, os nossos líderes estão afeitos. O supremo sonho de toda sua vida, ele jamais viu realizado: a Presidência da República. Várias vezes teve o governo a seu alcance, mas forças adversas o empurraram para longe. Pepito ia para o armário, tirava a garrafa de Serra Grande e afogava as suas mágoas”. Biografia satírica (incompleta) do general Góes Monteiro existente no Arquivo Salgado Filho, no Arquivo Nacional.

⁴⁷ GV 34.01.18/2. A posse foi em 22 de janeiro. No fim da carta a Getúlio, junto ao cumprimento datilografado “Admor. Atº, Amº e Crdº”, Góes escreve “e subordinado”. O Ministério foi – quem sabe? – uma ordem recebida.

⁴⁸ Esta e as citações a seguir são de AO 34.01.29/2.

vigorosa da imprensa e dos outros meios de propaganda e de educação e a maior extensão dos serviços públicos, inclusivamente os das zonas rurais”.

A segunda parte da exposição começa ressaltando que “a questão da Segurança Nacional prima sobre tudo o mais”, defendendo a necessidade de se fazer uma política de guerra, dotando o país de um plano de guerra. Volta-se aqui à lição da Missão Militar Francesa de escolher o inimigo mais provável, “a mais poderosa nação sul americana” e assegurar a superioridade nacional. A previsão de uma guerra mundial é esclarecedora para a posição adotada alguns anos depois:

No caso de uma guerra extracontinental, desde que não sejamos atacados pelo mar e que não tenhamos de temer uma invasão séria através de nossas fronteiras terrestres, a situação poderá modificar-se em nosso favor, conforme as circunstâncias da nossa entrada na luta, ao lado de um dos dois grupos de potências que se defrontem. A nossa política tradicionalmente indica, com os nossos interesses vitais, que nos associemos ao grupo do qual fizer parte a maior nação americana. Assim, haverá entre outras vantagens, a que resulta do suprimento obrigatório do aparelhamento de guerra, equipamento e mais material indispensável à mobilização das nossas tropas.⁴⁹

O ponto de partida na preparação do plano de guerra devia ser a ordem interna, colocada a cargo da polícia “em ligação íntima com o serviço secreto do Estado-Maior”.

O ponto seguinte da exposição é a organização da cadeia de comando, expressa nos seguintes órgãos:

- a) O Conselho Supremo da Defesa Nacional, já referido na elaboração do projeto constitucional, encarregado de fazer a ligação entre os órgãos técnicos e a política;

⁴⁹ Na Segunda Guerra Góes foi consagrado como simpatizante do Eixo. Ao que tudo indica, ele sabia que a posição do Brasil seria ao lado dos Aliados, mas divergia quanto às formas e os prazos de consolidar esta aliança, na esperança de obter mais para o Exército brasileiro. Em sua opinião, o Brasil não deveria permitir que forças estrangeiras participassem da defesa da nossa costa.

- b) O Alto Comando encabeçado pelo Chefe da Nação, comandante supremo das forças militares, seguido pelo Ministério da Guerra, encarregado de “prover o Exército de todos os meios, em pessoal e material”, o Estado-Maior do Exército (EME), órgão técnico, que deveria exercer o comando em campanha e os comandos de grandes unidades;
- c) O Conselho Superior de Guerra, encarregado de estudar os planos técnicos elaborados no EME.

Esta organização, que atribui função política ao Ministério, deixando o comando técnico nas mãos do Estado-Maior, foi realizada por Góes enquanto ministro, sendo mais tarde desfeita durante o Estado Novo. Góes concluía sugerindo que uma percentagem das rendas estaduais fosse utilizada na Defesa Nacional, principalmente na aquisição de material.

A terceira parte, sobre problemas do Exército, começa passando rapidamente pelo suprimento de material, problema de difícil abordagem devido à escassez de recursos mas que exige um planeamento para aquisição e fabricação, ressaltando a indústria aérea e química e a siderurgia. Em seguida fala dos problemas de pessoal, solicitando como ponto de partida “o poder discricionário concedido ao próprio Exército para resolver os problemas que lhe afetam os seus fundamentos”. O Exército é definido como escola e oficina para a defesa nacional, apoiado pela educação, a imprensa e a economia, sob a direção do Estado, e ressalta: “as instituições do Estado e a liberdade individual não podem subsistir quando... prejudiquem [a Defesa Nacional]”.

Góes Monteiro propõe um programa de sete anos em que se comece pela unificação da educação moral e cívica, pelo Ministério da Educação e Saúde, e pela execução integral da lei do serviço militar. Em seguida deverão ser reformuladas a lei de promoção, a lei de movimento dos quadros, o recrutamento da tropa e de reservas, a questão das polícias estaduais que devem ser subordinadas ao EME, o problema dos sargentos (COSTA, 1985), que devem ser reaproveitados no serviço público após o seu tempo útil de serviço, e finalmente, a reforma dos Tiros de Guerra e Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPORs). Góes conclui: “num país novo como o Brasil, um Exército bem organizado é o instrumento mais poderoso de que dispõe o Governo para a educação do povo, consolidação do

espírito nacional, neutralizador das tendências dissolventes introduzidas pelo imigrantismo”.

O conjunto de propostas apresentado por Góes desde a publicação de seu livro até a exposição encaminhada a Getúlio pode ser dividido em dois grupos de medidas, referentes à constituição do Estado e à do Exército, que para ele estavam misturadas. É a proposta de reforma do Exército que vai permitir a construção do apoio militar necessário às mudanças institucionais, depois de afastados os obstáculos políticos dentro e fora da organização.

O período que se segue até a implantação do Estado Novo permite a Góes começar a reforma do Exército, tomando medidas de apoio geral, e afastar os projetos divergentes quanto a organização do Estado brasileiro, representados por setores de esquerda e pelo regionalismo gaúcho. O Estado Novo, por sua vez, será o momento máximo do projeto de Góes Monteiro que, mesmo se desagregando enquanto instrumento de governo, permanece enquanto ideologia da unidade militar como ator político.

Bibliografia

Artigos de periódicos

- CARVALHO, J. M. de. 1982. Armed Forces and Politics in Brazil, 1930-45, *Hispanic American Historical Review*. 62 (2): pp. 195ss.
- COSTA, Vanda Ribeiro. 1985. Com Rancor e Com Afeto: rebeliões militares na década de 30, *Ciências Sociais Hoje*, Rio de Janeiro, ANPOCS.
- KLINGER, B. 1958 . Parada e desfile duma vida de voluntário do Brasil, na primeira metade do século. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, p. 356.

Capítulos de Livros

- BOMENY, H. M. B. (1980) A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 30. In A. M. de C. GOMES (coord.), *Regionalismo e Centralização Política*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FLYNN, P. (1979) A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- YOUNG, J. (1979) Aspectos militares da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Livros

- AZEVEDO, J. A. M. de. 1933. *Elaborando a Constituição Nacional*. Belo Horizonte, s.ed.,
- ARARIPE, Tristão de Alencar. 1960. *Tasso Fragoso. Um pouco de história do nosso Exército*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora.
- BARROS, J. A. L. de. 1953. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CAMARGO, A. e Góes, W. de. 1981. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- COELHO, E. C. 1976. *Em Busca de Identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense.
- COUTINHO, L. 1956. *O General Góes Depõe*. Rio de Janeiro: Coelho Branco.
- FONTOURA, João Neves. 1933. *Por São Paulo e pelo Brasil*. São Paulo. s. ed.
- MONTEIRO G. s.d. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*. Rio de Janeiro: Adersen Editores.
- SMITH, P. S. 1979. *Góes Monteiro and the role of the army in Brazil*. La Trobe University Institute of Latin American Studies, Bundoora.
- MICELI, S. 1977. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Perspectiva.

O Exército e o desenvolvimento industrial no Estado Novo: a formação do Círculo de Técnicos Militares

Alexandre Avelar de Sá*

Resumo:

Este trabalho aborda a constituição de um projeto de modernização desenvolvimentista no interior do Exército durante o Estado Novo (1937-1945). O núcleo central deste projeto residia na idéia de que as Forças Armadas deveriam se tornar prioritariamente uma instituição a serviço do desenvolvimento industrial, subordinando a este objetivo os ditames da defesa nacional. Os militares que defendiam esta posição se agruparam numa organização denominada Círculo de Técnicos Militares, que se tornou o *locus* principal de divulgação de suas idéias.

Palavras-chave: Edmundo de Macedo Soares; Círculo de Técnicos Militares; modernização industrial

Abstract:

This research intends to approach the constitution of a development modernization project inside the Army during "Estado Novo" period (1937-1945). This project central nucleus was the idea that the Military Forces should become primly an institution in service of industrial development, subordinating the national defense rules to that objective. The militaries who defended that position formed a group in an organization called "Círculo de Técnicos Militares" (Military Technicians Circle), which became the main *locus* for the divulgation of their ideas.

Keywords: Edmundo de Macedo Soares; Military Technicians Circle; industrial modernization

* Professor do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia.

Introdução

Tornou-se consenso na historiografia brasileira balizar o período Vargas como um momento decisivo na consolidação do capitalismo no Brasil a partir da implantação de um expressivo parque industrial abarcando tanto o setor de bens de consumo quanto de produção. O golpe armado vitorioso em 1930 representou o desfecho político-institucional de uma grave crise que já atravessara toda a década de vinte. Por um lado, a cisão intra-oligárquica favoreceu a emergência de um conjunto de novas forças políticas não identificadas ao tradicional núcleo hegemônico composto por Minas e São Paulo. De outro, os reflexos das perturbações atravessadas pela ordem capitalista mundial, a partir do seu principal centro, reduziram drasticamente as possibilidades da classe dominante de continuar reproduzindo os mecanismos de acumulação de capital baseados no modelo agrário-exportador. A crise do complexo cafeeiro possibilitava, a partir de então, novas formas de desenvolvimento e de expansão do capital, tendo a indústria como novo eixo. (AVELAR, 2002: 174)

Alguns trabalhos procuraram debater o papel desempenhado pelos militares, especialmente do Exército, neste processo de aceleração industrial, cujo ponto central era, sem dúvida, a construção de uma usina siderúrgica, o “problema capital da nossa expansão econômica”, segundo o próprio Getúlio Vargas. As interpretações polarizam-se entre aqueles que defendem a idéia de um papel dos militares como protagonistas nas políticas de desenvolvimento industrial do governo e aqueles que entendem que a principal preocupação da corporação era com uma política comercial que promovesse o reaparelhamento das Forças Armadas, num momento de acirramento das rivalidades internacionais. Nos limites deste artigo, mencionaremos apenas as interpretações já clássicas.

Entre os defensores do papel ativo dos militares como agentes da industrialização brasileira, destaca-se o clássico estudo de John Wirth. Para este autor, o período anterior ao Estado Novo não teria sido caracterizado por grandes preocupações governamentais com a indústria. A solução para a crise, acreditava-se, residia na reestruturação do setor exportador, tradicional formador da renda nacional. Essa política deveria se complementar por uma agressiva política comercial de incentivo às exportações. Neste conjunto de prioridades, a industrialização não gozava de muitos defensores no interior do aparelho estatal.

A situação modificou-se decisivamente com o advento do Estado Novo. Sob um regime cada vez mais centralizado, Vargas teria dado início a uma vigorosa política de industrialização, que teve na construção da Companhia Siderúrgica Nacional o seu marco mais expressivo. A mudança de orientação não teria sido possível sem uma efetiva pressão dos militares. Com efeito, Wirth considera que as Forças Armadas foram os principais agentes da industrialização brasileira, pressionadas cada vez mais pela perspectiva de um conflito de proporções globais. Desta forma, foi a percepção da fragilidade nacional em um momento de graves perturbações na ordem internacional que tornou inadiável uma ampla política de substituição de importações, com os militares apresentando-se como os seus mais destacados defensores. Assim, para Wirth, a iniciativa militar “exercia grande influência sobre decisões a cada giro da roda política” (WIRTH, 1973: 45)

Na perspectiva oposta, TRONCA (1986) e HILTON (1976) não creditam aos militares um papel de grande relevância na industrialização, uma vez que eles estavam mais preocupados em assegurar uma política comercial que garantisse um satisfatório fluxo de armas e equipamentos em um momento de acirramento da crise internacional. Se alguns militares, como Macedo Soares, foram atuantes na defesa da industrialização, de modo algum eles podem ser considerados representantes de um “pensamento industrial” das Forças Armadas, mas apenas vozes isoladas, sem grande influência nas decisões governamentais. A expansão da indústria estava, portanto, subordinada aos interesses de abastecimento material. Tronca chega mesmo a apontar que o projeto siderúrgico de Volta Redonda fora resultado de uma conjuntura internacional marcada pela luta interimperialista, sendo totalmente inviável se dependesse exclusivamente das forças internas. (TRONCA, 1986: 360)

Do ponto de vista aqui assumido, as perspectivas acima sumariamente apresentadas devem ser tomadas com muitos cuidados. Ambas tendem a tomar as Forças Armadas como um bloco coeso e homogêneo, defendendo com afinco uma política vigorosa de crescimento industrial ou concentrando suas preocupações em torno de uma política comercial que favorecesse seus objetivos de rearmamento interno, para os quais a industrialização não ocupava uma posição central.

Pretende-se aqui superar esta visão dicotômica. As Forças Armadas nos anos 30 atravessaram um processo interno de fragmentações e crises, refletindo as próprias incertezas e ambigüidades que marcaram o conjunto da sociedade brasileira durante o

primeiro governo Vargas. Este fato deve advertir para a impossibilidade teórica de tratar os militares como um bloco integrado e coeso, emitindo opiniões unificadas a respeito de quaisquer temas nacionais. O projeto sócio-econômico do Círculo de Técnicos Militares (CTM) não pode, portanto, ser pensado tomando-se em conta exclusivamente as clivagens existentes no interior das Forças Armadas, embora não possa ser situado fora desta dimensão. É necessário considerar a fundação do Círculo dentro de um contexto de reorganização das forças produtivas capitalistas, resultante da crise do modelo agrário-exportador e da emergência de novas forças sociais articuladas à expansão da indústria.

A fundação do Círculo de Técnicos Militares

A elaboração de um projeto nacional civil-militar articulado a uma determinada idéia de modernização técnica não foi uma inovação produzida pelo CTM. Cláudia Maria C. Alves demonstra que uma parcela do Exército configurou um campo intelectual no final do Império, elaborando um discurso de modernização impreciso, mas que depositava grande esperança nos rumos que o país tomava e no papel que caberia aos militares dentro da nova ordem que se aproximava. A *Revista do Exército* representou o mais forte laço de união entre estes militares. Seus diversos artigos cobriam temas como “ciência do engenheiro militar” (construções, fortificações, estradas de ferro, aplicação da eletricidade aos usos militares etc.), armamentos e táticas de guerra. A preocupação com os aspectos técnicos e científicos da prática militar tinha relação com os sucessos da Guerra do Paraguai, ocasião em que o papel da engenharia militar havia alertado para a importância da técnica. Prevalencia em todos os números da revista a crença de uma missão científica confiada à instituição militar e não faltavam ataques à imprensa nacional por sua escassa atenção aos problemas da tecnologia. A Escola Militar era o principal *local de fala* destes militares tocados pelos “ventos modernizantes” e “desejosos de mudanças que promovessem o país a patamares superiores de civilização” (ALVES, 2002: 53). Permaneciam, portanto, afinados às idéias de evolução, progresso e fé na capacidade científica, que povoavam as mentes dos intelectuais da época interessados na tarefa de pensar e modernizar o Brasil.

Herdeiro das tradições científicas do século XIX e dos grupos militares que adotavam a fé na ciência e na racionalidade tecnológica como molas propulsoras do desenvolvimento da nação, o Círculo de Técnicos Militares beneficiou-se do clima de renovação intelectual dos anos 30, no qual os apelos à autoridade da técnica se tornaram moeda corrente entre os pensadores que se dedicavam a construir uma nova nacionalidade sob os escombros da derrocada da República Velha e do ideário liberal. (LAMOUNIER, 1997) O avanço das idéias de corporativização da vida social, em meio à crise das instituições democráticas, fornece outro eixo na interpretação do momento histórico em que ocorreu a criação do CTM.

Com o Estado Novo, as discussões a respeito de temas econômicos passaram a se situar nos conselhos técnicos. O fechamento do Congresso eliminou as principais lideranças políticas tradicionais. A ditadura cristalizava o sistema corporativo de representação de interesses, forçando a criação de “arenas técnicas” de decisão. A despolíticação das principais questões da economia brasileira não deve, ainda, ser dissociada do ambiente intelectual da época, que proclamava a falência da democracia liberal representativa e a emergência de novas formas de organização político-institucional, cada vez mais centradas no Estado.

Durante o regime estadonovista, o discurso oficial apontou a industrialização como o caminho definitivo da superação do nosso atraso e da conquista do progresso social. Investindo em uma política de substituição de importações, Vargas incentivou a utilização da capacidade ociosa da indústria existente, isentou as importações de bens de capital e aboliu os impostos interestaduais, instituindo um esboço de mercado interno. A produção industrial elevou-se a níveis jamais vistos, com avanços expressivos nas indústrias de base.

Foi também neste período que as Forças Armadas alcançaram amplo prestígio político por conta da neutralização das forças opositoras e pelo fato de terem assegurado, em 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado sem maiores resistências. A recompensa governamental veio sob a forma de elevação dos recursos orçamentários para as instituições militares. Além disso, a Escola Técnica do Exército, em funcionamento desde 1934, colaborava ano a ano para o aumento do número de formandos que se dedicavam às “atividades técnicas” no interior do Exército.

Todo esse cenário contrastava com o ano de 1931, quando Macedo Soares, Sílvio Raulino de Oliveira e Francisco Agra Lacerda e outros oficiais, com formação em

diversas áreas da engenharia ou com prática na fabricação de material bélico, tentaram organizar institucionalmente um grupo de técnicos com o objetivo de promover o desenvolvimento da indústria civil e militar. Minoritários e sem voz ativa dentro de um Exército que atravessava uma grave crise de unidade interna, não puderam concretizar seus planos.

Porém, em dezembro de 1937, portanto um mês após o golpe, o Círculo de Técnicos Militares foi fundado como uma sociedade civil com o objetivo de estudar e apresentar “solução para os problemas da fabricação de guerra e outros ligados à Engenharia Militar”.¹ Estes problemas foram identificados como sendo: o aproveitamento industrial das matérias-primas nacionais, o desenvolvimento da indústria bélica, o desenvolvimento das indústrias de base e da indústria pesada e a formação de técnicos em diversos níveis.

Os órgãos de direção do Círculo eram: Conselho Diretor, composto por cinco membros; Assembléia de Fundadores, formada pelos sócios que tivessem aderido à entidade até um mês após a sua fundação; e a Assembléia Geral, integrada tanto por “sócios fundadores” quanto por “sócios efetivos” e “honorários”. A Assembléia de Fundadores tinha o poder de intervir nas decisões da Assembléia Geral quando se tratasse da dissolução do Círculo ou da reforma de seus estatutos.

Mesmo não participando diretamente da direção do Círculo, o Conselho Técnico era de grande importância para o funcionamento da entidade. Composto por três membros de cada especialidade, possuía vastas atribuições:

- a) organização da Seção de Documentação Técnica e Biblioteca;
- b) uniformização dos símbolos e abreviaturas usados na Engenharia Militar;
- c) concatenação dos dados para a realização de um vocabulário de termos técnicos;
- d) estudo preparatório, por comissão especial, dos problemas que haveria de conduzir à feitura de um aparelhamento numérico para a Balística Interna;
- e) programação das conferências a serem realizadas pelos sócios e por autoridades estranhas ao Círculo;

¹ *Estatuto do Círculo de Técnicos Militares – 1938*. Arquivo Histórico do Exército

f) intercâmbio com as diversas sociedades e serviços técnicos em geral por meio da troca de publicações normais ou trabalhos extraordinários;

g) organização de programas de filmes técnicos que concorreriam para reconhecimento das atividades dos diferentes serviços especializados, como o progresso atingido nos diferentes setores das pesquisas ou das realizações;

h) instalação material das diferentes seções do Círculo, tendo em vista uma ampliação obrigatória e fácil;

i) seleção e coordenação constante da matéria para o *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, de modo que constituísse realmente um órgão de divulgação sistemática dos conhecimentos e aplicações interessantes e imprescindíveis aos diferentes trabalhos técnicos.²

É importante ressaltar o fato de a maioria dos membros do Círculo ser composta por detentores do posto de major. A ausência de militares de patente mais elevada é sintomática da posição marginal que o Círculo ocupava no seio do Exército e do caráter contra-hegemônico de suas propostas.³ Com efeito, os oficiais mais antigos das Forças Armadas nos anos 30 se juntaram em torno do projeto militar idealizado por Góis Monteiro. (PINTO, 2005)

Os militares do Círculo procuraram divulgar suas propostas por intermédio do *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, uma publicação com periodicidade variável, que funcionou como um veículo de comunicação entre os membros do CTM e o mundo exterior. O *Boletim* apresentava a seguinte estrutura editorial: uma primeira parte era destinada às “memórias originais”, ou seja, apresentava trabalhos pessoais dos membros do Círculo, “mesmo quando resultar apenas da aplicação de conhecimentos adquiridos”; na segunda, havia a divulgação de trabalhos publicados em revistas técnicas variadas, “visando à organização da bibliografia e documentação técnica do nosso engenheiro”; por fim, uma terceira seção se dedicava à publicação de um noticiário geral, incluindo as próprias atividades do Círculo.⁴

² *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*. n.1, 1939, p. 195. Arquivo Histórico do Exército.

³ Apenas dois militares – Luís de Melo Portela e Mário Velasco- possuíam a patente de coronel quando da fundação do CTM. Ver *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, n.1, p.195. Arquivo Histórico do Exército.

⁴ Idem, n. 1, p.4. Arquivo Histórico do Exército.

Dentro desta organização, conferia-se grande importância aos trabalhos desenvolvidos pelos integrantes do Círculo. Por isso lhes era exigidos “uma grande fé científica e um desenvolvimento cultural notável dos conhecimentos adquiridos”. A publicação dos estudos e pesquisas destes militares técnicos deveria servir como forte apelo para que “outros se lancem na mesma trilha”⁵, constituindo-se, dessa forma, numa verdadeira profissão de fé científicista.

A publicação de trabalhos técnicos em geral na segunda parte do *Boletim* servia para divulgar entre os participantes do CTM os principais desenvolvimentos da ciência e técnica civis. Os trabalhos externos deveriam ser submetidos a uma comissão editorial composta pelo corpo de engenheiros do Círculo e apresentados sob a forma de “pequenos resumos claros e precisos”. Funcionariam como recursos de pesquisa para “fundação inicial de qualquer trabalho a empreender, fundação essa que se resume classicamente na constituição da bibliografia do que foi feito sobre o assunto a abordar”.⁶ Projetava-se, dessa forma, uma estreita relação entre os técnicos civis e militares:

A colaboração a aparecer em nossas colunas não será privativa dos engenheiros militares do Exército ou da Marinha. Nelas acolheremos também, levando em grande apreço, a valiosa contribuição com que nos honrar a engenharia civil, pois que se algumas vezes nossas atividades diferem quanto aos objetivos finais, as bases científicas em que essas atividades se escudam são perfeitamente idênticas em ambos os casos e a técnica profissional se confunde em larga extensão na senda da engenharia que percorremos em comum.

Nosso *Boletim* concorrerá, assim, para o desenvolvimento de um contato mais íntimo e de uma cooperação mais profunda entre nossos técnicos e os do meio civil, resultando daí uma utilização mais eficiente de todas as possibilidades da engenharia nacional.⁷

A terceira parte do Boletim – “noticiário referente a todos os atos, administrativos ou não” □ visa completar o conjunto de informações destinadas aos técnicos do Exército. Procurava-se desenvolver um espírito de estreitamento técnico entre os integrantes do Círculo, valorizando a cooperação e refutando as ações individualistas. Fiel à doutrina corporativista, o CTM reiterava a necessidade de “colaboração mútua e sincera entre os profissionais” que se dedicavam ao desenvolvimento da ciência e da técnica.

⁵ Idem, p.5.

⁶ Idem, p.6.

⁷ Idem, ibidem.

O projeto do Círculo de Técnicos Militares

Cumpre-nos advertir que, ao defendermos a existência de um projeto desenvolvimentista dentro das Forças Armadas, institucionalizado no Círculo de Técnicos Militares e liderado por Edmundo de Macedo Soares, estamos nos valendo das formulações de Ricardo Bielschowsky, para quem o desenvolvimentismo apresenta as seguintes idéias-força:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro.
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional, no Brasil, através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje.
- c) o planejamento deve definir a expansão planejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão.
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (BIELSCHOWSKY, 2000:7)

A proposta do Círculo de Técnicos Militares apresentava-se como um dos pólos de uma luta intelectual e institucional travada no interior das Forças Armadas, opondo as concepções de Edmundo de Macedo Soares às de Góis Monteiro, principal líder militar do governo Vargas. Como as duas vertentes de pensamento entendiam caber às Forças Armadas uma missão nacional, um papel de direção moral e intelectual, podemos apontar claramente para a existência de dois projetos nacionais institucionalizados, cujos conflitos e contradições concorreram para a consolidação de certa identidade militar a partir da vitória da linha defendida por Góis Monteiro, cuja proposta entendia que às Forças Armadas deveria ser reservado um papel essencialmente bélico, sendo a preparação para a guerra a sua maior preocupação. Esses “militares combatentes” acenavam, também, com a possibilidade de incremento da atividade industrial, desde que inteiramente subordinada às necessidades militares. Não causava surpresa, portanto, que durante a Segunda Guerra Mundial Góis Monteiro tenha defendido a ampliação da produção da indústria civil nacional, dando preferência às matérias-primas e máquinas nacionais. As indústrias receberiam incentivos tais como garantias de compras, adiantamento de recursos e assistência técnica. Ao mesmo tempo, a formação dos técnicos militares foi aumentada, especialmente para atender a urgência

de qualificação para o manejo do armamento importado. As especializações da principal escola formadora de engenheiros militares, a Escola Técnica do Exército (ETE), deveriam nortear-se para as necessidades brasileiras nos campos de batalha.

Pretendemos apresentar o projeto do CTM tendo como base dois trabalhos do seu maior intelectual, o então major Edmundo de Macedo Soares, produzidos entre 1939 e 1940. Trata-se de um discurso reproduzido no *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, intitulado “A estruturação técnica de nossas elites dirigentes”, e de um artigo, publicado na revista *Nação Armada*, sob o título de “As indústrias de base como elemento do progresso econômico”. Os principais elementos que nortearam as propostas dos militares do Círculo estão presentes nesses dois textos, razão pela qual os selecionamos.

A meta fundamental de transformar o Exército em uma instituição voltada prioritariamente para o desenvolvimento industrial fundamentou-se em uma proposta articulada em três grandes linhas de análise:

- 1) uma avaliação da situação geopolítica internacional e das novas modalidades de conflito armado.
- 2) um diagnóstico da situação da indústria e da técnica no país, tendo em vista a precária inserção externa do Brasil em um cenário mundial marcado pela emergência de um conflito de dimensões planetárias.
- 3) os meios para a superação do atraso tecnológico, científico e industrial, incluindo a necessidade de instituição de aparelhos escolares específicos para a formação de “elites dirigentes técnicas”.

A noção de “guerra total” oferece o referencial teórico para a reflexão a respeito da ordem internacional. Este conceito colocava com pesos iguais a força dos grandes exércitos e a produção industrial. No atual estágio dos conflitos bélicos, não basta a ação humana. Esta se liga de tal forma ao material militar que se torna imperiosa a sua produção em larga escala e “com as qualidades e nas quantidades exigidas pela guerra moderna”⁸ o que só seria possível com a montagem de uma poderosa retaguarda, “onde se assegura a fabricação desse material e se obtém os outros elementos indispensáveis à vida dos Exércitos.”⁹

A mobilização das forças nacionais em um momento de perturbações na ordem internacional era uma tarefa que cabia aos técnicos militares. Possuidores do domínio da

⁸ SOARES, Edmundo de Macedo. “As indústrias de base como elemento do progresso econômico e da preparação militar do País”, *Nação Armada*. n.2. Rio de Janeiro, jan/1940, p.50.

⁹ Idem, p.51.

técnica e da ciência, eles deveriam “enquadrar, desde o tempo de paz, os técnicos civis normais da Nação, acompanhando-lhes as atividades, adaptando-as às necessidades militares de acordo com as instruções do Comando, ou orientando-os, dentro de um quadro geral”.¹⁰

A superioridade científica e tecnológica das nações mais avançadas servia de impulso para que estas estabelecessem relações de tipo imperialista com países em estágio inferior de desenvolvimento industrial-militar. Para estes últimos, a ameaça em sua segurança interna era constante e apenas o rápido desenvolvimento dos seus recursos e a sua transformação em meios de guerra poderiam evitar a exploração das grandes potências.¹¹ Estabelecia-se, dessa forma, a associação fundamental entre desenvolvimento industrial e desenvolvimento militar e todas as atividades econômicas deveriam estar voltadas para a consecução desse duplo desenvolvimento.

A guerra moderna, em seus vínculos com as atividades industriais, havia sinalizado a preocupação dominante dos Estados modernos: a obtenção de uma independência econômica tão completa quanto possível. Os países de desenvolvimento mais antigo, ao produzirem mais do que podiam absorver, enfrentavam a necessidade de mercados externos, ao passo que países de poucos recursos naturais tinham tendência à autarquia.¹²

A precária coexistência, no plano internacional, entre práticas liberalizantes e protecionistas de comércio internacional aumentava as incertezas para os países subdesenvolvidos e provocava tensões entre as principais potências. Novamente a análise de Macedo Soares recai sobre a urgência, para as nações periféricas, de estimular o crescimento técnico-científico e industrial. Essa preocupação marcou os militares do Círculo desde o início das suas atividades, como fica claro na apresentação do número inaugural do Boletim, quando, alarmados, apontavam que “sem a técnica nunca teremos artes nem indústrias que nos permitam transformar essas riquezas latentes na seiva que vitalizará o organismo econômico brasileiro e sem a ciência nunca poderemos possuir a técnica a isso indispensável”.¹³

¹⁰ SOARES, Edmundo de Macedo. “A estruturação técnica das nossas elites dirigentes”, *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*. n.1 Rio de Janeiro, jan/1939, p.167.

¹¹ SOARES, Edmundo de Macedo. “As indústrias de base como elemento do progresso econômico e da preparação militar do país”. Op.cit., p. 52.

¹² Idem, p.53.

¹³ *Boletim do Círculo de Técnicos Militares*, n. 1 Rio de Janeiro, jan/1939, p.3.

O segundo item do projeto do CTM reside na análise da situação técnico-industrial do Brasil, considerando a sua inserção dependente em uma conjuntura externa marcada pelo conflito militar e pela competição econômica.

Para Macedo Soares, a razão mais profunda da dependência econômica do Brasil residia na importação de idéias e modelos alheios à nossa realidade social.

Vivemos séculos a olhar para fora, a sentir irresistível atração pela Europa, onde vivíamos presos pelo espírito. Raciocinávamos à européia, líamos apenas livros europeus (...) de lá nos vinham os homens de ciência para o estudo dos nossos problemas.¹⁴

Os brasileiros eminentes eram impedidos de produzir plenamente, em função da falta de apoio a iniciativas que rompessem com o estado de letargia reinante entre nossas elites. O Barão de Mauá é citado como exemplo de empreendedor tolhido por medíocres interesses políticos, incapazes de compreender o alcance e grandeza das transformações e inovações que propunha.

A preferência pelo tradicionalismo à inovação encontrava respostas em nossa colonização de matriz lusitana. Sendo “oriundos de povos de pouco pendor associativo em que o culto da personalidade humana constituía o traço mais característico”¹⁵, pouco desenvolvemos esse espírito associativo necessário às atividades de transformação industrial. Daí decorre nossa natural inclinação para o estudo das letras e humanidades, atividades intelectuais essencialmente individuais.¹⁶ Assim, o brasileiro atua com brilhantismo em atividades ditas liberais, onde se exige trabalho solitário. Isso explica ainda o fato de que as primeiras associações industriais tenham sido estrangeiras. Por esse mesmo motivo, não era considerado como prioridade pelas elites a formação de quadros técnicos para as atividades industriais. “Se organizávamos uma escola industrial técnica, nossa mentalidade individualista achava um meio de inverter os objetivos e, ao invés de formarmos operários, formavam-se artistas”, lamentava Macedo Soares.¹⁷

A continuidade histórica desse “pecado original” explicava a dependência da economia brasileira em relação às exportações de gêneros primários ainda em 1933. Neste ano, o café contribuía com 46% do total das exportações. As principais associações industriais ainda eram de estrangeiros e os derivados de ferro lideravam as

¹⁴ SOARES, Edmundo de. “A estruturação técnica das nossas elites dirigentes”, Op.cit., p.159.

¹⁵ Idem, p.160.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ Idem, ibidem.

importações, fato este que demonstrava a precariedade da indústria metalúrgica brasileira, considerada por Macedo Soares como mola propulsora do desenvolvimento.¹⁸

A insuficiência técnico-industrial não representava apenas atraso interno. No concerto internacional, a situação era igualmente desvantajosa frente aos países de capitalismo avançado, possuidores de reservas econômicas privilegiadas em suas colônias.

Não possuímos, com efeito, elementos de troca suficientes para assegurarmos a nós mesmos um nível de vida elevado: isso exigia, dentro do sistema atual de nossa economia, um aumento das quantidades de produtos importados e, portanto, exportação maior de mercadorias brasileiras, o que não é possível, porque, possuindo em suas colônias ou regiões sob sua influência econômica, climas e terras semelhantes aos do Brasil, as grandes potências européias se esforçam para produzirem as mercadorias em que baseamos nosso comércio internacional; os mercados consumidores são, destarte, disputados por essas potências européias e pelos outros países sul-americanos.¹⁹

O avanço da corrida armamentista e o protecionismo praticado pela maioria das potências econômicas não deixavam alternativas ao Brasil. O dilema era assim resumido por Macedo Soares: “ou produzir os elementos básicos para a constituição de uma economia diversificada, ou definhar, pela insuficiência dos seus meios de troca.”²⁰

O terceiro ponto do projeto do CTM baseava-se exatamente nas possibilidades e caminhos para a implementação de uma economia industrial diversificada, que se traduzisse na redução da dependência econômica e militar. Não se tratava, contudo, da simples escolha da melhor política econômica ou de decisões governamentais corretas. Igualmente importante era a constituição de aparelhos escolares capazes de formar o proletariado industrial e, especialmente, as elites técnicas dirigentes, investidas de saber técnico-científico altamente qualificado para o exercício da direção econômica e intelectual durante todo o processo de consolidação do capitalismo industrial no Brasil.

No que toca ao aparelhamento industrial do país, o entrosamento entre necessidades econômicas e militares, característica indisfarçável dos novos tempos, exigia o rápido desenvolvimento das indústrias de base. Estas, no entender de Macedo Soares, eram:

- a) – a exploração racional das fontes de energia;

¹⁸ SOARES, Edmundo de Macedo. “As indústrias de base como elemento do progresso econômico e da preparação militar do país”, Op.cit., p.55.

¹⁹ Idem, ibidem.

²⁰ Idem, ibidem.

b) – a grande indústria química: produção dos ácidos e das bases minerais; fabricação dos adubos, destilação da hulha e do petróleo, etc...;

c) – a metalurgia: produção de ferro ou siderurgia, produção do cobre, do alumínio, do zinco, do níquel, do estanho, etc.²¹

A importação dos produtos dessas indústrias era o mais claro sinal de dependência econômica que uma nação poderia apresentar, pois sobre as indústrias de base “se forjam os instrumentos de trabalho e as armas de defesa e conquista”.²² A falta de uma economia verdadeiramente independente era o prelúdio da dependência política.

O estímulo às indústrias de base não significava o estabelecimento de uma economia autárquica. Seguindo o raciocínio desenvolvimentista, Macedo Soares creditava à industrialização básica um esforço fundamental de substituição de importações. A indústria de transformação, grande importadora de matérias-primas, era apontada como importante na medida em que criava um mercado para as indústrias de base e preparava certa “mentalidade industrial”. Sem as indústrias básicas, corríamos o risco da eterna fraqueza econômica e militar. O esforço de industrialização não deveria ser de exclusividade estatal. A participação privada, inclusive estrangeira, jamais deixou de ser aceita por Macedo Soares, tendo em vista a especificidade de nossa formação capitalista, com um setor agrário hegemônico e escassez crônica de poupança interna²³.

Ao Estado caberia a função básica de coordenação e fiscalização das atividades econômicas, respeitando as regras do mercado e não praticando qualquer modalidade de concorrência desleal. O correto manejo das políticas cambial e tributária era visto como uma garantia de estabilidade para o setor privado. Em setores considerados estratégicos, como a siderurgia, a presença estatal deveria ser mais ativa, cabendo-lhe inclusive as funções de produtor direto. A direção de tais setores não implicaria em restrições totais ao capital estrangeiro. Os investimentos internacionais eram considerados benéficos desde que não tivessem a intenção de assegurar o controle e a direção das indústrias básicas. O exemplo das negociações envolvendo o financiamento para a construção de Volta Redonda nos fornece um claro exemplo desse tipo de estratégia, pois os capitais norte-americanos empregados na usina vieram sob a forma de empréstimo ao governo brasileiro e a empresa manteve-se estatal. A combinação entre uma ação estatal

²¹ Idem, p.56.

²² Idem, ibidem.

²³ Idem, p.57.

fiscalizadora e criadora de condições para a realização plena da empresa privada aproxima Macedo Soares do que Ricardo Bielschowsky qualificou como “desenvolvimentismo do setor privado”. (BIELSCHOWSKY, 2000: 79)

O ensino técnico ocupava um papel de destaque no pensamento dos militares técnicos. Com efeito, ao longo de toda sua trajetória intelectual, este tema foi um dos mais discutidos por Macedo Soares em diversas conferências, livros, artigos, aulas, etc. A magnitude das transformações exigidas ao Brasil não poderia ser posta em prática sem uma intervenção firme de uma elite esclarecida e técnica ao mesmo tempo. O “desequilíbrio técnico” na estrutura das nossas elites deveria ser revertido a partir da expansão dos técnicos militares, os verdadeiros líderes do desenvolvimento industrial, aqueles capazes de organizar toda a mobilização nacional requerida em momentos dramáticos, como o que se vivia em 1939.

Macedo Soares teve desempenho de destaque na consolidação da Escola Técnica do Exército e na instituição da carreira de técnico militar, dois momentos formadores de um campo científico que, além de criar fortes sentimentos de identidade e solidariedade entre os militares técnicos, favoreceu a expansão restrita da formação científica tida como indispensável a uma intervenção segura nos rumos da economia brasileira.

A importância da constituição de aparelhos escolares que atuem como veículos de formação científica e construção de identidades sociais foi bem analisada por Pierre Bourdieu, para quem

os homens formados em uma dada disciplina ou em uma determinada escola partilham um certo “espírito” literário ou científico. (...) A escola, incumbida de transmitir esta cultura, constitui o fator fundamental do consenso cultural, nos termos de uma participação de um senso comum entendido como condição da comunicação. O que os indivíduos devem à escola é, sobretudo, um repertório de lugares comuns, não apenas um discurso e uma linguagem comuns, mas também terrenos de encontro e acordo, problemas comuns de abordar tais problemas comuns. (BOURDIEU, 1974: 206-07)

Fiel à sua crença no caráter indispensável da formação de elites técnicas, Macedo Soares foi responsável, juntamente com o Coronel Amaro Bittencourt, pela reestruturação dos cursos da ETE em 1937, com base nas seguintes linhas mestras: 1) o desmembramento dos cursos de engenheiro rádio-eletricista e de engenheiro industrial em novos cursos: engenheiro eletricista, engenheiro de transmissões, engenheiro de armamentos e engenheiro metalúrgico; 2) maior ênfase na dimensão experimental dos cursos, numa crítica à tendência predominantemente teórica da Escola. Além dos

citados, eram também oferecidos os cursos de engenharia química e engenharia de construções, todos previstos para três anos, precedidos por um ano, comum a todos, de revisão dos conteúdos.

A passagem de uma formação excessivamente teórica para outra mais pragmática e atenta às aplicações das inovações científicas no processo produtivo revelava uma crescente confluência de interesses entre a engenharia e a burguesia industrial. Para dotar o engenheiro militar de melhor preparo técnico, a reforma da ETE previa: preleções; trabalhos em laboratórios e gabinetes de ensaio; trabalhos em salas de desenho; projeções cinematográficas; exercícios no terreno e na carta; excursões e estágios orientados pelos professores e biblioteca especializada.

Quando em 1941, uma nova mudança nos regulamentos da ETE determinou a transformação dos cursos de metalurgia, armamentos, eletricidade e transmissões em apenas dois cursos, Macedo Soares demonstrou grande contrariedade. Em carta ao General Pedro Cavalcante, inspetor geral de ensino, criticava a fusão afirmando que “o oficial que tendo por dever saber tudo, não se especializa em coisa alguma”. Combatia, portanto, “a velha concepção do engenheiro de muitos títulos e poucos conhecimentos, de muita ciência e pouco espírito de realização prática. A ETE deveria, “para sermos fieis ao seu nome que exprime seus fins (...) formar o engenheiro de poucos títulos e conhecimentos profundos numa dada especialidade”. (Apud QUAGLINO, 1992: 47)

A modernização pretendida pelo CTM possuía, portanto, dois grandes vetores. Por um lado, clamava por uma ampla mobilização industrial que fortalecesse o país tanto do ponto de vista econômico quanto militar, o que se tornava ainda mais urgente em face da precária situação da geopolítica internacional e dos incontáveis riscos que os países periféricos, como o Brasil, corriam. Por outro, implicava uma sensível reorientação intelectual da nação em direção à técnica e à ciência em oposição às chamadas humanidades. Para tal tarefa, tornava-se indispensável a ampliação do aparelho escolar destinado ao ensino técnico.

Considerações finais:

Ao longo deste trabalho, buscamos apresentar como determinados militares do Exército construíram um projeto contra-hegemônico no interior das Forças

Armadas, através do qual pretendiam a transformação da instituição em um organismo voltado ao problema do desenvolvimento industrial. Proclamadores de uma verdadeira missão nacional, os militares técnicos estabeleceram uma ação ideológica em prol dos interesses da ascendente burguesia industrial, configurando um campo de conflitos de interesses com repercussões intensas no aparelho estatal. Exerceram também uma decidida direção intelectual, ao intervirem de forma direta na institucionalização do ensino técnico militar e na organização do processo de trabalho no aparelho econômico com vistas à formação de uma elite dirigente de caráter técnico-científico e mobilizadora do esforço de modernização do país. A combinação entre meios e força de trabalho voltava-se para os objetivos de acumulação, favorecendo a preservação das relações capitalistas de produção no âmbito de uma formação econômica periférica e que apenas começava a dar os primeiros passos em direção ao desenvolvimento do núcleo urbano-industrial.

O projeto do Círculo deve ainda ser entendido como um movimento político, pois reivindicava a organização e institucionalização de determinados interesses da burguesia industrial. Produziu certos conteúdos discursivos que foram abraçados por “agências e agentes dotados de uma inserção determinada na estrutura social e sustentados por canais específicos de organização, expressão e difusão de demandas”. (MENDONÇA, 1997:13)

O Círculo de Técnicos Militares, entendido como uma organização portadora de um projeto civil-militar articulado aos interesses da burguesia industrial, forma e define um determinado universo de relações sociais entre seus membros e entre eles e a sociedade civil. Como organizadores sociais de uma dada visão de mundo e pretendendo que ela se tornasse hegemônica, os membros do CTM atuavam como intelectuais com posições ativas no debate nacional. Seus vínculos cada vez mais estreitos com a fração industrial da burguesia brasileira permitem falar em organicidade àquela classe, pois estavam correntemente envolvidos na tarefa de construção de sua hegemonia através de uma dada direção intelectual e moral. Lançavam mão assim de uma *ideologia* que “organiza as massas humanas, forma o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc.” (GRAMSCI, 1981: 62-63)

Ainda que se considere a relativa marginalização dos militares técnicos na disputa político-ideológica existente no interior das Forças Armadas durante o

primeiro governo Vargas, é forçoso reconhecer que muitas das metas do projeto do Círculo de Técnicos Militares foram implementadas ao longo de toda a chamada era desenvolvimentista: o país consolidou um núcleo básico de indústrias, o ensino técnico conheceu expressivo crescimento e a influência e participação dos militares nos aparelhos decisórios de Estado não cessou de aumentar.

Bibliografia

- ALVES, Cláudia Maria Costa. *Cultura e política no século XIX: o Exército como campo de constituição de sujeitos políticos no Império*. Bragança Paulista (SP): EDUSF, 2002.
- AVELAR, Alexandre de Sá. *A modernização brasileira no pensamento do general Edmundo de Macedo Soares (1937-1987)*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2006.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- HILTON, Stanley. *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- LAMOUNIER, Bolívar. A formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. Volume II. São Paulo, Bertrand Brasil, 1997.
- MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- PINTO, Sérgio Murilo. *Exército e política: um século de pensamento e ação*. Tese de Doutorado. Niterói: UFF/PPGH, 2005.
- QUAGLINO, Maria Ana. *O Exército e seus técnicos: o projeto do Círculo de Técnicos Militares (1937-1956)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 1992.
- TRONCA, Ítalo. O exército e a industrialização: entre as armas e Volta Redonda. In: FAUSTO, Bóris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. t.3, v.3. São Paulo: DIFEL, 1986.
- WIRTH, John. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.

O ceticismo da memória: considerações sobre narrativas de dois veteranos da Força Expedicionária Brasileira

Francisco César Alves Ferraz¹
Aline Vanessa Locastre²

Resumo:

O objetivo deste artigo é fazer uma análise das narrativas de guerra de dois ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujas observações e memórias sobre a participação do país, na Campanha da Itália, foram publicadas. Diferentemente da maioria dos relatos e memórias publicados no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizados por tons triunfais e laudatórios à FEB e, particularmente, ao Exército, as narrativas examinadas neste trabalho exibem uma postura cética e crítica sobre a forma pela qual os brasileiros foram encaminhados à guerra, sobre sua condução e sobre o processo de volta e retomada das atividades civis por parte da maioria dos expedicionários.

Palavras-Chave: Força Expedicionária Brasileira; memórias de guerra; Segunda Guerra Mundial

Abstract:

The aim of this article is to analyze the narratives of two veterans of Brazilian Expeditionary Force (BEF), whose impressions and memories about their participation on the Italy Campaign were published. The narratives examined in this work show a critical and skeptic feature about the way Brazilian soldiers were directed to the war, about its managing, homecomings and social reintegration to civilian activities by the great part of the ex-servicemen. These narratives differs significantly from the mainstream of the Brazilian war memories literature, featured by the glorification of the BEF and, above all, the Brazilian Army

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; war memories; Second World War

¹ Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Estudos Políticos e Militares” (UEL/CNPq); Coordenador do Projeto de Pesquisa “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: memória e historiografia”. fcf64@hotmail.com

² Graduada em História Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL)-PR. Foi Bolsista de Iniciação Científica-UEL/Fundação Araucária (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná), no Projeto de Pesquisa “O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: memória e historiografia” (2007-2008). alinelocastre@hotmail.com

O objetivo deste artigo é fazer uma análise das narrativas de guerra de dois ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), cujas observações e memórias sobre a participação do país, na Campanha da Itália, foram publicadas. Diferentemente da maioria dos relatos e memórias publicados no país desde o fim da Segunda Guerra Mundial, caracterizados por tons triunfais e laudatórios à FEB e, particularmente, ao Exército, as narrativas examinadas neste trabalho exibem uma postura cética e muito crítica sobre a forma pela qual os brasileiros foram encaminhados à guerra, sobre sua condução e sobre o processo de volta e retomada das atividades civis por parte da maioria dos expedicionários. Os autores escolhidos, o paranaense Leonécio Soares (sargento do 11º. Regimento de Infantaria da FEB) e o paulista Massaki Ujihara (oficial da reserva, médico na vida civil e tenente do 6º. Regimento de Infantaria da FEB), produziram algumas das páginas mais céticas e realistas sobre a campanha brasileira na Itália. Os dois autores foram escolhidos também por suas obras conterem dois tipos de literatura de experiência de guerra: memórias pessoais (Soares) e diário de guerra publicado *post-mortem* (Ujihara). Além de fonte documental, essas duas obras constituem-se em importantes reflexões sobre os significados da guerra e da conjuntura brasileira no momento em que foram escritas.

Memórias como campos de batalhas

Ao estudar as lutas travadas pela composição de memórias e identidades coletivas e nacionais, bem como o impacto que a participação em uma guerra de massas produziu na memória dos veteranos que nela lutaram, o historiador australiano Alistair Thomson definiu o espaço de constituição dessas recordações como um verdadeiro campo de batalha, onde se digladiam as diferentes memórias e sentidos sociais de identidades individuais e coletivas (THOMSON, 1995).

No caso do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, particularmente o significado da participação dos combatentes da Força Expedicionária Brasileira, tais conflitos começaram antes mesmo das unidades expedicionárias serem convocadas. Desde a declaração de guerra contra o Eixo, o envio de uma força combatente para lutar contra as forças germânicas já possuía seus descrentes e

opositores, uns duvidando do sucesso das tropas brasileiras contra a então mais poderosa máquina de guerra do mundo, outros criticando o progressivo alinhamento diplomático com os Estados Unidos, e uma possível subordinação aos seus interesses estratégicos e econômicos.

À medida que a FEB era organizada e as dificuldades de recrutamento apareciam, as dúvidas quanto à sua capacidade de realmente combater foram se multiplicando. Os resultados da seleção médica e psicológica foram preocupantes, com grande parte dos convocados apresentando resultados aquém dos considerados necessários para a entrada em combate. Isso aumentou a desconfiança corrente entre vários setores da sociedade brasileira, especialmente das elites, impregnados com ideologias eugenistas e temerosos da derrota do esqualido e inculto “homem brasileiro” diante do “gigante alemão”.

Apesar de tais dificuldades, os primeiros milhares de expedicionários embarcaram para o *front* europeu. A imagem e significação da FEB para a população assumiu então um poderoso influxo identitário e patriótico. Os brasileiros estavam lá. Substituindo o pessimismo pela grandiloquência e pelas bravatas patrióticas, a imprensa brasileira celebrava a FEB como capítulo fundamental da construção da nação, capaz de olhar para si com confiança e para as outras potências com a dignidade dos iguais.

As notícias das ações dos brasileiros na Itália eram predominantemente positivas. Os avanços e as posições tomadas, com relativamente poucas baixas, eram ressaltados. Os reveses eram ocultados ou amenizados. Além da censura comum aos envolvidos em operações militares – que impedia, por exemplo, de se dar detalhes sobre posições de tropas, planos ou qualquer informação que pudesse ser usada pelo inimigo, ou notícias e/ou imagens que pudessem criar problemas na mobilização da nação para o esforço de guerra– os jornalistas brasileiros, diferentemente de seus colegas de outros países beligerantes (inclusive os aliados norte-americanos), não eram autorizados pelo comando da FEB a acompanhar as ações da linha de frente.

Quando a guerra se aproximava do fim e a vitória dos Aliados parecia ser uma questão de tempo, a imprensa brasileira tentou ser mais incisiva, aproveitando o potencial político que a existência da FEB representava para o fim do Estado Novo (1937-1945) e para a volta das liberdades democráticas. Gradativamente consolidava-se

outro tipo de investimento da significação da FEB: ela começava a representar também a necessidade de transformações políticas.

Dois setores logo perceberam as possibilidades e os perigos dessa identificação. Os oficiais da ativa e da reserva eram predominantemente anti-Vargas. Já a maioria dos praças (soldados, cabos, sargentos e suboficiais), extraída das classes trabalhadoras do campo e das cidades, embora fizesse oposição difusa ao Estado Novo, apoiava Vargas. O resultado foi o amortecimento do poder político e simbólico da FEB: a cúpula da hierarquia militar determinou a sua desmobilização, antes mesmo do desembarque no Rio de Janeiro, favorecendo Vargas (que não enfrentaria uma oposição aberta da oficialidade) e ao mesmo tempo afastando a soldadesca de envolvimento político, deixando às duas candidaturas militares à Presidência da República (general Eurico Dutra e brigadeiro Eduardo Gomes) o caminho livre para competirem livremente pelo apelo e herança simbólica da FEB. Deposto Vargas em outubro de 1945, e passada a experiência eleitoral, a FEB deixou de ser lembrada como símbolo de lutas antifascistas, pelo menos até 1964, quando emergiu como um dos componentes de legitimação ideológica dos líderes do golpe militar (FERRAZ, 2003; SMALLMAN, 1998).

É nesse período, intermediado entre as ações da Campanha da Itália (quando o diário de Massaki Udihara é escrito) e a sedimentação da apropriação militar da memória febianiana, nos anos 80 (quando Soares publica seu livro), que serão estudados os significados e as estratégias das narrações desses dois autores. Esse período testemunhou um crescente desinteresse pelos relatos e memórias da participação brasileira na guerra. A maior parte das memórias pessoais de ex-combatentes civis tinha sido editada com recursos dos próprios autores, e seu alcance era predominantemente local. A alternativa de maior tiragem, divulgação e distribuição seria a Biblioteca do Exército Editora que, no entanto, publicou neste período quase exclusivamente obras escritas por oficiais superiores da ativa. A tendência destes era oferecer “histórias oficiais” da FEB, no mais das vezes escritas em termos militares, de pouco interesse para leigos, e caracterizada por conteúdo laudatório e autocomplacente.

Em contraste com a produção “oficial”, o livro de Leonécio Soares foi editado às custas do próprio autor, e seu tom ácido em relação a diversas mazelas da Campanha da Itália e ao Exército como instituição não passou despercebido da organização militar: há relatos de proscrição do livro na Legião Paranaense do Expedicionário, em Curitiba,

à qual o veterano Soares era afiliado. Ainda hoje é mais fácil encontrar um exemplar dessa obra em uma loja de livros usados (sebo) do que na biblioteca de instituições militares ou de alguma associação de ex-combatentes no país. Já a publicação dos diários de Massaki Udihara, ocorrida apenas em 2004, se deve ao esforço dos familiares do falecido combatente, embora Udihara tenha escrito capítulos sobre sua experiência em outros livros, como *Depoimentos de Oficiais da Reserva sobre a FEB (1949)*, outro título “proscrito” das bibliotecas anteriormente citadas.

Antes da análise destes dois livros, porém, serão efetuadas algumas observações sobre a metodologia de abordagem de obras dessa natureza, uma vez que envolvem experiências de grupos restritos, com modos próprios de construção, significação e divulgação das narrativas.

Literatura de Guerra e Interpretação

Nos processos de negociação de diversas memórias dos eventos que compuseram um evento marcante e traumático, como a guerra, as suas narrativas, além de suas finalidades de expressão/reflexão e racionalização individuais, possuem a função de confirmar as memórias daqueles que lutaram, mas não escreveram sobre suas guerras. Confirmam e às vezes constroem, pois oferecem significados para a incoerência da guerra. Neste sentido, as narrativas pessoais criam um tipo de memória coletiva naqueles que compartilham a experiência de combate.

A constituição memorialística da experiência em comum é, como se pode depreender, realizada principalmente pelo grupo que fez efetivamente a guerra. Soldados e oficiais que ficaram na retaguarda, cujas experiências de combate e perigo real de vida foram pequenas ou inexistentes, assim como a população não-combatente e as gerações posteriores, podem produzir outros tipos de narrativas, mas não são especificamente narrativas de guerra. Desta, podem até compartilhar certos mitos em comum, expressões sedimentadas e já selecionadas das narrativas dos combatentes. Pertencem, no entanto, a outra categoria de expressão memorialística (HYNES, 1998: 30).

Eventos traumáticos como as guerras produzem, além de pressões posteriores para a recordação ou o esquecimento, vasto material narrativo, produzido pelos próprios combatentes, na forma de cartas, diários e memórias. As correspondências do *front* são as mais imediatas das narrativas pessoais. No entanto, devido aos procedimentos de censura e autocensura durante as guerras, seu valor deve ser relativizado. Além disso, sua acessibilidade ao pesquisador é problemática, pois é um documento de cunho predominantemente familiar.

Os diários produzidos no *front* são mais reflexivos, pois o autor escreve para si. Ao escrever sobre as missões e as rotinas, reflete frequentemente sobre os significados individuais e sociais de estar combatendo. Assim como as correspondências, porém, seu acesso é difícil, pois seu conteúdo costuma ser conhecido por estranhos à família depois do falecimento do autor, e a disponibilidade ao pesquisador depende de autorização de seus parentes. Sua própria constituição como documento de interesse para o historiador depende das famílias, pois se não houver a notificação de sua existência, jamais saberemos que, em uma determinada casa, em certa cidade, existe um diário escrito durante a guerra por um combatente. O mesmo se aplica à correspondência de guerra. Por fim, uma característica específica dos diários de guerra deve ser enfatizada: por mais que escreva para si e expresse seus mais íntimos pensamentos, o combatente tem a consciência de que pode estar morto no dia seguinte, e suas coisas serão recolhidas por outros soldados, estranhos ou não, para entrega, se possível, para a família. Essa consciência pode repercutir diretamente nos conteúdos dos escritos, pois, embora pessoal e “secreto”, ninguém teria certeza absoluta de que tais páginas pessoais estariam livres de serem folheadas por mãos estranhas.

O problema do acesso não é encontrado no grande grupo de narrativas conhecido por “memórias de guerra”. Compreendem os livros e relatos publicados por editoras ou pela imprensa – o que inclui as chamadas reportagens ou crônicas de guerra. São destinados à publicação ou, pelo menos, ao conhecimento de grupos de amigos e conhecidos. É a menos imediata e mais reflexiva das narrativas pessoais de guerra. Podem ser escritas e tornadas públicas depois do final do conflito e quanto maior o espaço de tempo entre a guerra e a publicação, maiores as tensões e acomodações existentes entre a memória individual e a construção de uma memória social do conflito (HYNES, 1999).

A primeira consideração a ser feita sobre este gênero de narrativas de guerra é que a todo momento, direta ou indiretamente, é sublinhada a autoridade do testemunho do autor. São narrativas escritas por pessoas não acostumadas a publicar seus escritos.

Embora essas narrativas visem geralmente aproximar o leitor da experiência singular da guerra, acabam involuntariamente por ressaltá-la como absolutamente estranha aos não-combatentes. É como se insistissem que somente quem esteve no *front* seria capaz de compreender, sendo inútil, portanto, qualquer esforço por entender a guerra sem ter estado nela.

Diferentemente da narrativa histórica, que tem delimitação clara de tempo e espaço, as narrativas de guerra, por estarem baseadas em pessoas com raio de percepção limitado aos acontecimentos que as envolvem diretamente, criam espacialidades e temporalidades próprias. Em geral, escalas reduzidas de tempo e espaço.

Também diferentemente da narrativa histórica, os narradores combatentes raramente se perguntam dos porquês das ações: não são racionalizações de atos coletivos, mas relatos de suas experiências, de suas sensações. Podem até aparecer questionamentos sobre as razões pelas quais superiores ordenaram tal ou qual ação, mas mesmo tais racionalizações estão limitadas às já citadas relações individualizadas de espaço-tempo.

Finalmente, algo detectado nas narrativas de guerra dos ex-combatentes brasileiros, e que de certa forma não difere daquelas produzidas e publicadas por veteranos de outros países, é que, embora a participação efetiva em uma guerra deixe memórias com algum grau de culpa – homens são enviados a guerras para matar outros homens – essas questões são pouco abordadas na literatura de guerra. Em outras palavras, é mais comum encontrar em livros e entrevistas histórias sobre momentos engraçados ou curiosos do *front* do que sobre horrores peculiares à guerra. No caso da FEB, relatos sobre as primeiras experiências com a neve aparecem com mais frequência do que os efeitos de tiros e explosões de granadas em corpos humanos, conhecidos ou não (THOMSON, 1994; MAXIMIANO, 2004).

Assim, a construção de memórias por parte dos veteranos de guerra está diretamente relacionada com relações individuais e sociais desses veteranos com a sociedade e dessa sociedade com os significados mais gerais do conflito. Não existe

narrativa “pura”. Ela é mediada pela relação das lembranças individuais e coletivas com a sociedade. Para Alistair Thomson (1995), ao narrar uma história, o indivíduo identifica a imagem que possui de si no passado, quem pensa que é no presente e quem gostaria de ser no futuro. Dessa maneira, todo tipo de História memorialística (e não apenas esta, mas toda a História) compreenderá em seu conteúdo fatos relatados segundo a intenção de seus reprodutores. Trata-se de uma composição, contendo acontecimentos repletos de impressões individuais, assim como omissões por interesses pessoais ou por traumas e medos de repressões que certas narrações podem causar a essas pessoas. “A composição, por ser baseada em bloqueios e exclusões, nunca é plenamente alcançada, é constantemente ameaçada, abalada, despedaçada”. (THOMSON, 1995: 58).

No que diz respeito às memórias de guerra, podemos perceber histórias que a todo tempo são relembradas e retrabalhadas. Muitas impressões não são as que os mesmos ex-combatentes tinham durante o período de guerra, mas, sim, uma adaptação deste passado a um presente com o qual eles possam conviver.

Assim, as omissões ou exaltações servirão para entender o que um episódio representou para aqueles que foram diretamente relacionados e mais afetados por ele. Em outras palavras, as narrativas de guerra constituem histórias dos homens que fizeram a guerra, da guerra que esses homens fizeram, e do que a guerra fez desses homens (HYNES, 1998: 283-285).

A guerra como ela é, ou o avesso do heroísmo de salão

Esses homens que estão na frente não pretendem ser bichos sobrenaturais, nem pensam em derrotar os nazistas a gritos ou a pelego. Eles lutam. Não são muitos, mas lutam, e lutam honradamente, lutam direito, lutam dia e noite, ao frio, à chuva, uma luta penosa. Não precisam que ninguém aqui ou aí exagere o que fazem, em tralalás patrioteiros. Eles não são monstros: são lavradores, trabalhadores de vários ofícios, estudantes, moços de escritório, simples filhos-de-família, são rapazes brasileiros que foram mandados para aqui ou vieram como voluntários. E eles dão conta do recado. (Rubem Braga)

O jovem Massaki Udihara foi o primeiro descendente de japoneses a formar-se médico, em 1939, pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Quando estudante universitário havia feito o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Depois de quatro anos de formado, Udihara foi convocado para a guerra. Tentou ser destacado para o Serviço Médico da FEB, dada a sua formação, mas foi-lhe

recusada a transferência, sob a alegação de que estaria tentando fugir das obrigações militares. Assim, como se no Brasil sobrassem médicos, Udihara foi colocado na Infantaria e lá lutou até o final da guerra. Foi o primeiro dos episódios de irracionalidade, ignorância e incompetência das autoridades militares brasileiras, que seriam alvo de ácidas críticas de Udihara, nos meses seguintes.

Durante o período em que ficou aquartelado e mobilizado para a guerra, Udihara iniciou um diário. Desde suas primeiras páginas percebem-se em suas observações, impressões e julgamentos, a tensão e revolta. Escrever para ele era, segundo suas palavras, uma forma de manter-se vivo, desabafar suas mágoas e viver o longo tempo em que passava ocioso na guerra. Portanto, este diário, inicialmente, não fora escrito com a finalidade de, um dia, ser utilizado por historiadores ou meros admiradores da Segunda Guerra Mundial, e sim como meio de manutenção da racionalidade em um ambiente irracional, de preservação dos sentidos e conseqüências de pensamentos e ações, em uma época de dissolução dos valores éticos e morais.

O diário de Udiraha, publicado anos após sua morte, com autorização de sua família, com o título *Um médico brasileiro no front □ o Diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial*, traz consigo as impressões do médico convertido em infante sobre a guerra e também, lateralmente, sobre a vida política nacional.

Primeiramente sua situação de infante o indignava, pois era médico e sua ajuda poderia estar sendo mais necessária no batalhão da saúde. Mas essa situação não indignava somente ele, mas também alguns norte-americanos. Até os próprios chefes brasileiros pareciam demonstrar certo constrangimento com a situação, tanto que muitas vezes Udihara servia como intérprete ou ficava responsável pelo abastecimento de alimentos e munição da tropa, ao invés de expor-se na frente de batalha.

Algo fortemente destacado por Udihara, e que caracteriza boa parte da sua narração, são as ordens e contra-ordens, geralmente levianas e pouco informadas sobre o inimigo, originadas de seus chefes, que as expediam, mas não saíam de seus gabinetes. Estes, segundo o autor, não vivenciavam verdadeiramente o lado cruel de uma guerra, tampouco tinham planejamento ou organização. Quando algo dava errado, a culpa recaía sempre nos soldados e em seus comandantes diretos (oficiais subalternos). E ainda sua incompetência e irresponsabilidade eram premiadas, com

condecorações que beneficiavam os que mandavam fazer, mas ignoravam os que realmente faziam a guerra.

O médico feito tenente de infantaria relata ainda a ganância, o egoísmo, o falso patriotismo dos seus chefes, que apenas pensavam na exaltação própria e sacrificavam os menos favorecidos. Os chefes impunham suas vontades aos soldados, fazendo-os agir e pensar segundo seus critérios: “(...) padrão de glória, valor e arrojo, capacidade, proficiência dos nossos chefes, contará a história. Triste ironia que nem os fatos conseguirão desmentir” (UDIHARA, 2004: 298).

Circunstância que gerava grande revolta no autor era ter que presenciar as condições precárias às quais os soldados estavam submetidos. Enquanto os norte-americanos usufruíam de grande suporte material (armas, roupas, alimentos, alojamentos,...) os soldados brasileiros eram expostos a situações de grande precariedade:

Não nos dão descanso. Oportunidade de tomar banho. Roupa não há. Os americanos têm unidades de banho onde o indivíduo deixa todas as suas roupas sujas e recebe outras limpas na saída. Assim é possível. Nós não. Nem querendo se pode andar limpo. Mas só querem e tornam a responsabilizar os soldados e seus comandantes diretos. É bem mais fácil e do jeito deles. (...) Para se receber um calçado novo, exige-se o velho. Por isso é que há muita gente sem calçado. Andando só com as galochas (UDIHARA, 2004: 302)

A realidade econômica brasileira contrastava com a dos demais aliados. Os militares brasileiros nunca haviam visto tamanha abundância de recursos mobilizados para uma guerra. “Meu Deus! Essa é uma guerra de ricos”, assombrava-se o general comandante da FEB, Mascarenhas de Moraes (MAXIMIANO, 1995: 19). Udihara comenta, admirado, “o espírito de organização e compreensão exata das necessidades e do valor dos gastos necessários sem receio e economia. Gastam. Gastam de nos assustar, acostumados como estamos a um regime de economia absoluta. Nesse ponto não admira o estado de suas tropas. Há fartura em tudo” (UDIHARA, 2004: 56).

Mas o médico-infante não se conformava com a constatação da diferença de desenvolvimento econômico entre os dois países como justificativa para as mazelas da FEB. Para ele, a diferença estava na forma como a elite do país, representada de maneira inequívoca pelos seus oficiais da ativa, arrogava para si os privilégios, honras e facilidades, deixando para o resto da população (os soldados) as más condições, a má-

vontade, o paternalismo nostálgico dos sinhozinhos de escravos. E para os que se revoltavam contra essas condições, a costumeira violência prepotente, outra característica indelével dos oficiais, segundo o autor. (UDIHARA, 2004: 81)

Não deveria haver esperança de que se soubesse, no Brasil, o que realmente estavam passando os expedicionários. Ao se deparar com algum artigo vindo do Brasil sobre a situação brasileira em combate, nunca se encontrava a verdade. A precária situação dos soldados era mostrada oficialmente de forma totalmente deturpada. Udihara ficava indignado com essa forma de, a seu ver, manipular o povo brasileiro, que acreditava que os pracinhas gozavam de grande conforto e apoio dos Estados Unidos enquanto lutavam para restabelecer a democracia mundial: “(...) é assim que são tratados os expedicionários que, segundo os jornais e os comunicados, têm e recebem tudo em abundância. No dia que se souber que há gente quase descalça, esfarrapada, começarão a ter idéia do que foi essa odisséia”. (UDIHARA, 2004: 354)

Quando se fala em guerra, pensa-se logo em batalhas sangrentas, sem fim. O contrário disso nos demonstra Udihara, não em contradição à violência encontrada nos campos de batalha, mas em relação às lutas intermináveis. Na verdade, passa-se mais tempo em espera do que propriamente em combate direto com o inimigo. Esta situação, porém, não é nada agradável, pois o clima de tensão torna-se permanente no ar, e até o mais normal dos homens vive, em tais circunstâncias, momentos terríveis de pânico. A expectativa de novos bombardeios cria um clima de real “espera pelo pior”. Portanto, sua jornada em território italiano, como a de todos os soldados brasileiros, foi marcada por estas longas esperas e pelos deslocamentos sob o fogo dos alemães, sob tensão permanente.

A noite, para Udihara, representa nesta situação algo absolutamente terrível. Todos a temem, pois ela traz elementos que contribuem para a imaginação prever o pior.

A Noite na frente, próximo ao inimigo, é algo assustador. Fica-se com uma impressão de receio permanente. Todos assustados, com um temor imprevisto que a noite, com a escuridão, poderá trazer. Um medo quase que incoercível, pois não se pode prever nem pressupor nada ao certo.(...) Duvido que alguém seja capaz de resistir muito tempo sem entrar nesse estado de nervos, em que qualquer fato será suficiente para desencadear um ataque tal de nervosismo que nada conseguirá dominar.(UDIHARA, 2004: 163)

O que realmente o motivava a voltar vivo para o Brasil era o fato de reencontrar sua noiva Maria. Para ela, o jovem médico escrevia muitas cartas. No entanto, revoltava-se com as cartas recebidas, pois além de demorarem a chegar, pois o sistema de correio era de péssima qualidade, havia trechos cortados pela censura do Brasil³.

Rubem Braga, correspondente de guerra do *Diário Carioca*, narra que, além de sofrer as censuras já previstas por uma guerra, também foi objeto da censura do Estado Novo, tendo, dessa maneira, seu material escrito na Itália, muito limitado e sem narrações precisas. Ele diz, em nota da sua obra *Com a FEB na Itália - Crônicas*, que escrevera vinte páginas sobre o ataque ao Monte Castelo em 25/11/1944, mas elas nunca chegaram à redação do jornal. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão do Estado Novo para divulgar e controlar as notícias relativas ao governo, freara o fluxo de informações do *front*, pois o ataque fora malsucedido e os nomes de muitos oficiais brasileiros, relacionados com as falhas operacionais. (BRAGA, 1945)

Mesmo com todas as restrições às informações, Braga insistia em registrar o sofrimento dos soldados brasileiros e, a todo o momento, ressaltava sua coragem diante do frio, da neve e dos soldados alemães. E fazia um apelo: “Que a luta dele não seja o lucro deste ou daquele... (1945, p. 91)”. Em outro momento, ao ver uma criança ferida por estilhaços em um hospital, desabafava: “É preciso acabar com isso e acabar com os homens que começaram isso e com tudo o que causa isso □ o sistema idiota e bárbaro de vida social onde um grupo de privilegiados começa a matar quando não tem outro meio de roubar”. (1945: 167)

Quando acabou a guerra, já não havia mais muita energia para entusiasmo. No dia 3 de maio, Udihara registrou:

Ouvi pela manhã no rádio. Ao que parece, já havia sido anunciado na manhã anterior. Rendição incondicional de todas as tropas na Itália. Com isso está a guerra terminada para nós. Pensei fosse sentir mais alegria e fosse ver explosões de contentamento. Nada disso. Tomado tão naturalmente, que não se notaria que o fato tivesse se dado. É a indiferença que se sobrepôs a tudo, fazendo até desaparecer a alegria. Agora, só há o desejo de voltar o mais depressa possível. (UDIHARA, 2004: 336)

³ A censura à correspondência dos combatentes era comum a todos os exércitos em ação. Dados banais sobre lugares de estacionamento, ânimo das tropas, discordâncias com superiores ou subalternos, poderiam ser capturados por inimigos e utilizados como fonte de informação. Por outro lado, informações da população não-combatente poderiam também causar problemas aos que estavam no *front*. No entanto, foi comum a censura de informações banais, de cunho familiar, consideradas pelo censor de plantão como “perigosas”.

extrema revolta e indignação podemos encontrar, também, no relato do soldado Leonércio Soares, que em seu livro *Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira* (1984), retrata de forma minuciosa episódios de combates, sofrimentos e contradições aos quais os soldados brasileiros estiveram expostos.

Escrevendo ainda durante o regime militar implantado no Brasil em 1964, Soares teve o cuidado de evitar reações mais perigosas de autoridades e órgãos de repressão, atribuindo pseudônimos aos personagens reais. Esses pseudônimos, contudo, eram propositalmente parecidos com os nomes reais. Assim, o major Jacy transformou-se em major Juacir; o sargento Max Wolff teve seu nome convertido em Max Rolff; o capitão João Tarcísio Bueno virou capitão Jotarbe, um acrônimo de seu nome. O próprio Leonércio Soares tratou de não nomear-se diretamente. Narrando na terceira pessoa, procurou evitar sua identificação. Para o leitor atento, contudo, as impressões e idéias, bem como a trajetória do autor durante o combate é a do personagem do sargento Brígido, um dos poucos pseudônimos distantes citados.

Desde o início, quando retrata as dificuldades de ex-combatentes para conseguir emprego, o livro de Soares é amargo e crítico. Ao referir-se à convocação para a guerra, quando a propaganda oficial mostrava sempre o grande 'patriotismo e entusiasmo' com que os jovens recebiam a notícia de convocação, Soares contradiz essa idéia, afirmando que a maioria dos "bem-nascidos" conseguiu escapar de combater na guerra, fazendo uso de pressões de políticos e conhecidos das autoridades militares locais. Somente os mais pobres e sem "conhecidos" influentes é que não puderam escapar da convocação, seleção e envio para a frente de combate. Para esses, restava tentar fugir do destino fazendo uso de expedientes inusitados: muitos dos que eram convocados mantinham relações sexuais com mulheres doentes ou faziam os mais criativos expedientes para simulares doenças venéreas ou enfermidades psicológicas, de modo a serem reprovados no exame médico e assim evitarem a participação na guerra. Contudo, acrescenta Soares, muitos que usaram tais subterfúgios não tiveram sucesso, pois as comissões médicas concebiam como fingimento muitas das enfermidades apresentadas – mesmo aquelas que eram verdadeiras. Assim, jovens realmente doentes foram aprovados e embarcados para a Itália, e lá manifestaram inequivocamente suas enfermidades, ocupando leitos em hospitais destinados aos baixados em combate.

No que diz respeito ao alto oficialato, Soares comenta que eram divorciados das práticas militares, acostumados que estavam aos gabinetes. Tinham muitas teorias, mas pouca ou nenhuma prática. E pior, eram militares que ainda possuíam a mentalidade de superioridade diante dos demais civis. E como a FEB foi composta por civis, extraídos em sua maioria nas classes trabalhadoras urbanas e rurais, o sentimento de poder sobre estes agravava-se ainda mais.

A ajuda norte-americana, que sempre foi exaltada na maioria das memórias oficiais, é bastante questionada na narrativa de Soares. O material de combate demorou muito para chegar e, quando chegou, sua qualidade, segundo Soares, era inferior às das armas alemãs. Os brasileiros recebiam, também, comida, uniformes e equipamentos, o que levava Soares a afirmar que o Brasil contraía dívidas para com seu aliado rico.

A convivência com o exército norte-americano, porém, chamava a atenção de Soares para outra coisa: as relações entre oficiais e tropas eram diferentes daquelas que travavam os oficiais brasileiros com seus praças (soldados, cabos, sargentos, subtenentes). Já no navio-transporte essa diferença se salientava, pois a eficiência da organização e limpeza não dependia da virulência das ordens dos oficiais, mas da compreensão comum de que o melhor era cada um fazer sua bem sua parte. Quando chegaram à Itália, ocorreu um episódio significativo: na hora da refeição os oficiais brasileiros procuraram a cantina dos oficiais. Eles estavam acostumados com a separação radical entre oficiais e praças, na qual os melhores lugares, alojamentos, refeições, uniformes, conduções e rotina eram reservados exclusivamente para os oficiais, que mantinham o caráter distintivo de uma nobreza de sangue, como se fosse uma superioridade imanente, e não constituída através da diferenciação de oportunidades e recursos. Para sua decepção, não havia na Itália refeitório separado: oficiais superiores comiam da mesma comida que os praças, servida na mesma marmita e era necessário esperar pacientemente na mesma fila para ser servido, submetidos ainda ao mau humor do cozinheiro norte-americano que os serviam, atento para que ninguém “furasse” a fila. Sua exasperação só aumentava o contraste entre os dois exércitos, o “de Caxias” e o “da FEB” □ o primeiro, representando aquele que haviam deixado no Brasil, e o segundo, aquele ao qual teriam de se acostumar.

Mesmo vendo o que viam, para eles – oficiais brasileiros □, posicionados, superiormente, por força da rígida e tacanha estratificação de exército, à qual se habituaram, muito difícil ser-lhes-ia aceitar aquela imponderável mudança de

normas; aquela nova situação e realidade a que se lhes impunham, pareciam totalmente inaceitáveis e descabidas, malgrado todas as conjunturas da guerra. O fato de terem de entrar em filas, misturados e até mesmo na retaguarda de praças, de marmita em punho, para receber comida, causava-lhes humilhação maior e os diminuía mais que a própria grosseria e estupidez do cozinheiro americano. (SOARES, 1984: 33)

Na verdade, essa diferença entre os exércitos foi percebida por praças e oficiais, e não queria dizer um exército igualitário, mas apenas que, ao invés de demonstrações inúteis e perigosas de superioridade hierárquica (havia atiradores de elite inimigos, esperando por tais sinais para alvejar oficiais), os combatentes das linhas de frente reconheciam a superioridade de bravura e liderança, elementos muito mais importantes em combates reais do que ritualizações de obediência. Isso fazia um exército mais eficiente, e não menos “militar”. Segundo um tenente da reserva da FEB,

Uma das coisas por que os praças em geral tinham mais antipatia, era o rigor disciplinar que os divorciava dos oficiais. Já não me refiro à diversificação dos ranchos, alojamentos, dos chamados “círculos”, mas à maneira de falar, à rigidez das atitudes e principalmente à continência em toda parte, a cada canto, a todo momento, mesmo na rua. (...) Na Itália, começaram todos a imitar o norte-americano, em cujo exército não existem estas exigências, pelo menos na prática. Na rua, vi cruzarem-se oficiais e soldados cada um para seu lado, sem se saudarem a todo o momento. Na fila do teatro ou cinema, a vez era do primeiro que chegasse. Nos ônibus e transportes, o lugar era de quem o encontrasse vazio. Isto, a princípio, me deu a impressão de que os norte-americanos eram “apaianados”. Mas é um engano. Quando o soldado, sargento ou oficial tem de se dirigir a um oficial superior ou se é por este interpelado para uma consulta, uma informação qualquer, em plena rua, perfila-se, faz continência com vigor militar, numa atitude correta e respeitosa como um cidadão educado trata em público um desconhecido. Vi-os, também, nos quartéis, quando se dirigem a um superior. Em serviço, o soldado americano é “mil por cento” soldado (ANDRADE, 1949: 367-368).

Segundo Soares (1984: 149-153), um oficial brasileiro foi reclamar do serviço de Intendência norte-americano por ter fornecido as melhores roupas de frio também para os praças brasileiros, e não apenas para os oficiais. Foi humilhanamente repreendido pelo coronel americano comandante do Serviço de Intendência, que lhe disse que, se havia alguém que merecia as melhores roupas de frio, este seria o soldado combatente, que ficava ao relento, e não os oficiais que ficavam abrigados confortavelmente em seus postos de comando.

Isso não quer dizer que os oficiais brasileiros fossem convertidos facilmente para outro sistema militar. Durante toda a guerra alguns oficiais se esforçavam ao máximo para recuperar as práticas militares que lhes eram familiares no Brasil. Algumas dessas práticas redundaram em baixas trágicas de combatentes e evidenciaram, segundo

Soares, não apenas a incompetência militar de certos comandos, mas sobretudo a visão que esses oficiais possuíam dos comandados como homens descartáveis, a obedecer sem questionar ordens temerárias e suicidas. Um dos casos mais fortes das memórias de Soares é o episódio da morte do capitão João Tarcísio Bueno.

Em 12 de dezembro de dezembro de 1944, em uma das incursões fracassadas da FEB a Monte Castelo, o capitão João Tarcísio Bueno (“Jotarbe”, no livro de Leonércio Soares) foi mortalmente atingido em frente às posições alemãs. O major Jacy (“Juacir”) chamou um soldado e, mesmo sendo flagrante que seria suicídio buscar o corpo do capitão em terreno dominado pelas armas alemãs, ordenou que este o fizesse:

A preocupação maior do comando, sobretudo do major Juacir, não era quanto ao sofrimento dos que estavam tombados na frente, mas quanto à sorte do capitão Jotarbe (...).

Saindo do observatório, o major viu um soldado que acabava de chegar, retraindo-se. Vinha, como todos os que vinham daqueles mundos infernais; exausto, imundo, transfigurado. Um tanto aéreo. Um tanto zozzo pelas explosões de tantas bombas; pelo estalido de tantas balas rente ao corpo. Também cambaleava. Também tropeçava. O major, exteriorizando fingida camaradagem, chamou-o:

- Soldado! ... Venha comigo. Vamos ao observatório.

Não desconfiando do que se tratava, o soldado acompanhou-o. Postados no observatório, o major Juacir mostrou, determinando:

- Lá está o capitão Jotarbe, caído. É o da frente. Vá buscá-lo!

Uma expressão de horror e espanto moveu todos os músculos da cara suja do soldado, articulando, simplesmente:

- Major?!...

Percebendo a terrível indecisão do soldado, o major atalhou rápido, convincente e autoritário:

- É uma ordem! E não há perigo. Você vai desarmado e como vai buscar feridos, eles não atiram. Ainda há pouco retornou um de lá! Vá!!! E me traga o capitão!...

Tonto, atordoado, esmagado pela canseira daquele dia cruel, faminto e sedento, pensando em se livrar logo de tudo aquilo, sem atinar sobre o que iria fazer, o soldado obedeceu. Partiu. O major seguiu-o, em seus deslocamentos, através do binóculo, acomodado no observatório. Olhava e assistia. E olhando e assistindo, viu quando, a uns cinqüenta metros antes de alcançar o corpo do capitão, o soldado foi alcançado pelos tiros. Rolou e rolado ficou, sem se mexer mais.

Era um soldado anônimo. Era um soldado sem nome, “não identificado”, como o próprio major registrou □ e registrou toda a enormidade - na sua “Parte de Combate”. Para ele, no seu maldoso e irresponsável entendimento, agira bem, corretamente, como um major deve agir. A vida do soldado pouco ou nada valia; pouco ou nada importava. O importante era resgatar o corpo do capitão. (SOARES, 1984: 120-121)⁴

Soares, assim, relata um episódio que, na Parte de Combate, relatório oficial dos acontecimentos da frente, é contado de maneira bem diferente: o soldado teria sido

⁴ Na tese de doutorado de César Campiani Maximiano é possível encontrar a comparação das versões “oficiais” e da de Leonércio Soares. Segundo Maximiano, o chefe de Estado-Maior da FEB, Coronel Lima Brayner, em um de seus livros de memórias, *Recordando os bravos*, afirma ter presenciado o seguinte diálogo entre o comandante de infantaria, general Zenóbio da Costa e o ordenança do capitão Bueno: “*Negro covarde! Você sabe onde está seu capitão mas não tem coragem de ir até lá*”. (MAXIMIANO, 2004: 82 e segs).

“voluntário”, e não praticamente obrigado a desempenhar a missão obviamente fadada à trágica morte.

O livro é encerrado com relatos da dramática reintegração social de vários veteranos da FEB, muitos deles condenados à mendicância. Para Soares, quem não acreditava na capacidade dos cidadãos-soldados brasileiros combaterem era sua própria elite, da qual fazia parte o oficialato do exército regular. E depois de passarem por todas as provas de bravura e tenacidade, mesmo contra um exército inimigo poderoso e tendo como superiores oficiais incompetentes e levianos, venceram uma guerra difícil. Mas seu sacrifício fora esquecido e servia apenas para enaltecer a instituição militar, cuja maioria de jovens oficiais arrumara um “jeitinho” de não ir à guerra:

Onde andariam os tenentes de carreira? Onde andariam os tenentes filhos de generais e de pessoas influentes, hoje personagens influentes na política, na administração, importantes, severos e que mandam? As retumbantes figuras que hoje ocupam as proeminências da vida pública do País ou se deleitam e enriquecem nas diretorias de estatais, das fundações, das empresas de economia mista, faziam o quê? Todos os que hoje bufam grosso – onde os canhões inimigos não bufam – encontravam-se aonde? Onde andaria a matilha de aproveitadores famintos e insaciáveis que, hoje, aos quatro ventos, ulula o seu amor à Pátria? Eram jovens e fugiam todos eles, acovardados, do inferno da guerra! (SOARES, 1984: 285).

Considerações Finais

Neste artigo, procurou-se analisar duas narrativas, de autoria de dois expedicionários da FEB, que destoam de maioria da produção memorialística da participação brasileira no conflito. Foram escolhidas não porque continham críticas pesadas contra a instituição militar brasileira, mas sim porque se distanciavam dos conteúdos pitorescos e curiosos, de um lado, ou laudatórios e gloriosos, de outro, o que pode proporcionar outras possibilidades de leitura das memórias febianas, mais próximas das experiências de combate e resistência dos combatentes. Uma história mais humanizada, sem as preocupações com a preservação de imagens institucionais. Ou, como proposto no início deste trabalho, compreender que guerra homens como Udihara e Soares fizeram, o que fizeram na guerra e o que a guerra fez a eles e àqueles outros descritos por suas narrativas.

Bibliografia

- ANDRADE, José Góes de. Espírito da FEB e Espírito de Caxias. In: *Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB*. São Paulo: s. ed., 1949, pp. 367-368.
- BRAGA, Rubem. *Com a FEB na Itália - Crônicas*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1945.
- Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB*. São Paulo: s. ed., 1949.
- FERRAZ, Francisco César Alves. *A Guerra que não acabou*. A reintegração social dos veteranos da Forças Expedicionária Brasileira. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2003.
- HYNES, Samuel. Personal narratives and commemoration. In: WINTER, Jay; SIVAN, Emmanuel (eds.). *War and remembrance in the Twentieth Century*. London: Cambridge University Press, 1999.
- _____. *The Soldier's Tale: Bearing Witness to Modern War*. New York, Penguin Books, 1998.
- MAXIMIANO, César Campiani. *Onde estão nossos heróis*. Santuário: São Paulo, 1995.
- _____. *Trincheiras da Memória*. Brasileiros na Campanha da Itália, 1944-1945. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004.
- SMALLMAN, Shawn. The official story: the violent censorship of Brazilian veterans, 1945-1954. *Hispanic American Historical Review*. Vol. 78, Nº 2, 1998.
- SOARES, Leonércio. *Verdades e Vergonhas da Força Expedicionária Brasileira*. Curitiba: Edição do Autor, 1984.
- THOMSON, Alistair. *Anzac Memories: Living with the Legend*. Melbourne: Oxford University Press, 1994.
- _____. Memory as a battlefield: personal and political investments in the national military past. *Oral History Review*. Vol. 22, Nº 2, winter, 1995.
- UDIHARA, Massaki. *Um médico brasileiro no front: o diário de Massaki Udihara na II Guerra Mundial*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2004.

RESENHA

Medo e memória: um relato da história militar na república

Cláudio Beserra de Vasconcelos¹
Rachel Motta Cardoso²

Shawn C. Smallman. *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889–1954*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002, 265 páginas.

Shawn C. Smallman é professor do Programa de Estudos Internacionais da Universidade Estadual de Portland, no Oregon, EUA. Tendo concluído o PhD em História pela Universidade de Yale no ano de 1995, tem dedicado parte significativa do seu trabalho à análise da história da América Latina, escrevendo, inclusive, um livro sobre a trajetória da AIDS no subcontinente.³ Em particular, estuda a história do Brasil, com ênfase em temáticas que envolvam os militares brasileiros. Já escreveu diversos artigos sobre tema, e *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889–1954*,⁴ seu primeiro livro a ser publicado, corresponde a sua tese de doutoramento em História.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestre em História pelo mesmo programa e membro do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP/UFRJ). cb.vasconcelos@yahoo.com.br

² Doutoranda em História das Ciências e da Saúde na Fundação Oswaldo Cruz. Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro e membro do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP/UFRJ). rachel.cardoso@gmail.com

³ SMALLMAN, Shawn C. *The AIDS pandemic in Latin America*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2007.

⁴ Para outras opiniões sobre este livro, ver: DAVIS, Sonny B. “Shawn C. Smallman, Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954”. *ILAS enlace*, n. ° 3, May 2003; DIACON, Todd A. “Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954”. *Hispanic American Historical Review*, vol. 83, n. ° 3, august 2003, pp. 593-594; FERRAZ, Francisco. C. A. “Shawn C. Smallman, Fear & Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954”. *Lusobrazilian Review*, Vol. 40, Part 2, 2003, p. 134-135; IZECKSOHN, Vitor. “Shawn C. Smallman. Fear & Memory in the Brazilian Army & Society”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 25 n.º 50 julho/dezembro de 2005, pp. 331-334; KIRKENDALL, Andrew J. “Shawn C. Smallman, Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954”. *The American Historical Review*, vol. 108, n.º 5, dec. 2003, p. 1499; KITTLESON, Roger A. “Shawn C. Smallman, Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954”. *The Journal of Military History*, vol. 68, n. 1, January 2004, pp. 271-273; KRAAY, Hendrik. “Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954”. *The Americas*, vol. 59, n. ° 4, April 2003, pp. 600-601; PEREIRA, Anthony W. “Shawn C. Smallman, Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889-1954”. *Left History*, Vol. 9, n. ° 1, Fall/Winter 2003-04.

Smallman é herdeiro de uma geração de autores estrangeiros que se dedicaram ao estudo da história da América Latina e, em particular, à do Brasil, como John J. Johnson, Thomas E. Skidmore e Alfred C. Stepan. Seguindo essa tradição, e a exemplo do que Skidmore fez com relação ao Brasil do pós-1930,⁵ *Fear and Memory* é um esforço de elaboração de uma síntese sobre a história do envolvimento militar na política brasileira, da proclamação da república até o ano de 1954. Para tanto, dialoga com esses autores e com outros analistas da temática, entre os quais se destacam José Murilo de Carvalho, Nelson Werneck Sodré, João Quartim de Moraes, Alain Rouquié, Edmundo Campos Coelho, Frank McCann e Frederick Nunn.

Privilegiando como foco a observação das estruturas informais (“regras não escritas, organizações e crenças que moldam o poder sem sanção oficial ou recursos governamentais”⁶) que formataram tal envolvimento e os conflitos internos, *Fear and Memory* apresenta como hipótese central a afirmação de que a história da inserção dos militares brasileiros na política está marcada por dois elementos: medo e memória. O medo é apresentado de duas formas diferentes: a primeira, existente nos primeiros anos da república, seria resultado da forte repressão aos grupos internos; a segunda, presente no pós-1930, seria o medo de desintegração das Forças Armadas e do Estado. É sobre essa questão que Smallman faz uma ligação com o segundo elemento: a memória. De acordo com a análise apresentada, o medo dessa suposta possibilidade de desintegração foi exagerado e manipulado em prol de fins próprios (justificar a tomada do poder, o que de fato ocorreu em 1937; triunfar definitivamente sobre as elites tradicionais; eliminar a oposição interna e externa; reprimir comunistas, anarquistas, líderes sindicais, militares etc.; e fechar a instituição à sociedade política). Foi moldada uma memória oficial que, focada em eventos aceitáveis, falsificou a história de modo a fazer prevalecer uma visão de unidade institucional ao mesmo tempo em que “apagava” a existência de conflitos internos e de repressão. Esse processo teria possibilitado, por exemplo, a construção do mito da revolução comunista que, através da manipulação da ameaça e da ocultação da origem militar do evento, permitiu que fosse criada uma cultura do medo e que favoreceu o golpe do Estado Novo. Técnica semelhante esteve

⁵ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo Branco (1930-1964)*. 5ª ed. Trad.: Ismênia Tunes Dantas (org.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; e _____. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. 7ª ed. Trad.: Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

⁶ SMALLMAN, Shawn C. *Fear and Memory in the Brazilian Army and Society, 1889–1954*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002, p. 5.

fortemente presente na década de 1950, quando a hierarquia militar novamente exagerou o perigo da infiltração comunista.

Smallman procura fechar sua análise afirmando que em 1954 □ ano da crise político-militar que resultou no suicídio do presidente Getúlio Vargas □ se deu um momento decisivo quanto ao envolvimento dos militares brasileiros na política. Para o autor, isto ocorreu porque naquele período já estaria construído o alicerce das estruturas informais que formataram o caráter do papel autoritário dos militares e que, em última instância, seriam responsáveis pela ação desencadeada em 1964. A partir daquele ano, a corrente militar intitulada Cruzada Democrática teria conseguido transformar sua ideologia em doutrina oficial e, em 1964, teria chegado ao seu triunfo definitivo.

Apesar das intenções apresentadas pelo autor, *Fear and Memory* é, de fato, um grande relato da história militar do Brasil durante a república, e, na prática, ultrapassa em muito o corte cronológico estabelecido. Smallman justifica tal abrangência temporal afirmando que o estudo do envolvimento dos militares brasileiros na política só é possível através da análise da experiência histórica dos militares em um contexto mais amplo. Partindo dessa premissa, procura comprovar que o terror usado pela hierarquia militar como prática de repressão durante o período republicano não era uma novidade dessa nova fase da política brasileira. Com esse objetivo, a análise recua às revoltas anticoloniais e, embora fixe como marco final o ano de 1954, praticamente não se detém sobre questões que ocorreram naquele ano. De fato, Smallman passa toda uma longa parte analisando o processo eleitoral para a diretoria do Clube Militar no ano de 1952 e, ao fim do capítulo (o sétimo), conclui sobre a importância da crise de 1954. Um leitor menos atento pode relacionar toda a crise analisada à crise final do governo Vargas, quando, naquele momento, Smallman está relatando fatos ocorridos dois anos antes.

Em última instância, embora não esteja explícito no título da obra, o que o autor pretende é buscar as razões da intervenção militar ocorrida em 1964⁷. Sem um detalhamento maior, como fizera nos capítulos anteriores, é isto o que tenta fazer no último. Só que, neste caso, a análise é bem superficial. Mas Smallman também não se contenta em chegar ao ano de 1964, e, na conclusão, para demonstrar que os militares nos dias de hoje ainda têm um importante envolvimento na política, avança até a década de 1990 e se apóia na atividade e em discursos do militar, e então deputado federal, Jair

⁷ Ver, do autor, “The professionalization of military terror in Brazil, 1945-1964”. *Luso-Brazilian Review*, v. 37, n. 1, p. 117-128, 2000, também publicado como “A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-1964)”. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bom Texto, 2004, pp. 389-408.

Bolsonaro, como evidências. O problema é que Smallman não reflete sobre a real importância desse deputado-militar no quadro político nacional.

Embora seja louvável o esforço de buscar a explicação histórica na longa duração, se não houver uma combinação de uma abordagem mais geral (linha de continuidade) com aspectos específicos, com os elementos de médios e curtos prazos, pouco se explica. Ao fazer o recuo temporal à proclamação da república para explicar o golpe de 1964, como salientou Vitor Izecksohn,⁸ Smallman acaba recaindo na “questão militar”. Além disso, ao dar como constituídos, no ano de 1954, os alicerces das estruturas informais que serviriam para deflagrar a ação militar, ignora uma série de fatores de extrema importância e que ocorreram justamente nos dez anos que precederam o golpe.

Das questões que dão título ao livro, medo e memória pouco aparecem após o capítulo três. A questão da memória, na verdade mais viva apenas nos dois primeiros capítulos, só volta a ganhar algum destaque no capítulo sete. Ainda assim, sem retornar ao papel de protagonista na análise. O centro do estudo se desloca para as disputas internas no setor militar e a conseqüente repressão.

No que se refere a tais conflitos, segundo o autor, as divisões entre os militares se deram sobre dois eixos: o primeiro, ainda na década de 1930 e o segundo, entre fins dos anos 1940 e os anos 1950. Como ponto comum entre essas duas fases, o fato da hierarquia empreender uma forte repressão aos membros das facções opositoras.

Nos anos 1930, as divisões ocorreram em termos pessoais, em torno de líderes, e, após a implantação do Estado Novo, foi criado um sistema interno de espionagem, inteligência, censura e repressão. Naquele momento, a necessidade de desenvolvimento nacionalista para o país era um consenso entre os militares, mas a percepção do inimigo variava entre os grupos (para os engenheiros, o inimigo era o imperialismo econômico; para os integralistas, a influência estrangeira; para os tenentes, os políticos). Por essa razão, a hierarquia militar fez uso desse aparato para punir os seus opositores. Após a Segunda Guerra, as cisões internas passaram a ter contornos ideológicos. O conflito, que à primeira vista girava em torno da questão do petróleo, trazia à tona, de fato, a discussão sobre o tipo de desenvolvimento econômico adequado para o Brasil: se nacionalista ou dependente. Delineou-se, nesse contexto, um quadro de disputa entre os militares nacionalistas e a hierarquia militar. Na década de 1950, com o retorno de

⁸ IZECKSOHN, Vitor. *Op. cit.*, p. 334.

Getúlio Vargas à Presidência da República, e em face das disputas eleitorais pela direção do Clube Militar, foi intensificado o processo de repressão aos militares nacionalistas.

Apesar de merecer esse destaque na análise, a questão da violência também não é explorada de forma suficiente. Smallman não se questiona a quem a violência serviu. Ou melhor, limita o interesse ao grupo de militares internacionalistas. Os grupos civis, que também estariam interessados na repressão dos ideais e dos partidários do nacionalismo, não são lembrados. Em *Fear and Memory* também não é enfatizado o fato de que a violência muda de acordo com o regime político, que seu papel pode variar. Além disso, a violência pós-1964 não pode ser vista como simples continuação da praticada no período 1945-1964. Há uma série de fatores da conjuntura pós-golpe que têm influência direta sobre a política repressiva do regime. Smallman acaba por deixar a impressão de que o terror foi suficiente para tomar poder, quando, de fato, ele não é capaz disso. Era preciso fazer alianças com civis.

Essa ligação dos militares internacionalistas com grupos civis é muito pouco explorada. Há um aprofundamento maior apenas do período compreendido entre a proclamação da república e a o golpe do Estado Novo. Para Smallman, até 1930, essa relação passou por um período de desconfiança mútua. De um lado, os civis desconfiavam da possibilidade de um exército formado por desempregados e pobres preservar os interesses da elite. Do outro, devido à mudança provocada pela participação na guerra do Paraguai, o exército brasileiro passava a questionar seu papel e a buscar uma autonomia institucional, pois já não queria estar a serviço das elites. Após 1930, os conflitos continuariam, já que os civis tentavam retomar a influência perdida após a vitória do movimento revolucionário, ao mesmo tempo em que os militares procuravam livrar a instituição de influências civis, especialmente sob a liderança do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro. Somente com o Estado Novo ocorreria a vitória final dos militares sobre elites tradicionais. Após esse período, apesar de não deixar de mencionar as aproximações e distanciamentos entre grupos militares e grupos civis, principalmente em torno da questão do tipo de desenvolvimento a ser adotado pelo Brasil, *Fear and Memory* tende a privilegiar os conflitos entre as facções militares.

A partir dessa fase, a análise da relação militares-civis é superficial e, muitas vezes, equivocada. Tende a ver, por exemplo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) como instrumento da instituição militar, o que corresponde a uma visão muito

limitada da ação e da importância desse ator político. Do modo análogo, a ligação entre militares nacionalistas e o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) não é mencionada. Aliás, o ISEB não recebe nenhuma menção em *Fear and Memory*.

De modo geral, as explicações de Smallman ficam praticamente reduzidas à questão institucional. Embora fundamental, ela não é suficiente como elemento explicativo. O predomínio de uma explicação institucional para o fenômeno militar serve de base para negar, por exemplo, a grande influência norte-americana.

Ao contrário do que indica a relação de proximidade estabelecida entre militares da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e os colegas norte-americanos na Itália, Smallman afirma que a FEB seria nacionalista e pró-Vargas e o contato com os EUA só teria se dado no nível alta oficialidade. Segundo o autor, a FEB chegou a sofrer infiltração comunista e foi dissolvida pelos generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra justamente para se evitar a sua instrumentalização política por Vargas. A relação que se costuma fazer entre a FEB e a queda de Vargas seria, na visão do autor, resultado de um esforço para criar uma memória oficial e teria se fixado apenas em 1952, no contexto da intensa disputa pela diretoria do Clube Militar, marcada por forte repressão da hierarquia militar aos membros e simpatizantes da chapa nacionalista que, aliás, também foi “apagada” da memória. A importância da FEB nessa questão, para o autor, é usada para calar vozes dissidentes.

Do mesmo modo, para Smallman, a Escola Superior de Guerra (ESG) e o desenvolvimento de uma ideologia de segurança nacional também não têm, ou têm pouca, relação com uma suposta participação dos EUA. Para o autor, ambos foram resultados da batalha ideológica interna. No que se refere à ESG, Smallman sustenta que ela foi parte de uma tendência latino-americana de revisão do sistema educacional militar e que possui raízes no interior do próprio exército. Seria, portanto, resultado e não causa de uma mudança ideológica. Em complemento, afirma que nenhuma escola militar teria a capacidade de influenciar todo um exército em poucos anos. Para Smallman, a ESG contribuiu para mudar algo que já estava tomando lugar no interior da instituição, e, como evidência de que a instituição era diferente da sua congênere norte-americana, recorre a uma declaração do seu fundador, general Osvaldo Cordeiro de Farias: “nós somos filhos da War College. Eu admito com orgulho esta paternidade,

mas não existe nada mais diferente da War College do que a Escola Superior de Guerra”.⁹

Do mesmo modo, o autor nega a difusão da ideologia de segurança nacional pela América Latina como influência dos EUA. Smallman sustenta que ela foi consequência de uma evolução de antigas raízes militares adaptadas ao contexto da Guerra Fria. Na verdade, militares internacionalistas teriam, após Campanha do Petróleo, concluído que, para derrotar os adversários, precisavam formular uma ideologia de segurança nacional. Que, por sinal, é considerada pelo autor mais uma agenda do que um programa, cujo objetivo era defender o exército de uma ameaça de colapso.

Menosprezar a importância e a influência norte-americana na criação da Escola Superior de Guerra e no desenvolvimento da ideologia de segurança nacional é um equívoco. Usar uma declaração do general Cordeiro de Farias, militar intimamente ligado à facção internacionalista e criador da ESG, para negar influência da *National War College* dos EUA na criação da escola brasileira revela o uso acrítico da fonte que, por sinal, ocorre não só nessa análise. De modo geral, Smallman não problematiza o uso das fontes orais, não se questiona quanto ao contexto em que tais relatos foram produzidos ou quanto ao papel e aos interesses de quem os produziu. Isto leva o autor a assumir como verdade inquestionada determinadas opiniões de atores profundamente ligados a uma determinada posição político-ideológica.

Ainda quanto às fontes, outra observação é necessária. Ao contrário do que afirma Izecksohn,¹⁰ a base principal de *Fear and Memory* não são fontes manuscritas inéditas. Smallman também não trabalhou, como fizeram seus antecessores Stepan e Skidmore, com fontes inacessíveis a pesquisadores brasileiros. A análise é, em grande parte, sustentada em fontes secundárias, como obras dos já mencionados José Murilo de Carvalho e Nelson Werneck Sodré. O autor também utilizou periódicos (brasileiros e americanos) e, principalmente, entrevistas e fundos depositados no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Fontes sem dúvida importantes, mas já trabalhadas por outros pesquisadores. De modo acessório, Smallman teve acesso a outras documentações, inclusive do Arquivo Nacional dos Estados Unidos. Estas, talvez ainda não analisadas por brasileiros.

⁹ SMALLMAN, Shawn C. *Fear and Memory...* Op. cit., p. 114.

¹⁰ IZECKSOHN, Vitor. *Op. cit.*, p. 331.

Apesar das críticas, há que salientar positivamente o destaque que *Fear and Memory* dá à ligação entre a política pós-64 e questões anteriores (repressão, ideologia de segurança nacional, manutenção no poder etc.), diferentemente de obras recentes sobre o golpe de 1964, que vêm na crise de início deste ano os fatores fundamentais da intervenção militar.¹¹ Igualmente positiva é a percepção do uso do terror como política de Estado. Além disso, a obra fornece um bom mapeamento dos momentos e questões de maior envolvimento dos militares brasileiros na política durante o período republicano, o que pode ajudar aos que desejam ter um primeiro e mais geral contato com esta temática. Talvez seja esse o real objetivo da obra: proporcionar ao público-leitor – especialmente o norte-americano – um grande quadro da inserção dos militares brasileiros na política.

¹¹ Ver, por exemplo: FIGUEIREDO, Argelina. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961- 1964*. São Paulo: Paz e terra, 1993; REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, e FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, vol. 3, pp. 343-425.